

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

EDNA KAWATA DA SILVA

Violência na escola e a relação com o seu entorno:
uma abordagem de escolas da Rede Estadual do Ensino Fundamental do
Município de Londrina

Maringá
2014

EDNA KAWATA DA SILVA

Violência na escola e a relação com o seu entorno:
uma abordagem de escolas da Rede Estadual do Ensino Fundamental do
Município de Londrina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.
Área de Concentração: Elaboração de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia Rodrigues

Maringá
2014

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586v Silva, Edna Kawata da.

Violência na escola e a relação com o seu entorno : uma abordagem de escolas da Rede Estadual do ensino fundamental do município de Londrina / Edna Kawata da Silva. – Maringá, 2014.

130 f. : il.

Orientador: Ana Lúcia Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Violência escolar – Teses. 2. Ensino fundamental– Teses. 3. Políticas públicas – Teses. I. Rodrigues, Ana Lúcia. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

CDU 37.015.4

EDNA KAWATA DA SILVA

Violência na escola e a relação com o seu entorno:
uma abordagem de escolas da Rede Estadual do Ensino Fundamental do
Município de Londrina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Elflay Miranda
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Benilson Borinelli
Universidade Estadual de Londrina

Aprovada em: 30 de outubro de 2014.

Local de defesa: Bloco I-12, sala 105, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

Dedicatória

*À minha família,
pelo apoio, compreensão e
paciência em todos os momentos.*

*Aos meus amigos,
pelo apoio incondicional e torcida.*

*À professora Ana Lúcia Rodrigues,
minha orientadora,
pela sua sensibilidade e apoio.*

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final deste trabalho, sinto-me realizada e agradecida a todo apoio e incentivo que recebi. Primeiramente, agradeço a Deus por amparar-me nos momentos difíceis, dar-me força interior para superar as dificuldades e mostrar o caminho nas horas de incertezas.

À professora Ana Lucia Rodrigues, minha querida orientadora, minha admiração pela sensibilidade, sabedoria e compromisso neste percurso.

À minha família, pela paciência e apoio. Em especial, à minha irmã Eliana, que assume comigo os cuidados com minha mãe idosa, agradeço pelo sacrifício que fez para me ajudar a concluir este mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, por abrirem as portas da percepção e do conhecimento e pelo carinho demonstrado com a turma de mestrado profissional.

Aos professores Elflay Miranda e Amália Maria Goldberg Godoy, que participaram da banca de qualificação e contribuíram de forma significativa para a conclusão de minha pesquisa.

Ao professor Benilson Borinelli, por participar da banca de defesa.

Aos professores do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Londrina, local onde trabalho, e em especial aos meus chefes, José Aylton Nogueira e João Américo Tomaz de Aquino e, também, ao professor Regis Garcia, pelo apoio e compreensão.

Aos colegas da turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas que sempre me deram apoio e incentivo para concluir o trabalho.

A todos os amigos não mencionados, que oraram por mim e sempre me incentivaram para realização e finalização deste trabalho, muito obrigada!

Violência na escola e a relação com o seu entorno: uma abordagem de escolas da Rede Estadual do Ensino Fundamental do Município de Londrina

RESUMO

A pesquisa se pautou na investigação e análise sobre a violência nas escolas e as eventuais relações que podem ser estabelecidas com as características do entorno, onde se localizam as escolas. Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é relacionar as características socioespaciais e de qualidade urbana vinculadas à presença ou não do conjunto dos equipamentos sociais públicos e coletivos das escolas pesquisadas, renda dos moradores e condições de domicílio com as ocorrências registradas nos livros de ocorrência, além do desempenho escolar, relativo à nota de cada escola. O objetivo específico da pesquisa é elaborar uma proposta de política pública de enfrentamento da violência escolar. A proposta apresentada consiste da criação de um banco de dados (por meio de um portal) único para a coleta de informações sobre incidentes envolvendo violência escolar e outras variáveis como: renda, moradia, grau de vulnerabilidade da família, local de moradia do estudante, escola, etc. Ancorada nos pressupostos teóricos de Santos (1988), Sposito (1998), Abramovay e Rua (2002), dentre outros, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de dados os livros de ocorrências, os quais geraram dados qualitativos e quantitativos apresentados em forma de tabelas. No que concerne à coleta de dados a mesma procedeu em etapas. Para realização dos objetivos previstos foi realizado e sistematizado um conjunto de dados no âmbito da pesquisa para servir às análises. Para tratar do território das escolas antes se apresentou o território do município de Londrina, as questões estruturais da região e de suas formas de sociabilidade. Na sequência, foram levantados dados do Distrito Sede do município de Londrina, onde se localizam as escolas pesquisadas. A seguir, foi realizado um levantamento do desempenho escolar auferido pelos índices das avaliações do MEC das escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e se procedeu à análise dos livros de ocorrências das cinco escolas escolhidas do Ensino Fundamental (anos finais), uma localizada em cada região do Distrito Sede de Londrina para identificar se os processos de segregação urbana vinculados à precariedade do território onde está a escola guardam alguma relação com índices de maior ou menor envolvimento dos mesmos em processos de violência na escola. Os dados obtidos com a pesquisa revelam a existência de um efeito do território sobre as escolas. A evidência que sustem esta conclusão é que as escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social tendem a ter IDEB e rendimento escolar mais baixo que as localizadas em regiões de menor vulnerabilidade. Os estudos sobre desigualdade educacional têm analisados vários fatores que podem influenciar o desempenho escolar. Os fatores extraescolares referem-se a diversas variáveis, dentre elas, o nível de instrução e a condição de trabalho e renda das famílias, as condições socioambientais, moradias entre outros. Estes foram brevemente aqui analisados. Outros fatores identificam as variáveis dentro da escola, que abrangem desde a questão do gênero, etnia, estrutura da escola, a formação dos professores, o projeto político pedagógico, a gestão escolar, equipamentos disponíveis entre outros, que ainda precisam ser investigados. No entanto, são questões que encaminham para estudos posteriores.

Palavras-chaves: Violência na escola. Características socioespaciais. Ensino Fundamental.

Violence in the school and the relation with its surroundings: an approach to the Elementary School System in the City of Londrina.

ABSTRACT

The research relies on investigation and analysis of violence in schools, and the possible relations likely be established with the characteristics of the surrounding areas where the schools are located. Therefore, the general objective of this research is to relate the socio-spatial and urban-quality characteristics linked to the presence or absence of all public and collective social facilities in the assessed schools, income of the dwellers and their household conditions with the incident records registered in the school registers, in addition to school performance, related to each school's score. The specific objective of the research is to elaborate a proposal for a public policy designed to fight school violence. The presented proposal consists of creating a single database (by means of a web portal) to collect information o incidents involving school violence and other variables, such as: income, household, level of vulnerability of the family, student's housing location, school, etc. Based on the theoretical assumptions by Santos (1988), Sposito (1998), Abramovay and Rua (2002), amongst others, one has conducted bibliographic research, having the record books as source. Such books generated qualitative and quantitative data, presented in the form of tables. As to data collection, it was performed in stages. In order to accomplish the predicted goals, a group of data within the research was created and systematized to serve the analyzes. Dealing with the schools' territories, one firstly presented the territory of the City of Londrina, its region's infrastructural issues and its sociability forms. Afterward, data regarding the place where the assessed schools are located in the District of Londrina were collected. A survey on the performance of the schools was then made. Such performance was measured according to the indexes set by the Brazilian Ministry of Education's evaluations of state Elementary public schools, ranging from the 6th to the 9th grade. One analyzed the record books of the five Elementary Schools chosen (later years), each one located in one of the District of Londrina regions, in order to identify if the processes of urban segregation, linked to the precariousness of the territory where the school is located, regard any relation to the indexes of greater or lesser involvement of such segregation in the processes of violence within the school. The data obtained from the research show the existence of an effect of the territory on the schools. The evidence that sustains such conclusion is that schools located in territories of greater social vulnerability tend to have IDEB and school performance lower than those located in less vulnerable territories. The studies on educational inequality have analyzed several factors that may influence school performance. The factors that are exterior to school refer to several variables. Amongst them, the instruction level, income and the working conditions to families, socioenvironmental conditions, and housing, among others. These were briefly analyzed here. Other factors identify the variables inside the school, covering from gender and ethnic related issues, qualification of teachers, the political-pedagogical project, school management, and available facilities, among others, which still need to be investigated. Nevertheless, these are issues to be addressed in later studies.

Keywords: Violence in schools. Sociogeographic characteristics. Elementary School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dados levantados para pesquisa nos livros de ocorrências	21
Quadro 02 - Evolução da População do Município de Londrina entre 1935 – 2010..	44
Quadro 03 - Comércio e serviços – Londrina – 2012	51
Quadro 04 - Indústrias (gêneros) do Município de Londrina – 2012.....	52
Quadro 05 - Principais Rebanhos e Avicultura em Londrina – 2012.....	53
Quadro 06 - Colheita e Valor de Produção dos Principais Produtos da Lavoura Temporária - Londrina 2012.....	53
Quadro 07 - Colheita e Valor de Produção dos Principais Produtos da Lavoura Permanente - Londrina 2012.....	54
Quadro 08 - Crimes contra a pessoa registrados pela Polícia Civil e Polícia Militar Paraná 2012.....	60
Quadro 09 - Registro de Crimes consumados contra o Patrimônio Polícia Civil e Polícia Militar - Paraná 2012.....	60
Quadro 10 - Cadastro de Aquisição de Moradia – Londrina 2010 a 2012.....	74
Quadro 11 - Habitação Popular em Londrina – Assentamentos e Favelas aptas a serem Regularizadas – Dez. 2012.....	77
Quadro 12 - Assentamentos e Favelas urbanizadas em Londrina – Áreas Regularizadas – Dez. 2012.....	78
Quadro 13 - Ocupações irregulares em áreas particulares de Londrina – Dez. 2012..	78
Quadro 14 - Ocupações irregulares no Município de Londrina – Dez./2012.....	78
Quadro 15 - Equipamentos de Saúde – Distrito Sede – Londrina 2012.....	80
Quadro 16 - Equipamentos de Ensino – Distrito Sede – Londrina - 2012.....	81
Quadro 17 - Equipamentos Públicos de Cultura, Esporte e Lazer – Distrito Sede - Londrina – 2012.....	82
Quadro 18 - Equipamentos Públicos de Segurança – Distrito Sede – Londrina – 2012.....	84
Quadro 19 - Rede Socioassistencial – Distrito Sede – Londrina – 2012.....	85
Quadro 20 - Registros de ocorrências– Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)-Ano Letivo 2012.....	101
Quadro 21 - Providências das escolas após as ocorrências – Ano Letivo 2012.....	103
Quadro 22 - Intercâmbio Família e Escola – Ano Letivo 2012.....	105
Quadro 23 - Intercâmbio Família e Escola – Ano Letivo 2012.....	107
Quadro 24 - Média de registros de ocorrências por aluno – Ano Letivo 2012.....	108
Quadro 25 - Equipamentos Públicos – Ano Letivo 2012/2013.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição da População de Londrina por Distrito Administrativo – 2010	50
Tabela 02 - População do Município de Londrina por faixa etária – 2000 e 2010.....	51
Tabela 03 - Índice de Desenvolvimento Humano – Londrina – 2000 e 2010.....	55
Tabela 04 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Londrina-PR – 2000 e 2010.....	58
Tabela 05 - Vulnerabilidade Social no município de Londrina.....	58
Tabela 06 - Homicídios de jovens – número e taxas (por 100 mil) – Municípios do Paraná com mais de 10 mil jovens – 2012.....	62
Tabela 07 - Número de Escolas, Entidade Mantenedora e Modalidades de Ensino Ofertadas – Londrina – 2012.....	63
Tabela 08 - Taxa de Rendimento Escolar do Brasil, Estado do Paraná e Londrina – 2012.....	64
Tabela 09 - Resultado da Prova Brasil – 2011.....	66
Tabela 10 - IDEB das Escolas Públicas do Município de Londrina.....	67
Tabela 11 - População por região da área urbana da sede do Município de Londrina – 2010.....	71
Tabela 12 - População Residente e Taxa de Alfabetização – Distrito Sede - Londrina – 2010.....	71
Tabela 13 - Taxa de Classes de Rendimento Nominal Mensal, por salário mínimo, pessoas de 10 anos ou mais de idade – por região e bairro - Londrina 2010.....	73
Tabela 14 - Domicílios Particulares Permanentes - por região e bairro – Londrina – Paraná – Brasil – 2010.....	75
Tabela 15 - Taxa de Rendimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais – Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) – Londrina – 2012.....	94
Tabela 16 - IDEB das Escolas Públicas Estaduais - Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) - Município de Londrina – 2011.....	97
Tabela 17 - Escolas Selecionadas para pesquisa.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEPAR	Associação dos Municípios do Médio Paranapanema
APMF	Associação de Pais e Mestres
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CMEL	Conselho Municipal de Educação de Londrina
COHAB	Companhia de Habitação de Londrina
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
INEP	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
NRE	Núcleo Regional de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SIATE	Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 ABORDAGENS CONCEITUAIS.....	16
1.2 METODOLOGIA.....	19
1.3 EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	23
1.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO....	31
CAPÍTULO 1	39
TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	39
1.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS.....	39
1.1.1 Formação socioespacial de Londrina.....	40
1.1.2 Evolução da ocupação urbana do Município de Londrina	44
1.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	49
1.3 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	51
1.4 ASPECTOS SOCIAIS.....	55
1.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Londrina.....	55
1.4.2 Vulnerabilidade Social.....	57
1.4.3 Panorama da situação de violência no Município de Londrina.....	59
1.5 EDUCAÇÃO BÁSICA EM LONDRINA.....	63
1.5.1 Indicadores Educacionais.....	64
CAPÍTULO 2	70
DISTRITO SEDE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	70
2.1 CONDIÇÕES DE MORADIAS E OCUPAÇÕES IRREGULARES.....	74
2.2 INFRAESTRUTURA DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA.....	80
CAPÍTULO 3	86
ESCOLAS PESQUISADAS	86
3.1 COMUNIDADE ESCOLAR E ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLAS PESQUISADAS.....	86
3.2 RENDIMENTO ESCOLAR DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	94
3.3 LIVROS DE OCORRÊNCIAS.....	100
3.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

REFERÊNCIAS	123
ANEXO A Instrumento de Pesquisa – Livro de Ocorrências	129
ANEXO B Ficha de Ocorrência do “Livro Negro”	130

INTRODUÇÃO

A pesquisa se pautou na investigação e análise sobre a violência nas escolas e as eventuais relações que podem ser estabelecidas com as características do entorno, onde se localizam as escolas. Foram analisadas escolas públicas da rede estadual do Ensino Fundamental (anos finais) do Município de Londrina, uma para cada região do Distrito Sede, por meio de levantamento dos dados registrados nos livros de ocorrências utilizados pelas escolas escolhidas. Destaca-se que buscamos com o estudo realizado, elaborar e oferecer reflexões que possam contribuir para política pública de enfrentamento da violência.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi relacionar as características socioespaciais e de qualidade urbana vinculadas à presença ou não do conjunto dos equipamentos sociais públicos e coletivos das escolas pesquisadas, renda dos moradores e condições de domicílio com as ocorrências registradas nos livros de ocorrência, além do desempenho escolar, relativo à nota de cada escola.

Os objetivos específicos da pesquisa é elaborar uma proposta de política pública de enfrentamento da violência escolar. A proposta apresentada consiste da criação de um banco de dados (por meio de um portal) único para a coleta de informações sobre incidentes envolvendo violência escolar e outras variáveis como: renda, moradia, grau de vulnerabilidade da família, local de moradia do estudante, escola, etc.

Para realização dos objetivos previstos foi realizado e sistematizado um conjunto de dados no âmbito da pesquisa para servir às análises. Para tratar do território das escolas antes se apresentou o território do município de Londrina, as questões estruturais da região e de suas formas de sociabilidade. Na sequência, foram levantados dados do Distrito Sede do município de Londrina, onde se localizam as escolas pesquisadas. A seguir, foi realizado um levantamento do desempenho escolar auferido pelos índices das avaliações do MEC das escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e se procedeu à análise dos livros de ocorrências das cinco escolas escolhidas do EF (Anos Finais), uma localizada em cada região do Distrito Sede de Londrina para identificar se os processos de segregação urbana vinculados à precariedade do território onde está a escola guardam alguma relação com índices de maior ou menor envolvimento dos mesmos em processos de violência na escola.

Tomamos como pressuposto que escola sempre foi sinônimo de aprendizado e um meio para a evolução do indivíduo como ser humano, pois é onde são reproduzidos o conhecimento e os padrões atuais que a civilização alcançou. Mas, atualmente, uma das

principais preocupações da sociedade, a violência, tem contribuído para tornar a escola um local conturbado, onde a segurança de outrora não mais existe, assim como todo e qualquer lugar. Hoje em dia, nas salas de aulas e nos pátios são encontrados todos os tipos de violência comuns à sociedade contemporânea, que vai desde o desrespeito de um aluno para com seu professor, a agressões verbais e físicas a alunos, funcionários e professores, furtos, vandalismo e tráfico de drogas.

Embora a violência possa ser resultado de uma negação de direitos, isso não isenta a responsabilização do adolescente por seus atos. No entanto, a solução para a violência no ambiente escolar não pode estar na intervenção policial, pois a escola, apesar de fazer parte da sociedade que se apresenta bastante violenta, deveria ser um lugar para discutir e fazer com que canalizassem essa violência, enfrentando-a, discutindo-a.

Isto posto podemos destacar que a problemática da nossa pesquisa pode ser expressa principalmente pela seguinte indagação: o desempenho escolar e a violência nas escolas sofrem os efeitos do território em que a escola está localizada?

Alguns autores nos auxiliarão a refletir sobre esta questão. Para Santos e Silveira (2003), entende-se território, geralmente, como a extensão apropriada e usada. O território como espaço geográfico não constitui uma categoria de análise e sim o território utilizado.

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 247).

Segundo Santos e Silveira (2003), o território é algo vivo constituído de elementos fixos (ordem pública ou social) e elementos fluxos (públicos e privados) em proporções que variam na medida em que os países são mais ou menos abertos às teses privatistas.

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 247).

Para Santos (1988), o território não deve ser confundido com espaço e o conceitua como configuração territorial, cuja atualidade ou significação real advém das ações realizadas sobre ele. Santos e Silveira (2003) dizem que o espaço é sempre histórico, derivando da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações.

A cidade tem um espaço urbano fragmentado com diferentes formas e função. No espaço urbano podemos encontrar centros comerciais, industriais, parques, moradias, hospitais, escolas, creches, praças, etc. Os lugares com melhores condições de infraestrutura e

ofertas de serviços são mais valorizados. A segregação socioespacial está relacionada ao preço do solo urbano. Isto porque se trata de um processo que segmenta o território com o objetivo de diferenciar uns dos outros, uns abastados, dos outros precários, o que permite a valorização dos princípios em comparação entre a qualidade de ambos.

Segundo Castells (2000), a segregação origina-se da tendência a uma organização social em áreas de forte homogeneidade e intensa disparidade entre elas, provocando uma divisão por renda, ou seja, pobres de um lado e ricos de outro.

Para Negri (2008), a forma em que a população se distribui no espaço urbano depende de sua renda individual.

As maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano dependem do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter. Morar em um bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se. A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço. (NEGRI, 2008, p. 135).

A distribuição de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades provoca uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres. Esta forma de organização do espaço é desigual, não apenas reflete as condições sociais, mas funciona como um condicionador delas. Quando as desigualdades sociais são estruturadas no espaço e adquirem uma feição espacial, causam o aumento das diferenças sociais.

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. (NEGRI, 2008, p.136).

Embora existam muitas pesquisas sobre o tema violência nas escolas, segundo Abramovay (2002), essas pesquisas têm concentrado seus estudos nas escolas públicas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o presente estudo poderá contribuir para produzir informações e análises do tema fora desse eixo contribuindo para pensar estratégias de enfrentamento ao problema de violência nas escolas, neste caso do município de Londrina.

Afinal, a violência no ambiente escolar é um fenômeno que causa grande preocupação para o conjunto da sociedade, mas, principalmente, para o Estado e para os gestores públicos a quem cabem a formulação das políticas e dos projetos públicos que lidam com as questões sociais. Assim, nosso objeto de pesquisa e análise se insere nessa preocupação e nesse contexto, pois as situações crescentes de violência na escola ocorrem, justamente, nesse

ambiente que deveria servir e de fato serve para a socialização de crianças e jovens, mas não está cumprindo tranquilamente esse papel.

1.1 - ABORDAGENS CONCEITUAIS

Para falar sobre o tema da violência nas escolas, primeiramente gostaríamos de explicitar quais as concepções de violência estão sendo pressupostas quando falamos nesse fenômeno. Isto porque é um tema cotidiano e, por isso, a questão da violência tem grande destaque nas conversas informais, nos jornais, nos debates acadêmicos, nas pesquisas, na televisão, enfim na vida da sociedade.

As manifestações de violência são muito abrangentes e podem ser caracterizadas como comportamentos que se identificam com criminalidade e/ou agressão física; destruição, danificação ou subtração de recursos materiais, agressão moral ou psicológica, entre outros.

O Dicionário Aurélio (1986, p.1779) apresenta o significado de violência como “[...] qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força, coação”.

No Dicionário Michaelis (2010, p.916) o significado de violência é “qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 2. *Dir* Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.”.

Observa-se que em ambos os dicionários a caracterização da violência ultrapassa o limite da agressão física, admitindo uma violência de caráter psicológico e moral. Nesta perspectiva, a violência está atrelada à coação e ao uso do plano físico ou moral.

Segundo Zaluar (1999), a origem da palavra violência “[...] vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital)”, caracterizando-se pelo emprego excessivo de força, ultrapassando certos limites acordados nas regras que ordenam as relações, promovendo perturbações à convivência social. Para Zaluar (1999), quando esta força ultrapassa estes limites e estas regras, torna-se violência, adquirindo carga negativa ou maléfica. A percepção de um ato como violento varia, histórica e culturalmente, em função da percepção do limite de força que demanda, da perturbação gerada e/ou do sofrimento que promove.

Para Adorno (2002), o conceito de violência nasce atrelado à negação da autonomia do indivíduo, sendo assim, tudo o que fosse contrário a este princípio poderia ser qualificado em violência. Segundo Adorno (2002), somente o Estado, soberano em seu território, tem a

prerrogativa de utilizar a força de modo legítimo. O controle e as limitações impostas pela legislação estatal conferem o caráter legal de suas ações.

Silva (2004) destaca que a sociedade passou por mudanças que chegam a determinar uma nova forma de sociabilidade, na qual o uso da força passa ser o princípio organizador das relações sociais. A força é percebida como uma das formas principais de resolução de conflitos. O autor denomina esse novo padrão de sociabilidade vigente em alguns territórios da sociedade brasileira de “sociabilidade violenta”.

Silva (2004) parte da constatação de que:

[...] existe uma expressão muito difundida e coletivamente aceita pelas populações urbanas para descrever cognitivamente e organizar o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violento e suas vítimas atuais ou potenciais – *violência urbana*. (SILVA, 2004, p. 57).

Segundo Silva (2004), a violência urbana não é um simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral, mas sim uma representação simbólica, cujos modelos de conduta procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal que é expresso na participação subordinada no complexo de práticas que constitui a violência urbana.

Para Sposito (1998) a “violência urbana invade a escola, mas ela não é rigorosamente, violência escolar”, pois para os alunos a escola é o local de descontração, lazer, em que eles constroem vínculos e amizades com professores, e outros alunos. A “violência escolar *stricto sensu* é aquela que nasce no interior da escola ou como modalidade de relação direta com o estabelecimento de ensino” (SPOSITO, 1998, p.64).

Ao abordar o tema violência no âmbito das escolas Sposito (2002) faz uma distinção clara entre violência na escola e violência escolar. O primeiro termo faz referência ao aumento da violência na comunidade (criminalidade e violência social) e o segundo termo é caracterizado pelo vandalismo contra a instituição escolar, que danificam o patrimônio, roubos e até as agressões de bens materiais dos professores e funcionários.

Os jovens reproduzem na escola o comportamento do meio em que vivem, mas também podem aprender na escola valores humanistas de respeito mútuo, de tolerância, de não violência e solidariedade.

Para Moro (2002), a escola, como forma de socialização de crianças e jovens, utiliza vários mecanismos para sua missão para controlar e disciplinar. A forma mais tradicional de controle e disciplinamento são os chamados “livros de ocorrências”, que já recebeu várias denominações no decorrer do tempo como: Portarias e Termos de Censura, Livro de

Penalidades e Sanções, Livro de Suspensões, Conselho Disciplinar, Livro de Advertências, Livro de Penalidade dos Alunos, Livro de Sanções, entre outras.

Segundo Moro (2002), o antecedente mais remoto de registros de ocorrências utilizados pelas escolas está no “Código de Ensino do Estado do Paraná”, criado em 1917, que estabelecia os deveres dos alunos e também as sanções. O referido documento estabelecia, também, que o professor deveria explicar aos alunos o artigo referente aos seus deveres e que a disciplina escolar deveria ser essencialmente preventiva e baseada no bom exemplo. Quanto aos pais, estes deveriam ter conhecimento de todas as faltas cometidas por seus filhos na escola, sendo também responsabilizados.

Atualmente, os “livros de ocorrências”, são utilizados nas escolas públicas e contêm informações sobre as ações de indisciplina, as sanções e outras ocorrências da vida escolar dos alunos, como uma forma de controle. A forma como este controle será exercido sobre os alunos pode diferir de uma escola para outra, mas, basicamente, pode ser entendido como uma forma de vigiar e punir, como na concepção de Michel Foucault.

Para Michel Foucault (1999), o poder disciplinar é um recurso de “adestramento” dos indivíduos, utilizando para isso alguns mecanismos simples como: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. O olhar hierárquico tem o efeito de fazer com que o indivíduo adestrado sinta-se permanentemente vigiado. A sanção normalizadora é a punição dos comportamentos desviantes e o exame indica uma técnica de controle normalizadora que permite qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvos do poder disciplinar (FOUCAULT, 1999).

Abramovay e Rua (2002), no livro *Violências nas escolas*, apresenta um estudo analítico dos fenômenos de violência nas escolas, incluindo a descrição de muitas maneiras em que a violência se expressa e exemplos explícitos de como a experiência de violência é vivida e sentida de acordo com os indivíduos envolvidos, em que as vítimas dos jovens estudantes não fazem parte necessariamente da comunidade escolar.

O resultado deste estudo indica que soluções não podem ser encontradas em simples medidas como muros, cercas, grades, detectores de metais ou contratação de segurança particular. As estratégias para solucionar este problema devem, certamente, ter bases mais profundas a serem atingidas e um processo em longo prazo, envolvendo cooperação entre pais, escolas e comunidades.

1.2 - METODOLOGIA

O alcance dos objetivos da pesquisa foi operacionalizado por meio de estudo de caráter descritivo, exploratório e comparativo. Foram utilizadas abordagens quantitativas e qualitativas de forma associada.

O procedimento utilizado se iniciou com uma pesquisa bibliográfica para obtenção de informações sobre o tema da violência e outros conceitos, utilizando, fundamentalmente, como fonte as contribuições dos diversos autores sobre tema proposto pelo estudo, dissertações e teses de pesquisas semelhantes, artigos, trabalhos científicos apresentados em eventos, etc. Para obtenção dos dados secundários foram utilizados como fonte cadernos estatísticos sobre o município e os sites da internet do MEC, IBGE, IPARDES e Núcleo Regional de Educação de Londrina (NRE).

O levantamento de informações da formação e expansão da ocupação urbana no Município de Londrina é muito importante para o presente estudo para traçar um paralelo entre a distribuição desigual da população no espaço urbano e seus efeitos sobre as condições objetivas e subjetivas que influenciam os resultados escolares e índices de violências nas escolas, principalmente de crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas da rede estadual de Londrina.

Na sequência foi realizada uma pesquisa documental em cada uma das cinco escolas do Município de Londrina escolhidas, junto aos livros de ocorrências, do Ano Letivo de 2012.

Os livros de ocorrências se constituem na fonte primária dos dados que subsidiariam a pesquisa ora desenvolvida, por conter inúmeros registros do que acontecia nas escolas pesquisadas, tanto no que diz aos acontecimentos da vida escolar do discente, que eram registrados nesses livros, como pelas informações que continham sobre o sistema disciplinar vigente nas escolas, mais especificamente o punitivo, que era utilizado durante o processo de ensino-aprendizagem.

Para definir as escolas a serem pesquisadas optou-se pela escolha de uma para cada área geográfica do distrito sede do município de Londrina (Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul). As escolas selecionadas para a pesquisa foram dentre as pertencentes à rede pública estadual e que ofertasse Ensino Fundamental (anos finais) do 6º ao 9º, que utilizassem métodos de registros de ocorrências semelhantes e cujos alunos, em sua maioria, residissem no território de localização da escola.

Após o levantamento de dados das escolas públicas da rede estadual, através do contato com o Núcleo Regional de Educação de Londrina, analisamos que 64 (sessenta e

quatro) escolas se encaixavam no perfil da pesquisa. Foram feitas algumas visitas a essas escolas para observação e verificar de que forma era feito o registro de ocorrências e qual o instrumento que utilizavam. Estas informações foram primordiais para a escolha das escolas a serem pesquisadas e para a elaboração do instrumento de pesquisa que seria utilizado para a obtenção dos dados nos documentos.

Apesar de portar uma autorização do Núcleo Regional de Educação de Londrina para a pesquisa e informar sobre o sigilo que as informações sobre os dados da escola e dos alunos seriam tratados, algumas escolas não permitiram o acesso a estes documentos. Na apresentação do tema da pesquisa às escolas, a direção e, algumas vezes as pedagogas, que nos atenderam diziam claramente que não havia em sua escola casos de violência escolar e sim de indisciplina e, por isso, não permitiriam o acesso aos documentos, apesar de que foram informados de que a pesquisa não procurava “casos de violência”, mas sim verificar o instrumento utilizado, a forma como eram feitos os registros, quais eram as ocorrências e as providências tomadas pelas escolas.

Nas escolas que nos permitiram o acesso, foi verificado que algumas não guardam o registro de ocorrência de um ano letivo para o outro. O registro de ocorrências nestas escolas é efetuado em fichas individuais que ficam em uma pasta da turma durante o ano letivo. Após o encerramento do ano letivo, as fichas com registros considerados insignificantes são descartadas e outras, com ocorrências consideradas mais graves, ocorrências repetitivas ou em grande volume são arquivadas na pasta individual do aluno até o próximo ano letivo, quando a ficha, ou sua cópia, é colocada na nova pasta da turma em que o aluno em questão estará matriculado.

Para facilitar o acesso às estas informações, optou-se pela escolha de escolas cujo registro de ocorrências é efetuado em livros que são utilizados durante o ano letivo corrente e depois arquivados. Estes livros apresentam, comumente, a seguinte configuração: no interior da contra capa há uma lista de nomes dos alunos da turma, no alto de cada página há a identificação de um aluno com os seus dados cadastrais e forma de contato com os responsáveis, abaixo destas informações e no verso da página é utilizado para o registro das ocorrências deste aluno, no interior da outra contra capa é colocado um mapeamento da sala de aula, onde consta a localização de onde cada aluno sentará durante o ano letivo.

Baseado nestas visitas preliminares às escolas e nas observações sobre a mesma e seu território, foi elaborado um instrumento para coleta de dados dos livros de ocorrências, cujo modelo consta do Anexo A deste trabalho. Este instrumento de pesquisa, que consta do

Anexo B deste trabalho, teve como modelo uma ficha de ocorrência de um “Livro Negro”, uma das denominações atribuídas ao Livro Ocorrências, que está contida no apêndice de uma tese de Doutorado em Educação de Assis-Rister (2008).

No instrumento de pesquisa, a escola pesquisada é identificada pela região em que se localiza, que foi escolhida após os levantamentos acima apontados, sendo uma escola por região do Distrito Sede do Município de Londrina (Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul). Logo, em seguida, consta no instrumento de pesquisa a modalidade de ensino (Ensino Fundamental), ano, turno (matutino, vespertino ou noturno), o aluno é identificado apenas pelo gênero e idade.

Os dados que foram levantados dos registros dos Livros de Ocorrências, dos alunos matriculados no ano letivo de 2012, no EF (anos finais), conforme quadro abaixo são:

Quadro 01 – Dados levantados nos livros de ocorrências

Motivos da ocorrência	Agressividade	Agressão física leve
		Agressão física grave
		Agressão verbal
		Desrespeito ao docente
		Ameaças
		"Bullying"
		Indisciplina
		Posse de faca/canivete
		Furtos
		Vandalismo
		Danos materiais
	Outros	
	Pedagógico	Perturbação da aula/conversas
		Saída da sala/escola sem autorização
		Faltas frequentes (meses)
		Atrasos
		Baixo rendimento escolar
		Não fez atividades em sala/tarefas
		Não trouxe material didático
Sem Uniforme		
Involuntário	Acidente	
	Vítima de roubo	
	Vítima de "bulling"	
Providências da escola após a ocorrência	Advertência/Registro no livro de ocorrência	
	Encaminhamento à Orientação	
	Expulsar da sala de aula	

		Notifica/concoca a família	
		Notificar o Conselho Tutelar	
		Convocar a Patrulha Escolar	
		Registrar a ocorrência em ata	
		Suspensão da frequência às aulas	
		Reunião com os envolvidos	
		Primeiros socorros	
Intercâmbio escola e família	Negligência da família/Não comparece		
	Contato apenas por telefone		
	Família comparece	Reclama contra a escola	
		Reclama contra o docente	
		Reclama contra outro aluno	
		Reage com agressividade	
		Falar sobre rendimento/comportamento do aluno	
		Informar sobre problemas do discente (saúde/psic)	
		Acolhe o aconselhamento/toma providências	

Fonte: Autora, 2012

No contato inicial, o responsável (direção ou pedagogo) recebeu um documento de apresentação com os dados do pesquisador, a instituição em que está matriculado e o tema e resumo da pesquisa. Com a permissão da escola, foi realizada a consulta dos Livros de Ocorrências.

Após a consulta aos livros, foram levantados todos os casos registrados em cada um dos Livros de Ocorrências, computados por escola, considerando-se registros de ocorrências de cada aluno, mês a mês, referente ao ano de 2012, e as providências tomadas pelas escolas diante da ocorrência.

Durante o tempo de estadia na escola, para consulta aos documentos, foi possível fazer uma observação da dinâmica da instituição, da sua estrutura e local em que estava inserida.

Após realização do levantamento de dados, optou-se por fazer a análise estatística em percentual simples, por se tratar de um estudo descritivo exploratório, a partir do qual outros estudos mais profundos poderão ser feitos.

Estas informações servirão de base para o diagnóstico realizado no contexto desta dissertação que poderá subsidiar a formulação de uma política pública voltada para o enfrentamento da questão.

1.3 - EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A primeira constituição brasileira, denominada Constituição Política do Império do Brasil, foi outorgada em 1824. A carta constitucional assegurava a gratuidade da instrução primária e inseria a criação de colégios e universidades no rol dos direitos civis e políticos (art. 179, XXXII e XXXIII). No entanto, de acordo com a Constituição Imperial de 1824, o Estado não era responsável pela educação, pois esta deveria caber, principalmente, à família e à igreja. (VERONESE; VIEIRA, 2003).

A constituição de 1824 foi a constituição brasileira que teve a vigência mais longa, pois somente foi revogada com a proclamação da república no Brasil em 15 de novembro de 1889, com um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca que pôs fim ao Império e instalou a República.

Proclamada a República, veio junto com ela o ideal republicano. Nesta época, foi criado o Ministério da Educação, Correios e Telégrafos, porém a parte orçamentária vinculada aos Correios e aos Telégrafos era muito superior à parte que estava designada à Educação. Após dois anos, o Ministério da Educação foi incorporado ao Ministério da Justiça.

A segunda constituição brasileira e a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24/11/1891, preocupou-se mais com questões de ordem formal do que com questões propriamente educacionais. Segundo Veronese e Vieira (2003):

Da aplicação do princípio de competência residual instituído por esta Constituição, resultou que aos Estados-Membros competia: legislar sobre o ensino primário e secundário, criar, sem prejuízo da competência da União, instituições de ensino superior e secundário, além de se responsabilizar, inteiramente, pela criação e manutenção das escolas primárias (arts. 34 e 35). (VERONESE; VIEIRA, 2003, p. 102).

Contudo um dos avanços da primeira Constituição republicana foi a determinação do ensino leigo em todas as instituições públicas.

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade nos termos seguintes:

§ 1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.

(Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, art. 72, 1º ao 7º, 1891).

Constituição de 1934 foi uma das Constituições brasileiras que mais reconheceu a importância da educação para o desenvolvimento sociocultural do país influenciada pelo debate entre os defensores da chamada “Educação Nova” – simpatizantes das doutrinas pedagógicas surgidas na década de 30 – e, de outro, os adeptos da corrente católica que continuavam a exercer grande influência na área educacional. A educação passava a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pelo Estado e pela família.

O Estado teria a competência para elaborar as diretrizes da educação nacional, que serviriam para os Estados e o Distrito Federal organizar os seus próprios sistemas de ensino. Deveriam organizar, também, os conselhos estaduais de educação com funções semelhantes àquelas atribuídas ao Conselho Nacional de Educação de hoje.

A Constituição de 1934 estabeleceu, pela primeira vez, valores mínimos a serem aplicados em educação:

Art. 156. A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único. Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, art. 156, parágrafo único, 1934).

A Constituição de 1934 determinou, ainda, a prestação de auxílios subsidiários à educação, tais como: atendimento médico-dentário e alimentação aos alunos mais carentes (art. 157, §2º, 1934); com a qualificação dos professores, estabelecendo a realização de concurso de títulos e provas para o provimento em cargos do magistério que, a partir de então, passavam a contar com a garantia de vitaliciedade e inamovibilidade. Somente poderiam ser contratados professores sem concurso por prazo determinado.

A educação na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 foi retrocesso, pois parte das conquistas alcançadas com a Constituição de 1934 foi descaracterizada pela Constituição do “Estado Novo”. Concedeu-se grande privilégio ao ensino particular, tornando a educação responsabilidade exclusiva das famílias e da sociedade civil. O artigo

129 da Constituição de 1937 distingue a educação de ricos e pobres. Aos pobres, era oferecido o ensino profissionalizante e aos ricos o ensino secundário. (VERONESE; VIEIRA, 2003).

Art. 129. À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (Constituição da República dos Estados Unidos, art. 156, único, 1937).

Segundo Veronese e Vieira (2003, p.104), na Constituição de 1937 “não havia nenhuma indicação de recursos a serem utilizados pela União e pelos Estados na criação e manutenção dos sistemas de ensino”.

Após o fim do “Estado Novo”, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 procurou restabelecer a ordem democrática e, em matéria educacional, buscou recompor o modelo educacional idealizado pela Constituição de 1934 que fora completamente esquecido pela Carta outorgada em 1937.

A União passa a legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e a educação volta a ser direito de todos, a ser ministrada no lar e na escola, devendo inspirar-se nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana (Constituição do Brasil, art. 166, 1946). O Estado deveria assegurar a oferta de ensino público em todos os níveis sendo, no entanto, livre o ensino pela iniciativa particular desde que respeitadas às leis reguladoras.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão

religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra. (Constituição dos Estados Unidos do Brasil, art. 168, I ao VII, 1946).

A Constituição de 1946, no seu artigo 169, estabeleceu como valores mínimos a serem aplicados em educação que “[...] Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Até 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia.

Em 1964, uma Carta constitucional institucionaliza o regime militar. Com o golpe de Estado e até 1967, são decretados quatro atos institucionais que permitem ao governo legislar sobre qualquer assunto.

É instituída, entre outras coisas, a Lei de Greve e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); decretam-se o fim da estabilidade no emprego, as eleições indiretas para presidente da República e governadores de estados. O Poder Judiciário torna-se mais dependente do Executivo e fica restringida a autonomia dos estados. São extintos os partidos políticos e é criado o bipartidarismo. O presidente da República pode expedir decretos-leis sobre segurança nacional e assuntos financeiros sem submetê-los previamente à apreciação do Congresso. As eleições presidenciais permanecem indiretas, com voto descoberto.

Segundo Veronese e Vieira (2003), a educação para o governo militar “era um importante instrumento para que o governo militar pudesse implantar sua política da “unidade e da segurança nacional”, ou seja, o ensino era a melhor forma de impor posições ideológicas”.

A Constituição de 1967 estabelecia que:

Art 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1º - O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.

§ 3º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

I - o ensino primário somente será ministrado na língua nacional;

- II - o ensino dos sete aos quatorze anos è obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;
- III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior;
- IV - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.
- V - o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior será feito, sempre, mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial;
- VI - é garantida a liberdade de cátedra. (Constituição da Republica Federativa, art. 168, 1º ao 3º, I ao V, 1967).

Nesta constituição, foram abolidos os percentuais orçamentários a serem aplicados em Educação.

A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, modifica a Constituição Federal de 1967. Esta emenda é considerada uma carta imposta de forma autoritária e não democrática, por militares quando da ausência de Costa e Silva, então Presidente de República. Ela foi promulgada pelo general Emílio Garrastazu Médici (escolhido para presidente da República por oficiais de altas patentes das três Armas e com ratificação pelo Congresso Nacional, convocado somente para aceitar as decisões do Alto Comando militar). Mandava punir a todos que ofendessem a Lei de Segurança Nacional. Extinguiu a inviolabilidade dos mandatos dos parlamentares e instituiu a censura aos seus pronunciamentos. Suspendeu a eleição direta para governadores, marcada para o ano seguinte.

Segundo Veronese e Vieira (2003), quanto à educação:

A Emenda Constitucional n.º 1/69 funcionou como uma dura continuação dos princípios arbitrários estabelecidos em 1967. No que se refere à educação, todos os retrocessos foram mantidos, aumentando, inclusive, o caráter ditatorial instituído em 1964. Exemplo disso foi a substituição da liberdade de cátedra pela “liberdade de comunicação dos conhecimentos” (art. 176, §3º, VII), em nítido prejuízo a qualquer processo educacional baseado na liberdade como ferramenta mais eficaz de construção do saber. (VERONESE; VIEIRA, 2003, p. 107)

Em 1971, com uma nova LDB, o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos 14 anos. O texto também prevê um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais.

Em 1979, o governo aprova lei que restabelece o pluripartidarismo no país. Os partidos voltam a funcionar dentro da normalidade. A ARENA muda o nome e passa a ser

PDS, enquanto o MDB passa a ser PMDB. Outros partidos são criados, como: Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Nos últimos anos do governo militar, o Brasil apresenta vários problemas, com a inflação e a recessão alta. A oposição ganha terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos. Em 1984, milhões de brasileiros participam do movimento das “Diretas Já”, que era favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente. Para a decepção do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como novo presidente da República. Ele fazia parte da Aliança Democrática – o grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal. Era o fim do regime militar. Porém, Tancredo Neves fica doente antes de assumir e acaba falecendo. Assume o vice-presidente José Sarney. Em 1988 é aprovada uma nova constituição para o Brasil.

A Constituição de 1988 faz uma retomada do pleno estado de direito democrático após o período militar; ampliação e fortalecimento das garantias dos direitos individuais e das liberdades públicas; retomada do regime representativo, presidencialista e federativo; destaque para a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural da nação; garantia do direito de voto aos analfabetos e aos maiores de 16 anos (opcional) em eleições livres e diretas, para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Constituição de 1988 estabelecia, também, que:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 211, 1º ao 5º, 1988).

Voltam a constar na constituição os percentuais orçamentários a serem aplicados em Educação que foram abolidos na Constituição de 1967.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 212, 1988).

Uma nova reforma na educação brasileira foi implantada com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vigora atualmente. A LDB trouxe diversas mudanças às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola), priorizando, também, a formação adequada dos profissionais da educação básica.

Regulamentado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, o ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos. A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: dos pais ou responsáveis, pela matrícula dos filhos; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade.

Em 2005, foi promulgada a primeira lei específica do Ensino Fundamental de nove anos, a lei n.º 11.114/05, que altera o artigo 6º da LDB, tornando obrigatória a matrícula da criança aos seis anos de idade no Ensino Fundamental. Enquanto esta lei modifica a idade de ingresso neste nível de ensino, a lei n.º 11.274/061 trata da duração do Ensino Fundamental, ampliando-o para nove anos. Desta forma, a criança entra na escola aos seis anos de idade, e não mais aos sete, e conclui aos 14 anos, ou seja, no 9º ano o Ensino Fundamental.

A Emenda Constitucional n.º 59/2009 modificou os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal de 1988, alterando a disposição para o seguinte:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas

suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde. (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 208, I e VII, 1988).

A educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, componentes da educação básica, passam a integrar, a nível constitucional, o ensino obrigatório e gratuito.

Os recursos públicos para educação passaram por várias mudanças quanto à sua forma de gestão. O FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério foi implantado no Estado do Pará em 1º de julho de 1997 e nos demais Estados da Federação e o Distrito Federal em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. O FUNDEF foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997.

A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no país (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação.

Conforme Carvalho (2010), a Constituição Federal de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação e com a Emenda Constitucional n.º 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

Um fundo pode ser definido, genericamente, como o produto de receitas específicas que, por lei, vincula-se à realização de determinados objetivos. Segundo Carvalho (2010), o FUNDEF é caracterizado como um fundo de natureza contábil, que:

[...] além de articular os três níveis de governo (Federal, Estadual, Municipal) e incentivar a participação da sociedade através dos conselhos, buscava garantir o mínimo de recursos financeiros necessários para se alcançar a melhoria da qualidade do ensino fundamental em todo o país de forma igualitária; investir na manutenção e desenvolvimento do ensino; valorizar o profissional do magistério e diminuir as desigualdades regionais existentes no país e no âmbito de cada unidade de federação. (CARVALHO, 2010, p. 8).

As receitas e despesas, por sua vez, deverão estar previstas no orçamento, e a execução contabilizada de forma específica. O prazo legal de existência do FUNDEF é de dez anos e expirou em 2006.

O FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação aparece oficialmente no cenário nacional, através da Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006 regulamentado pela Lei 11.494 de 20 de junho de 2007.

Segundo Carvalho (2010), o FUNDEB como instrumento de concretização da política educacional de universalização do ensino fundamental:

[...] entre outras coisas modifica o regime de colaboração entre a União, os Estados e Municípios. A estas duas últimas esferas administrativas e ao DF, caberia a aplicação de 60% do percentual constitucional mínimo de 25% de algumas fontes de receita no ensino fundamental. Seriam 15% do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Municípios), IPI exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados e exportados) e a compensação financeira prevista pela lei complementar 87/96 (Lei Kandir). A União caberia apenas complementar os recursos do fundo, sempre que, em cada Estado e no DF, seu valor por aluno ano não alcançar o mínimo definido nacionalmente. (CARVALHO, 2010, p. 9).

O FUNDEB atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Assim como o FUNDEF, o FUNDEB é provisório, com prazo de vigência de 14 anos – até 31 de Dezembro de 2020 - (Lei 11.494/2007, Art.48º).

1.4 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Legitimado pela Constituição Federal de 1988, nos anos de 1990 o contexto político e social do Brasil foi marcado pelo processo de redefinição do papel do Estado e pela implementação da gestão descentralizada e participativa nos níveis federal, estadual e municipal.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988, art. 204) assegura “[...] a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Desde sua promulgação, houve uma mobilização e articulação dos diversos segmentos sociais organizados para estabelecerem os mecanismos jurídicos legais necessários à gestão descentralizada das políticas públicas.

A autonomia da escola na gestão participativa está prevista no art. 17 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que afirma:

[...] os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas

gerais de direito financeiro público. (BRASIL, Lei n.º 9.394, art.17, 1996).

A LDB no seu art. 14 afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Foi um longo caminho para as organizações sociais conseguirem a implantação de instrumentos que possibilitassem a participação social e a gestão participativa na educação. As conferências nacionais foram muito importantes como um canal para a comunicação entre setores sociais e o Estado.

Sancionada em 1937, pelo Presidente da República Getúlio Vargas, a Lei nº 378/1937, reorganiza o Ministério da Educação e Saúde Pública e, também, institui a Conferência Nacional de Educação definida desta forma:

Art. 90. Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes á educação e á saúde, realizadas em todo o País, e a orienta-lo na execução dos serviços locais da educação e de saúde, bem como na comissão do auxilio e da subvenção federais.

Parágrafo Único. A Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde serão convocadas pelo Presidente da Republica, com intervalo máximos de dois anos, nelas tomando parte autoridades administrativas que representem o Ministério da Educação e Saúde e os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre. (...). (BRASIL, Lei n.º 378/1937, art. 90, 1937).

A 1ª Conferência Nacional de Educação foi realizada em novembro de 1941 e na sequência, sob o formato de congressos ou conferências, muitas outras foram organizadas, umas pela sociedade e outras pelo Poder Público.

Durante o Governo Lula, foram desencadeadas realizações de conferências de diversas áreas que propiciaram avanços na participação efetiva de diferentes setores da sociedade civil e políticas.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada no período de 28/03/2010 a 01/04/2010, foi precedida, em 2009, por conferências municipais, regionais e estaduais que contabilizaram a participação de mais de um milhão de pessoas envolvendo representantes dos setores público e privado, pais, estudantes, professores, funcionários, dirigentes, representantes de organizações sociais, entre outros. Este processo visava estabelecer as bases e diretrizes para as políticas de Estado envolvendo a discussão de temáticas relacionadas aos diversos níveis, etapas e

modalidades da educação nacional, contribuindo, efetivamente, para a consolidação do Plano Nacional de Educação (2011-2020).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Constituição reafirma no artigo 206 o princípio da gestão democrática como orientador do ensino público.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII - garantia de padrão de qualidade.
 - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 206, I ao VII, 1988).

O processo de uma gestão democrática exige a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões políticas de caráter pedagógico. O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, colocou como objetivo principal a criação de Conselhos nas escolas de ensino básico, que são formados por representantes dos seguintes segmentos: pais, alunos, professores e funcionários, incluindo a Direção.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96), artigo 87, § 1º:

A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado como Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estabeleceu objetivos e prioridades para orientar as políticas públicas de educação no período de dez anos. O plano apresentava a proposta da democratização da gestão do ensino público, destacando a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar (estudantes, pais, professores, funcionários e direção) e local (entidades e organizações da sociedade civil identificadas com o projeto da Escola) em conselhos escolares ou equivalentes, bem como a descentralização da gestão educacional, com fortalecimento da autonomia da escola e garantia de participação da sociedade na gestão da escola e da educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, Projeto de Lei n. 8035/2010, foi enviado pelo Governo Federal ao Congresso em 15/12/2010. Em princípio, o PNE estabelecia metas para educação no Brasil para o período de 2011 a 2020. No entanto, o novo PNE foi aprovado pela Lei 13.005 em 25 de junho de 2014, estabelecendo estratégias para as políticas de educação para o Brasil para os próximos dez anos, de 2014 a 2024.

O PNE traz vinte metas e suas estratégias e um dos principais pontos do plano é a ampliação dos investimentos em educação para 7% do PIB nos próximos cinco anos, chegando, em até dez anos, a 10% do PIB, contanto com estratégias como financiamento com os recursos da exploração de petróleo e gás natural, aumentar o acompanhamento da arrecadação do salário-educação e instituir um Custo Aluno-Qualidade (CAQ), estipulando um padrão mínimo de "insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem" e multiplicando esse valor pelo número de alunos registrados pelo Censo Escolar.

Outras metas importantes do PNE incluem a ampliação do acesso à educação, a erradicação do analfabetismo e o aumento da educação em tempo integral para atingir 25% das matrículas nas escolas públicas e o estímulo ao ensino profissionalizante de adolescentes e adultos e à formação continuada de professores.

A Lei n.º 13.005/2014 institui o Fórum Nacional de Educação que coordenará a realização de conferências nacionais de educação, precedidas de conferências distritais, municipais e estaduais.

Art. 6º A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.

§ 1º O Fórum Nacional de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

§ 2º As conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente. (BRASIL, Lei n.º 13.005, art. 6, 1º e 2º, 2014).

No Brasil, a criação e a atuação de órgãos de apoio, decisão e controle público da sociedade civil na educação se realizam em diferentes instâncias de poder, que vão do Conselho Nacional aos Conselhos Estaduais e Municipais, e Escolares. Esses espaços e organizações são fundamentais para a definição de políticas educacionais que orientem a prática educativa e os processos de participação, segundo diretrizes e princípios definidos nessas várias instâncias.

A Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que estabelecia que o Ministério da Educação e Cultura tivesse a incumbência de velar pela observância das leis do ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação. No seu artigo 7, a Lei n. 9.131 diz:

Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional. (Alterado pela Lei 9870/99).

O Conselho Nacional de Educação é composto por 27 membros, dos quais 14 são representantes da sociedade civil e 13 representantes do governo.

Ao Conselho Nacional de Educação, conforme Lei n.º 9.131, compete:

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

- a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- b) manifestar-se sobre questões que abrangem mais de um nível ou modalidade de ensino;
- c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;
- d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;
- e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;
- f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

Na Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 228 diz que “o Conselho Estadual de Educação, órgão deliberativo, normativo e consultivo, será regulamentado por lei, garantidos os princípios de autonomia e representatividade na sua composição”.

O Conselho Estadual de Educação do Paraná é constituído por dezenove (19) membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de seis anos, os quais compõem as Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, sendo dez conselheiros para a primeira, e nove para a segunda.

Ao Conselho Estadual de Educação do Paraná compete:

- deliberar sobre medidas que visem o aperfeiçoamento do Sistema de Ensino do Estado do Paraná nos diferentes níveis e modalidades e que estejam no âmbito de sua competência; subsidiar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação;
- emitir pareceres sobre assuntos da área educacional por iniciativa dos seus conselheiros ou quando solicitado por Autoridades Governamentais do Estado;
- manter políticas de colaboração com os demais sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- emitir pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- analisar as estatísticas da educação, anualmente, apresentando aos demais órgãos do sistema de ensino subsídios para elaboração de políticas educacionais no âmbito do Estado do Paraná;
- promover seminários, debates e audiências públicas sobre temas educacionais.

A importância da criação de conselhos municipais de educação tem seus fundamentos calcados no princípio da gestão democrática do ensino público (art. 206, inciso VI, da Constituição Federal), no art. 3º inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/1996 e, de forma incisiva, evidenciados no Plano Nacional de Educação, em seu último capítulo – Financiamento e Gestão – a meta de número 21 estabelece o seguinte: “estimular a criação dos conselhos municipais de educação com o apoio das diferentes instâncias da federação, União, Estados e Municípios”.

Em Londrina, o Conselho Municipal de Educação de Londrina (CMEL) foi criado em 1999, de acordo com deliberações da 1ª Conferência Municipal de Educação, para exercer função consultiva com 24 representantes da sociedade civil organizada. O CMEL foi reestruturado pela Lei Municipal nº 10.275/07, observado o disposto na Lei Federal nº9394/96, na Lei Orgânica do Município de Londrina, bem como na Lei Municipal nº4.928/92, constitui-se em Órgão Colegiado de Instância Superior, político, financeiro e administrativamente autônomo, de caráter normativo, consultivo, deliberativo, propositivo,

mobilizador, fiscalizador, de acompanhamento e controle social do Sistema Municipal de Ensino de Londrina.

Atualmente, o CMEL é constituído por 16 membros representativos e eleitos, um representante da Câmara Municipal de Londrina e dois representantes da Secretaria Municipal de Educação, representativos e indicados, nomeados pelo Executivo Municipal, com mandato de quatro anos. Os membros para comporem o Conselho Municipal de Educação de Londrina – gestão 2012/2015 – foram designados pelo decreto nº 12035 de nove de dezembro de 2011, publicado no JOM nº 1.737 de 14 de dezembro de 2011.

Quanto ao Conselho Escolar, conforme Amboni (2007), no Paraná:

O Conselho Estadual de Educação (CEE) instituiu os Conselhos de Escola, através da Deliberação 020/91, estabelecendo que “todas as escolas devem ter um órgão máximo de decisões coletivas, o colegiado, que deve abranger representação de toda a comunidade escolar, reforçando o princípio constitucional da democracia”.

A Secretaria de Estado da Educação baixou a Resolução nº 4.839/94 — legitimando as normas contidas na Deliberação nº 020/91, já mencionada —, que aprova os regimentos escolares da Rede Pública Estadual, nos quais constam as normas de funcionamento dos Conselhos Escolares do Paraná. A *posteriori*, essas normas foram revogadas e substituídas pela Deliberação 16/99 do CEE e Resolução 2.122/00-SEED. Em 2005, a SEED baixou a Resolução nº 2.124/05, “que orienta a análise e aprovação do novo Estatuto do Conselho Escolar para a Rede Pública Estadual” para “fortalecer a construção da cultura democrática rompendo com a cultura autoritária e centralizadora de educação” (Paraná, 2005, p. 6).

No Estado do Paraná, o Estatuto do Conselho Escolar estabelecido pela Resolução 2124/05, em seu artigo 4º estabelece que:

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da Escola/Colégio, para o cumprimento da função social e específica da ESCOLA

§ 1º A função deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

§ 2º A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

§ 3º A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantido o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar.

§ 4º A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantido a legitimidade de suas ações. (PARANÁ, 2005).

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola, pois reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola.

Após a apresentação dos objetivos, metodologia, pressupostos teóricos e conceituais, na sequência serão desenvolvidos os conteúdos que integram os levantamentos, estudos e análises para o cumprimento dos objetivos. Assim, no primeiro capítulo será apresentado o território do Município de Londrina. No segundo capítulo, os dados levantados do Distrito Sede do Município de Londrina, onde se localizam as escolas pesquisadas. Por fim, no terceiro capítulo serão apresentadas a comunidade escolar e estrutura física das escolas pesquisadas, o resultado do desempenho escolar auferido pelos índices das avaliações do MEC, a análise dos livros de ocorrências e, também, os resultados finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

1.1 – CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

Londrina está localizada na Macrorregião Sul do Brasil e na Mesorregião Norte Central Paranaense, a 377,77 km de Curitiba, a capital paranaense. O município está em uma posição geoeconômica estratégica, tanto do ponto de vista demográfico, fisiográfico, quanto da rede de circulação pelas vias regionais, estaduais ou interestaduais. Londrina é um importante pólo de desenvolvimento regional e nacional, exerce grande influência sobre o norte do Paraná e é uma das cidades mais importantes da Região Sul do Brasil (Perfil de Londrina – 2012).

O município de Londrina é composto pelo Distrito Sede e mais oito Distritos Administrativos: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta.

Situado entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e entre 50°52'23" e 51°19'11" a Oeste de Greenwich, o Município de Londrina ocupa, segundo a Resolução nº 05, de 10/10/02, do IBGE, 1.650, 809 km², cerca de 1% da área total do Estado do Paraná. Tem uma população de 506.701 habitantes segundo IBGE/2010, é a segunda cidade mais populosa do Paraná e quarta da Região Sul do Brasil. A densidade demográfica do Município de Londrina é de 308,63 hab./km² (IPARDES, 2011).

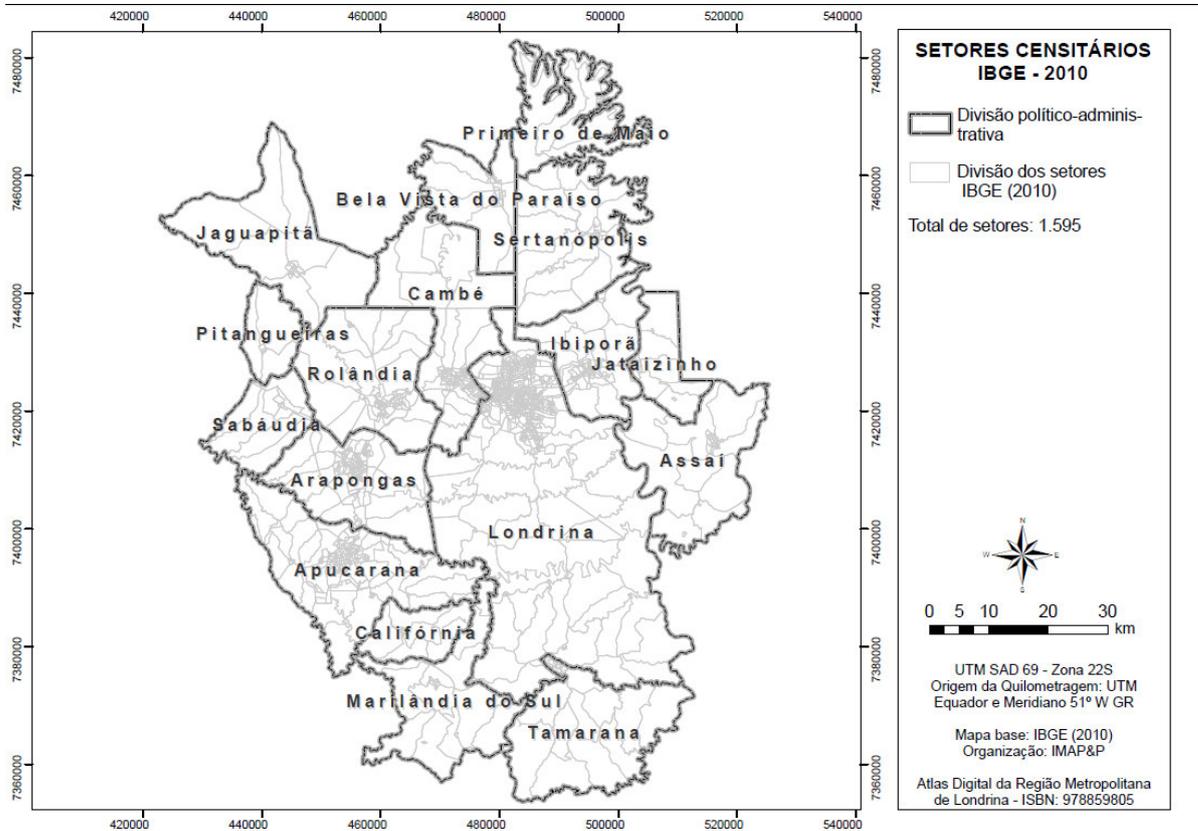
Os municípios limítrofes da cidade de Londrina são: Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Califórnia, Marilândia do Sul, Tamarana, São Jerônimo da Serra, Assaí, Iporã e Sertanópolis.

A zona urbana de Londrina é de 217,95 Km² e a zona de expansão urbana é de 327,51 Km², totalizando 545,02 Km² (IPPUL, novembro 2012). A altitude da área urbana central da cidade é de 608 m (na Catedral Metropolitana) e o ponto mais alto do Município fica próximo de Lerroville, altitude de 820-844²m, em um espigão não perceptível, pois não é um morro, mas apenas um ponto demarcado (Perfil do Município 2012).

A Região Metropolitana de Londrina, primeira do interior brasileiro, foi instituída pela Lei Complementar n.º 81, de 17 de junho de 1998, e alterada pelas Leis n.º 86, de 07/07/2000, e n.º 91, de 05/06/2002 e, também, pela Lei Complementar n.º 129 de 14/07/2010, n.º 144, de 05/04/2012 e n.º 147 de 16/07/2-12. A Região Metropolitana é composta pelos municípios de: Londrina, Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Florestópolis, Iporã, Jaguapitã, Jataizinho, Pitangueiras, Porecatu, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia,

Sertanópolis e Tamarana, abrangendo uma população de 848.363 habitantes segundo IBGE/2010 (Perfil de Londrina 2012).

Mapa 1 – Região Metropolitana de Londrina



Fonte: Atlas Digital – Região Metropolitana de Londrina - 2010

Londrina é, também, a sede da AMEPAR – Associação dos Municípios do Médio Paranapanema, congregando 22 Municípios, com uma população de 858.932 habitantes (Censo Demográfico IBGE – 2000 – Resultados do Universo). Compõem a AMEPAR os seguintes Municípios: Alvorada do Sul, Araongas, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

1.1.1 - Formação socioespacial de Londrina

As informações que constam do breve histórico da cidade de Londrina, descrito a seguir, foram extraídas do Perfil de Londrina 2012 – Ano Base 2011, editado pela Secretaria Municipal de Planejamento (Diretoria de planejamento, Gerência de Pesquisas e Informações – DPI), 37ª edição.

Londrina foi planejada em Londres e implantada pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP para ser a capital da área de colonização e sede da gestão imobiliária dessa empresa no Norte do Paraná.

O governo do Estado do Paraná começou a conceder terras a empresas privadas de colonização a partir de 1922. Em 1924, inicia-se a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltd., que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista na região norte do estado.

Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento, chefiando a Missão Montagu, em 1924, adquiriu duas glebas para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão, com o apoio da “Brazil Plantations Syndicate”, de Londres. Este empreendimento fracassou devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando a uma mudança nos planos. Foi criada, assim, em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado em projetos imobiliários.

Foto 01 - Escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná em Londrina



Fonte: Londrina Histórica – **Autor:** José Juliani

O modelo de ocupação do Norte paranaense pela CTNP consistiu na divisão de lotes rurais de pequena área – cerca de 10 a 20 alqueires – com previsão de núcleos de apoio rurais, mais tarde transformados em cidades devido ao crescimento demográfico e econômico.

O interesse da CTNP era essencialmente motivar a imigração para venda dos lotes de terras; uma vez vendidas, o comprador as tornaria produtivas promovendo o desenvolvimento da região, logo favorecendo os interesses da Companhia e de seus investidores. Para isso oferecia como isca, terras férteis para o plantio de café e de outros cereais. Favorecia a compra da terra, aos imigrantes e reemigrantes, com parcelamentos e também oferecia todas as condições necessárias para a viagem e alojamentos na chegada. (STECA, 2002, p. 43).

A Companhia oferecia aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirirem pequenos lotes com modalidades de pagamento adequadas às condições de cada comprador. Desta forma, houve um estímulo da concentração da produção, principalmente cafeeira, a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais.

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês. No dia 21 de agosto de 1929, chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina. O nome da cidade de Londrina, “pequena Londres”, foi uma homenagem prestada a Londres pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual n.º 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em três de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. O primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro.

Segundo Archela (2008), a CTNP, entre 1926 e 1928, preparou um projeto de construção de ferrovias com o objetivo de ligar Londrina ao oceano Atlântico via porto de Santos em São Paulo e também com Paranaguá no Paraná. Também foram planejadas as rodovias Leste-Oeste, hoje a BR-369, para o escoamento da produção além de ramificações laterais.

O modelo criado pela CTNP previa, ainda, a criação de polos de produção distanciados de 100 em 100 km (cidades como Londrina, Maringá – antiga Lovat – Cianorte e Paranaíba) e de outros intermediários, com 12 a 15 km de distância entre si (cidades como Cambé – antiga Nova Dantzig – Rolândia e Araçongas). A formação em rede destas cidades visava certo isolamento político e a possibilidade de se formarem núcleos econômicos com a implantação de patrimônios, polos comerciais e centros abastecedores intermediários. (ARCHELA, 2008).

Na região de Londrina, os pioneiros encontraram uma mata de grande porte, repleta de gigantescas árvores centenárias como figueiras, perobas, guapuruvus, pau-d'alhos e, a mais abundante, o palmito jussara (*euterpe edulis*).

A **foto 2**, abaixo, mostra a primitiva Avenida Paraná, localizada no centro de Londrina, cercada de palmeiros.

Foto 2 - Avenida Paraná – Londrina-Pr - 1933



Fonte: Londrina Histórica – **Autor:** José Juliani

Quase toda a floresta Tropical-Subtropical que ocupava a região de Londrina, foi devastada para dar lugar às lavouras de café e a expansão urbana.

Foto 3 - Avenida Paraná – década de 30



Fonte: Londrina Histórica – **Autor:** José Juliani

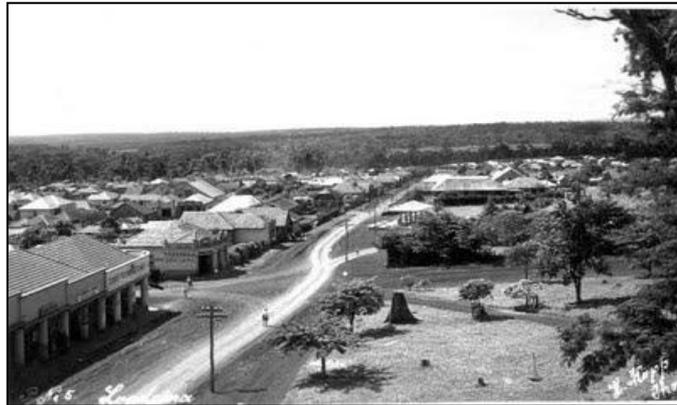
A inexistência de um planejamento racional de extração ou de reflorestamento possibilitou a derrubada de várias madeiras de lei, que foram utilizadas para construção das primeiras moradias na região. Esta prática de edificação em madeira durou aproximadamente quarenta anos, tempo suficiente para a devastação das reservas florestais.

1.1.2 - Evolução da ocupação urbana do município de Londrina

A gênese da ocupação urbana da cidade de Londrina deu-se inicialmente na área central, atual Centro Histórico, que foi projetado para abrigar 20 mil habitantes, consolidando-se na década de 1930 (POLIDORO, 2011).

O valor dos loteamentos, no início da construção da cidade, não era acessível para muitos, principalmente àqueles próximos ao núcleo urbano. Este fato permitiu a instalação de vilas próximas ao centro, como a Vila Casoni, Vila Agari e outros.

Foto 4 - Centro da cidade de Londrina.



Fonte: Londrina Histórica – **Autor:** José Juliani, 1937

O crescimento rápido da área urbana, devido ao desenvolvimento do café, incrementou o setor de comércio, trazendo altos índices de desenvolvimento econômico, tornando a cidade uma das principais do interior do Brasil.

Na década de 1940, ocorreu grande crescimento da cidade, conforme pode ser verificado no quadro 2. Entre 1940-1950, a população urbana teve crescimento de 67,35%, passando a representar 47,93% da população total, tornando-se a primeira cidade do norte do Estado a ter maior taxa de urbanização (CASARIL, 2011).

Quadro 2 – Evolução da População do Município de Londrina entre 1935 – 2010

POPULAÇÃO			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1935*	4.000	11.000	15.000
1940	11.175	19.103	30.278
1950	34.230	37.182	71.412
1960	77.382	57.439	134.821
1970	163.528	64.573	228.101
1980	266.940	34.771	301.711
1991	366.676	23.424	390.100
1996**	396.121	15.679	411.800

2000	433.369	13.696	447.065
2010	493.520	13.181	506.701

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000, 2010; Contagem da População 1996 e Ipardes.

* Dados obtidos de Casaril (2008);

** Já subtraída a população de Tamarana, que era distrito do Município de Londrina e foi desmembrado deste, através da Lei Estadual nº 11.224, de 13/12/1995.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

A partir da década de 1950, a ocupação no entorno do centro expandiu-se para regiões onde bairros mais populares foram se concentrando. A ocupação dirigiu-se para a periferia, sobretudo localizada na porção norte da cidade. Esta expansão acentuou-se a partir de 1960, porém, as ocupações começaram a tornar-se esparsas com grandes vazios urbanos.

A instalação da população nas áreas periféricas trouxe como contradição uma forte verticalização na área do Centro Tradicional, e, em contrapartida, um crescimento horizontal, também elevado, em todos os sentidos e direções da cidade de Londrina (CASARIL, 2011).

Foto 5 - Vista aérea do centro de Londrina –década de 1950.



Fonte: Londrina Histórica

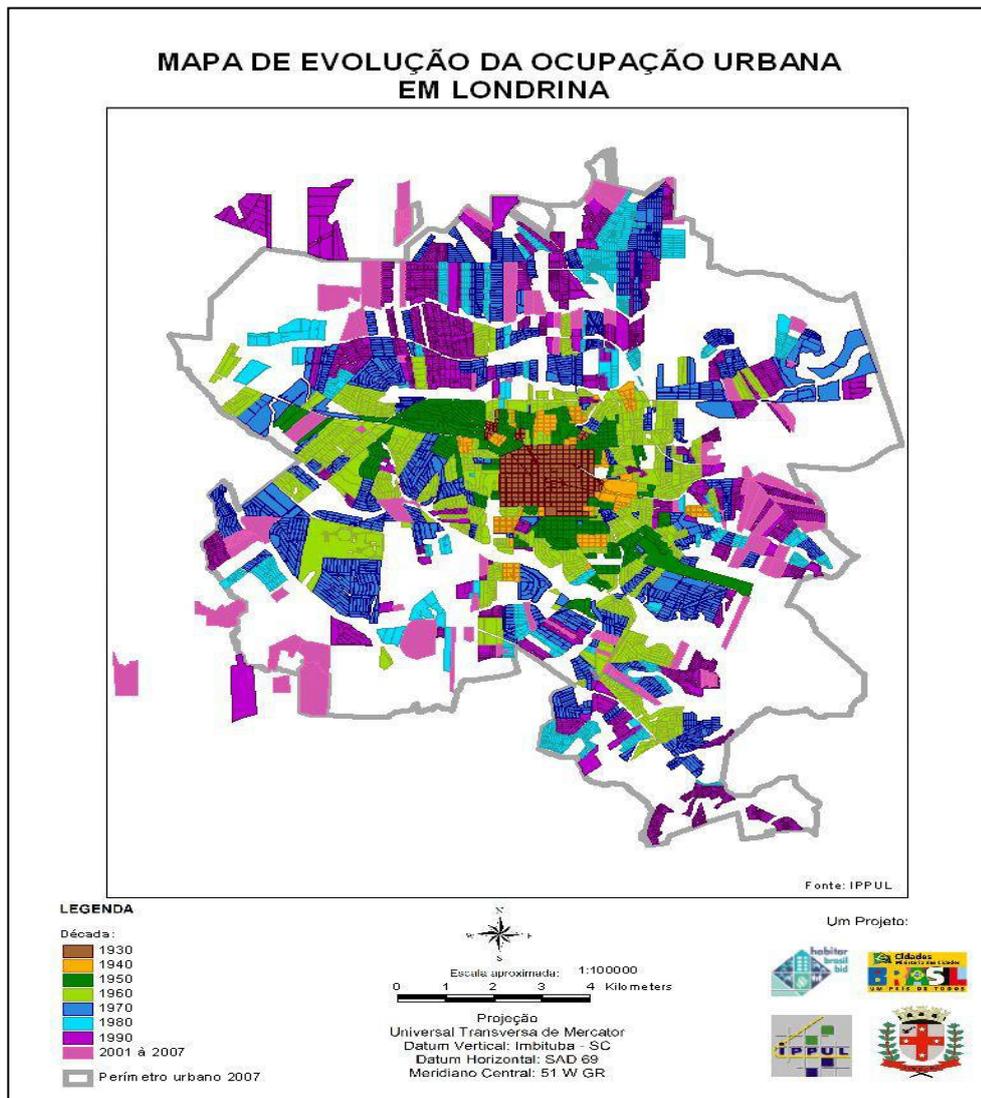
Na década de 1960, a população londrinense passou a apresentar maiores índices de urbanização. A maior taxa de crescimento da população urbana de Londrina foi de 126,06% na década de 1950-1960.

Com a implantação de indústrias, a cidade tornou-se um polo regional, econômico, cultural e de serviços, processo este que se estendeu à década de 1970, com o incentivo do governo por meio de isenção de impostos e financiamentos a baixo custo para implantação.

Segundo Castells (2000), a indústria provocou e provoca até os dias atuais a urbanização da cidade. A população, que era basicamente de caráter rural, migrou para a área urbana, seguindo tendência nacional, provocando uma intensa urbanização.

A partir da década de 1970 a massa rural migrou para a cidade. Na década de 1970-1980, o crescimento da população rural apresenta a taxa negativa de -46,15%. Esta migração pode ser explicada pela crise no campo, provocada pela geadas de 1975, que devastou as plantações de café. A partir deste momento, o meio urbano passou a concentrar diversos segmentos de comércio, constituindo-se então, o núcleo urbano de Londrina. Esta taxa negativa do crescimento da população rural persiste nas décadas seguintes, apresentando os seguintes resultados: -32,63% entre 1980-1991, -33,06% entre 1991-1996, -12,65% entre 1996-2000 e 3,76% entre 2000-2010 (Perfil de Londrina, 2012).

Mapa 2 – Evolução da ocupação urbana em Londrina



Fonte: IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

Nas décadas seguintes, a ocupação urbana estendeu-se às áreas adjacentes ao núcleo original, predominantemente no sentido noroeste-sudeste, induzida pelo leito ferroviário. Contudo, não houve um equilíbrio no processo de urbanização entre o aumento populacional e a distribuição de moradias com infraestrutura (BITENCORT, 2007).

Este processo de urbanização desigual teve como uma de suas consequências a segregação socioespacial. No período entre 1960 e 1970, iniciaram-se as implantações dos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) em Londrina. Com o êxodo rural, a população urbana cresceu terrivelmente e com ela surgiu necessidade de mais moradias, ocorrendo uma periferação da pobreza.

As periferias foram sendo ocupadas por conjuntos habitacionais, enquanto a população de renda mais baixa apropriaram-se de espaços públicos como fundos de vale e áreas de preservação ambiental, tornando-se áreas de alta vulnerabilidade socioambiental e apresentando riscos à saúde pública (POLIDORO; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Bitencort (2007), a **foto 6** mostra a Favela do Grilo, sem data de produção. Quando a favela foi desfeita, foi edificado no local o Conjunto Habitacional Pindorama, entregue à população em 1972, provavelmente, pessoas desse Conjunto e imediações tenham se organizado e ocupado o fundo de vale que também foi um antigo lixão.

Foto 6 – Favela do Grilo - uma das primeiras favelas londrinenses



Fonte: BORTOLOTTI, 2007.

Em 1980, inicia-se o processo de ocupação das regiões Norte e Sul da cidade, através da construção de conjuntos habitacionais.

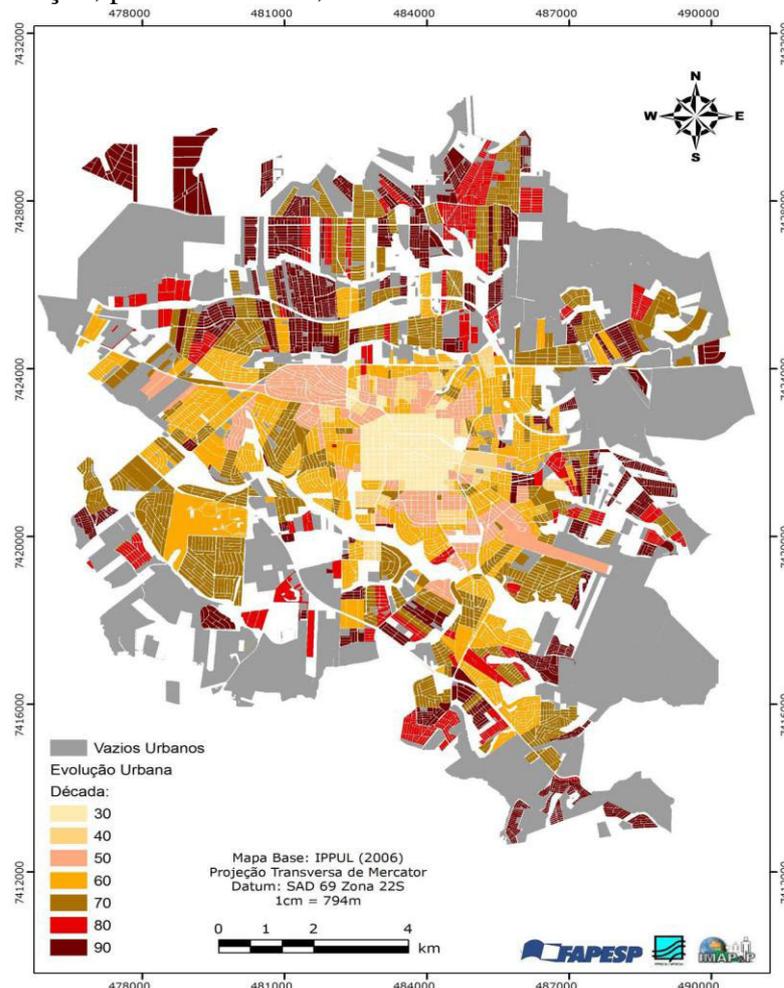
Foto 07 – Casas Populares – “Cinco Conjuntos” final da década de 70



Fonte: BORTOLOTTI, 2007.

A implantação dos conjuntos habitacionais se deu de forma desigual, pois a sua distribuição foi distante do centro da cidade e intercalados a grandes vazios urbanos.

Mapa 3 - Evolução, por loteamentos, da cidade de Londrina e os vazios urbanos.



Fonte: Elaborado com base em IPPUL (2006) por Mauricio Polidoro, 2011.

Após a criação do Lago Igapó, a população de melhor renda concentrou-se em seu entorno enquanto que a melhoria da BR-369 proporcionou o surgimento de indústrias e ocupações mais populares.

De 2000 a 2007, as ocupações destinaram-se principalmente às regiões leste e norte, além de alguns loteamentos fechados em direção sudoeste, devido ao adensamento demográfico da região central e a conurbação da região oeste à Cambé, o que direcionou o crescimento para outras regiões.

Na região norte, fortaleceu-se o uso e ocupação da Av. Saul Elkind trazendo valorização imobiliária às terras. Na região leste, a disponibilidade de infraestrutura e equipamentos urbanos, a consolidação de antigos bairros e a oferta de glebas a baixo custo incentivou o parcelamento no espigão da Av. Jamil Scaff. E na região sul/sudoeste, a qualidade da paisagem, de infraestrutura, comércios e serviços, atraíram os investidores a construir edifícios e loteamentos fechados de alto padrão.

A Gleba Palhano, localizada na região sudoeste, não tinha vocação para qualquer atividade. Até meados de 1990 a área era predominantemente formada por chácaras. O crescimento e a expansão da Gleba Palhano foi rápida após as construções do Catuaí Shopping Center e com as adequações dos acessos ao local que viabilizaram a aquisição destas chácaras para construção de edifícios de alto padrão. Atualmente, os terrenos na Gleba Palhano têm alto valor de mercado, justamente pelas vantagens que possui na divisão social do espaço urbano, tais como infraestrutura e serviços urbanos, áreas verdes organizadas, alto padrão de edificação e status social dos moradores.

A construção do shopping e de universidades particulares na área sudoeste promoveu o surgimento de inúmeros loteamentos de condomínios fechados e a ocupação de prédios permeados de vazios urbanos.

1.2 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Londrina é considerada a quarta maior cidade da região sul do país. Segundo dados do IBGE/2010, a população do Município de Londrina é composta pelas seguintes etnias: 356.542 habitantes de cor branca, 110.305 da cor parda, 21.791 da cor negra, 17.448 da cor amarela e 610 indígenas, 05 não declaram cor/raça, totalizando 506.701 habitantes.

A densidade demográfica do Município de Londrina é de 308,63 hab./km² (IPARDES, 2011). A zona urbana de Londrina é de 217,95 Km² e a zona de expansão urbana é de 327,51 Km², totalizando 545,02 Km² (IPPUL, novembro 2012).

Entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, a população de Londrina cresceu cerca de 1,4% ao ano, passando de 447.065 para 506.701, crescimento superior ao do Estado do Paraná que foi de 0,89% ao ano, e da Região Sul do país que foi de 0,88% ao ano. (MDS, 2012).

Do total de pessoas residentes no município (506.701 habitantes), 97% residem na área urbana e 2,60 % em área rural. O Censo Demográfico elaborado pelo IBGE distingue os domicílios em função da situação rural ou urbana, apontando como urbanos todos os cidadãos que residem nos distritos-sedes ou nas sedes dos demais distritos do município, independentemente do porte da cidade.

Tabela 1 - Distribuição da População de Londrina por Distrito Administrativo – 2010

LONDRINA	POPULAÇÃO								
DISTRITOS	URBANA			RURAL			TOTAL		
	homens	mulheres	TOTAL	homens	mulheres	TOTAL	homens	mulheres	TOTAL
Espírito Santo (1)	-	-	(2)	-	-	(2)	-	-	(2)
Guaravera	1.152	1.147	2.299	880	756	1.636	2.032	1.903	3.935
Irerê	725	696	1.421	481	415	896	1.206	1.111	2.317
Lerrovilhe	825	848	1.673	1.145	957	2.102	1.970	1.805	3775
Maravilha	250	235	485	250	251	501	500	486	986
Paiquerê	658	661	1.319	898	778	1.676	1556	1.439	2.995
São Luiz	388	374	762	425	406	831	813	780	1.593
Warta	555	550	1.105	235	215	450	790	765	1.555
Sede	231.085	253.371	484.456	3.107	1.982	5.089	234.192	255.353	489.545
TOTAL	235.638	257.882	493.520	7.421	5.760	13.181	243.059	263.642	506.701

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (Perfil do Município 2012)

(1) O Distrito de Espírito Santo foi criado pela Lei Municipal n.º 5.842 de 20/07/94.

(2) O IBGE não considerou a delimitação do Distrito do Espírito Santo, prevista pela Lei 5.842, em virtude da existência de conflitos (sobreposição de áreas) entre esta Lei e a legislação que dispõe sobre a área urbana municipal. Assim, a população do Distrito do Espírito Santo está computada no Distrito Sede.

A população rural, que totaliza 13.181 pessoas, encontra-se distribuída da seguinte forma: 5.089 pessoas (38,6%) encontram-se na área rural do distrito sede e 8.092 pessoas (61,4%) na área rural dos demais distritos.

A tabela 2 apresenta a evolução da população de Londrina por faixa etária, comparando o resultado do censo de 2000 e 2010 realizado pelo IBGE.

Tabela 2 – População do Município de Londrina por faixa etária – 2000 e 2010

População ⁽¹⁾ (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	36.157	37.288	38.847	23.969	58.511	105.158	133.437	433.367
	2010	31.294	32.675	38.427	23.763	60.768	118.801	187.792	493.520
Rural	2000	1.189	1.373	1.413	943	1.675	3.062	4.043	13.698
	2010	844	903	1.132	770	1.590	3.044	4.898	13.181
Total	2000	37.346	38.661	40.260	25.103	59.995	108.220	137.480	447.065
	2010	32.138	33.578	39.559	24.533	62.358	121.845	192.690	506.701

Fonte: (1) IBGE - CENSO 2000 e 2010;

Nota: No resultado Total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada. No caso dos municípios que não participaram da contagem a população é toda estimada.

Podemos observar que a faixa etária de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,0% ao ano). Em 2000, a faixa etária de crianças e jovens (0 a 14 anos) detinham 26% do contingente populacional, correspondente a 116.267 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,8% da população, totalizando 105.275 habitantes.

Entre 2000 e 2010, podemos observar um crescimento da população da faixa etária de 40 anos ou mais, pois este grupo representava 30,75% da população total, em 2000, e em 2010 detém 38,03%, do total da população do município, um crescimento de 3,82% ao ano.

2.3 - ASPECTOS ECONÔMICOS

De acordo com o IBGE (2010), a participação do comércio e serviços no PIB de Londrina é de 55,41%, seguido da indústria (16,8%) e da agropecuária (1,3%). Londrina é responsável por 4,57% do PIB do Paraná e por 0,26% do PIB brasileiro.

Segundo o Perfil do Município (2013), ano base 2012, o município de Londrina contava com 13.326 estabelecimentos de comércio, 15.674 de serviços e de 6.753 de autônomos. Do total de autônomos 2.717 são de nível superior, 640 de nível médio, 3.327 de nível operacional e 69 não informados.

Quadro 3 - Comércio e serviços – Londrina - 2012

Estabelecimentos comerciais	13.326
Estabelecimentos de serviços	15.674
Bancos	17 (86 agências)
Nº de Hospitais	26 (1.749 leitos hospitalares)
Nº de Leitos Hospitalares	67
Unidades Básicas de Saúde	53
Telefonia Fixa	19.9258 (ANATEL)
Terminais Telefônicos – Acessos Fixos Instalados	195670 (SERCOMTEL)
Telefones de Uso Público	3.716

Telefones de Uso Público para Cadeirantes	103
Telefones de Uso Público para Deficientes Auditivos	13
Telefones Celulares Habilitados em Serviço:	2.580.363
Nº de Consumidores de Energia Elétrica	218.389
Consumo de Energia Elétrica (MWh)	1.256.281 Mwh
Total de Ligações de Água	150.967
Total de Economias de Água	210.640
Porcentagem da População do Município Abastecida com Água	100%
Total de Ligações de Esgoto Sanitário	121.395
Total de Economias de Esgoto Sanitário	180.819
População do Município Servida por Esgoto Sanitário	87%

Fonte: Perfil de Londrina 2013

Segundo o Relatório de Informações Sociais do MDS a estrutura econômica de Londrina conta com uma participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 65,2% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 17,4% em 2010. Conforme o Perfil de Londrina 2013, o município tem 2.547 estabelecimentos industriais.

Quadro 4 - Indústrias (gêneros) do Município de Londrina – 2012

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NÚMEROS
Extração de minerais não-metálicos	6
Fabricação de produtos alimentícios	230
Fabricação de bebidas	6
Fabricação de produtos de fumo	3
Fabricação de produtos têxteis	79
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	550
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	45
Fabricação de produtos de madeira	84
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	34
Impressão e reprodução de gravações	171
Fabricação de produtos químicos	60
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	6
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	90
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	83
Metalurgia	27
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	296
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	44
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	32
Fabricação de máquinas e equipamentos	117

Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	42
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	12
Fabricação de móveis	155
Fabricação de produtos diversos	157
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	218
TOTAL	2.547

Fonte: Perfil de Londrina 2013

Conforme dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2012, a capacidade de geração de renda através de atividades na área da pecuária apontam que as cinco principais culturas de rebanho local são: aves, bovinos, suínos e ovinos nesta ordem.

Quadro 5 - Principais Rebanhos e Avicultura em Londrina – 2012

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS
Asininos	10
Aves (1)	2.303.268
Bovinos	53.758
Bubalinos	95
Caprinos	450
Equinos	2.500
Muares	110
Ovinos	7.300
Suínos	13.050
TOTAL	2.380.541

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2012.

(1) Inclui: galinhas, galos, frangas, frangos, pintos e codornas.

Organização dos dados: PML/SMPOT/Gerência de Pesquisas e Informações.

Segunda a Pesquisa Pecuária Municipal de 2012, a produção de leite do município que foi 4.500.000 litros, a produção de ovos de galinha foi de 7.393 mil dúzias e de codorna 124 mil dúzias.

A pesquisa supracitada também fornece dados acerca da área de agricultura local, quanto às principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias.

Quadro 6 - Colheita e Valor de Produção dos Principais Produtos da Lavoura Temporária - Londrina 2012

PRODUTOS	Rendimento Médio Kg/ha	Quantidade Produzida (t)	valor da produção (mil reais)	Área colhida (ha)
Amendoim em casca	1.825	219	285	120
Arroz em casca	2.219	2.048	1.024	923
Aveia em grão	2.800	560	157	200

Cana-de-açúcar	50.000	1.250	83	25
Feijão em grão	1.100	330	660	300
Mandioca	20.000	14.520	2.904	726
Milho em grão	5.680	301.020	130.731	53.000
Soja em grão	2.701	121.550	108.423	45.000
Tomate	59.780	29.352	27.738	491
Trigo em grão	2.632	25.005	14.048	9.500
TOTAL	-	495.854	286.053	110.285

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2012.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

O quadro 7 apresenta dados da Lavoura Permanente.

Quadro 7 - Colheita e Valor de Produção dos Principais Produtos da Lavoura Permanente - Londrina 2012

PRODUTOS	Rendimento Médio Kg/ha	Quantidade Produzida (t)	valor da produção (mil reais)	Área colhida (ha)
Abacate	15.000	375	345	25
Café (em grão)	1.244	4.230	22.334	3.400
Caqui	20.000	320	328	16
Figo	10.000	30	96	3
Goiaba	25.000	50	99	2
Laranja	24.371	7.555	1.511	310
Limão	20.000	800	688	40
Mamão	30.000	90	96	3
Manga	25.000	100	68	4
Maracujá	18.750	150	284	8
Palmito	1.600	8	18	5
Pêra	12.000	36	48	3
Tangerina	39.659	3.490	1.874	88
Urucum	2.000	2	7	1
TOTAL	-	17.236	27.796	3.908

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal 2012.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

Segundo o MDS, o município de Londrina possuía em 2006 o total de 2.160 agricultores familiares, o que correspondia a 69% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 11% da área, ocupavam 55% da mão de obra do setor e participavam com 21% do valor da produção agropecuária municipal.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por oito anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre

2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 54.391. No último ano, as admissões registraram 103.023 contratações, contra 96.254 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 156.875 postos, 31,5% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 36,9% no mesmo período.

1.4 - ASPECTOS SOCIAIS

1.4.1 – Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Londrina

A tabela 3 apresenta a evolução do IDH-M de Londrina, comparando os dados de 2000 e 2010 obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do Perfil de Londrina 2013, ano base 2012, no portal da Prefeitura do Município de Londrina.

O IDH-M é calculado com base nos dados dos Censos Demográficos e obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). O valor varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo do 1 melhor o desempenho. O valor de 0,700 a 0,799 é considerado alto e de 0,8, muito alto.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano – Londrina – 2000 e 2010

INFORMAÇÃO	2000	2010
Longevidade (IDHM-L)	0,796	0,837
Esperança de vida ao nascer (em anos)	72,8	75,2
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	21,2	11,7
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	24,7	13,8
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	1,9	1,7
Educação (IDHM-E)	0,612	0,712
Taxa de analfabetismo acima de 15 anos	7,07	4,5
% de 18 anos ou mais com EF completo	53,09	64,87
% de 05 a 06 anos na escola	71,67	89,05
% de 11 a 13 anos nos anos finais do EF ou com EF completo	82,74	89,62
% de 15 a 17 anos com EF Completo	65,21	65,76
% de 18 a 20 anos com EM completo	43,02	53,96
Renda (IDHM-R)	0,753	0,789

Renda per capita	868,8	1.083,36
IDH-M	0,716	0,778
Classificação na unidade de federação	10	6
Classificação nacional	194	145

Fonte: PNUD/IPEA/PML

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Londrina, calculado com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, subiu de 0,716 em 2000 para 0,778 em 2010, correspondendo a uma taxa de crescimento de 8,66%.

O IDH-M de Londrina é considerado alto. Entre 2000 e 2010, a diferença entre limite máximo do índice, que é 1, e o IDH-M de Londrina foi reduzido para 21,83%. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos no período foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda. Londrina ocupa a 145ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 144 (2,59%) municípios estão em situação melhor e 5.421 (97,41%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 399 outros municípios de Paraná, Londrina ocupa a 6ª posição, sendo que 5 (1,25%) municípios estão em situação melhor e 394 (98,75%) municípios estão em situação pior ou igual. (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013).

A mortalidade infantil, referente a crianças com menos de um ano de idade, em Londrina reduziu 44% de 2000 a 2010. A esperança de vida ao nascer aumentou 2,4 anos na última década, de 72,8 anos em 2000 para 75,2 anos em 2010. No Estado do Paraná, a esperança de vida ao nascer foi de 74,8 anos e para o país foi de 73,9 anos em 2010.

Conforme dados do IDHM Educação (PNUD, 2013), contidos na tabela 4, 7,07% da população de Londrina, acima dos 15 anos, não sabiam ler e escrever. No Censo de 2010, esse índice caiu para 4,5%, o que representa 22.802 da população londrinense. Mesmo com a redução, o Município de Londrina não conseguiu atingir a meta de ficarem livres do analfabetismo. Para ser considerado sem analfabetos, o índice deve ficar abaixo dos 4%. De acordo com dados do Censo 2010, o maior índice de analfabetismo está na faixa etária acima dos 40 anos, pois 4,3% dos londrinenses com idade entre 40 e 59 anos não sabem ler e escrever; na faixa etária acima dos 60 anos, esse índice salta para 16,3%.

A proporção de crianças de 05 a 06 anos na escola cresceu 24,25% no período de 2000 a 2010 e a proporção de 11 a 13 anos frequentando aos anos finais de EF cresceu 8,32% no mesmo período.

No período de 2000 a 2010, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com EF completo cresceu 0,84% e a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com EM completo cresceu 25,43%.

Conforme informações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a proporção de alunos entre 6 e 14 anos de Londrina, que estavam cursando o EF regular na série correta para idade, diminuiu de 76,08% em 2000 para 69,48% em 2010. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a proporção que estavam cursando o EM regular sem atraso cresceu de 37,32% em 2000 para 39,98% em 2010. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 15,48% estavam cursando ensino superior em 2000 e 25,86% em 2010.

Em 2010, 64,87% da população adulta de Londrina, de 18 anos ou mais de idade, tinha completado o ensino fundamental e 47,81% o ensino fundamental No Paraná, estes números são de 55,53% para o ensino fundamental e 38,52% para o ensino fundamental.

A taxa média anual de crescimento da renda per capita de Londrina cresceu 24,76% no período de 2000 a 2010.

Apesar do alto índice de desenvolvimento humano e a melhoria do desempenho no conjunto de indicadores que compõem o IDH-M, no município de Londrina, há altas taxas de concentração de renda, o que leva a desigualdade social, que pode ser evidenciada pelo número expressivo de pessoas vivendo em situação de pobreza em assentamentos, ocupações e favelas, localizadas nas áreas periféricas da cidade.

1.4.2 – Vulnerabilidade Social

Conforme dados do PNUD, de 2010, pelo índice de Gini, o Brasil é apontado com o terceiro país mais desigual do mundo, com um resultado de 0,56. Em Londrina, a desigualdade diminuiu na última década, pois o índice de Gini passou de 0,57 em 2000 para 0,51 em 2010. Este desempenho decorre da concentração na apropriação da renda total produzida que é de 57,23% da renda apropriada pelos 20% mais ricos, e 42,77% pelos 80% mais pobres. (PNUD, 2013, p.12; PORTAL ODM, 2012, p. 2).

O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Tabela 4 – Renda, Pobreza e Desigualdade – Londrina-PR – 2000 e 2010

Renda, Pobreza e Desigualdade	ANO	
	2000	2010
Renda per capita	868,8	1.083,35
% de extremamente pobres	2,14	0,74
% de pobres	9,58	3,27
Índice de Gini	0,57	0,51
Renda apropriada por estratos da população	2000	2010
20% mais pobres	3,12	4,14
40% mais pobres	9,61	12,15
60% mais pobres	19,91	23,94
80% mais pobres	37,98	42,77
20% mais ricos	62,02	57,23

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) considera extremamente pobres as famílias cuja renda per capita seja de até R\$ 70,00 (setenta reais), aproximadamente 1/8 do salário mínimo.

Conforme dados do último Censo Demográfico, em Londrina, a população total era de 506.701 residentes, dos quais cerca de 3.750 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00.

Segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, as crianças e jovens de Londrina apresentam as seguintes vulnerabilidade social conforme tabela 5.

Tabela 5 - Vulnerabilidade Social no município de Londrina

Vulnerabilidade Social	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade Infantil	28,77	21,2	11,73
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	51,64	27,13
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	15,15	3,86	2,66
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	9,04	4,51
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,13	0,24	0,23
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	5,73	6,76	5,32
Taxa de atividade – 10 a 14 anos	-	6,45	5,15
Família			
% de mãos chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	10,98	10,59	13,42
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1,59	1,56	0,84
% de crianças extremamente pobres	5,08	4,12	1,56
Trabalho e Renda			

% de vulneráveis à pobreza	37,24	26,33	12,38
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	35,25	24,34
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,31	1,22	0,34

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2013

Conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), a criança (pessoa de 0 a 12 anos incompletos) e o adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos de idade) são segmentos legalmente considerados como prioridade absoluta pela família, comunidade, a sociedade em geral e pelo poder público. Sendo assim deveriam ter prioridade na proposição de ações por todas as políticas públicas.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (Lei n.º 8069, 1990)

Dados do IBGE/2010 indicam que o município conta com 26,3% de sua população na faixa de idade de 0 a 17 anos, totalizando 133.054 pessoas, das quais 85.496 (16,9%) são crianças de 0 a 12 anos incompletos e 47.558 (9,4%) são adolescentes, de 12 a 17 anos.

1.4.3 - Panorama da situação de violência no município de Londrina

Segundo o Relatório Estatístico Criminal – Paraná 2012 – emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP), com dados extraídos da base de Boletim de Ocorrência Unificado-2012, da Polícia Civil e Polícia Militar, quanto a registros de crimes consumados contra a dignidade sexual, Londrina aparece em 5º lugar com 299 registros, seguida de Maringá em 4º lugar com 314, Ponta Grossa em 3º lugar com 380, Curitiba em 2º lugar com 650 e São José dos Pinhais em 1º lugar com 807 registros.

Nos registros de crimes consumados contra a Administração Pública, Londrina, também, ficou em 5º lugar com 1.054 registros, em seguida, Umuarama em 4º lugar com 1.098, Cascavel em 3º lugar com 1.143, São José dos Pinhais em 2º lugar com 1.351 e Curitiba em 1º lugar com 2.793. (SESP – RELATORIO ESTATÍSTICO CRIMINAL – PARANÁ 2012).

Segundo Relatório Estatístico Criminal – Paraná 2012, Londrina ocupa o quarto lugar no Paraná em relação a crimes consumados contra a pessoa, com 14.539 registros, seguido por Ponta Grossa em 3º lugar com 16.514, em 2º São José dos Pinhais com 32.861 e em 1º lugar Curitiba com 43.670.

Quadro 8 - Crimes contra a pessoa registrados pela Polícia Civil e Polícia Militar
Paraná 2012

NATUREZA	Curitiba	S.J. Pinhais	Ponta Grossa	Londrina
Ameaça	19.428	15.838	7.454	6.635
Lesão Corporal	7.700	6.523	3.799	2.412
Injúria	7.342	3.775	2.000	2.655
Difamação	1.927	1.241	684	557
Lesão Corporal – violência doméstica e familiar	1.604	1.945	1.148	986
Calúnia	1.498	988	408	461
Violação de domicílio	1.601	823	310	186
Constrangimento ilegal	662	180	89	119
Maus tratos	159	187	106	77
Lesão corporal culposa	100	90	50	22
Demais Crimes contra a pessoa	1.649	1.271	466	429
TOTAL	43.670	32.861	16.514	14.639

Fonte: BOU, Polícia Civil, Polícia Militar

Nota: Dados extraídos da base BOU em data de 14/01/2013.

Conforme o mesmo relatório, em relação a registro de crimes consumados contra o patrimônio, Curitiba ocupa o 1º lugar com 82.210 registros, São José dos Pinhais está em 2º lugar com 34.521 e Londrina em 3º lugar com 20.361 registros.

Quadro 9 - Registro de Crimes consumados contra o Patrimônio
Polícia Civil e Polícia Militar - Paraná 2012

NATUREZA	Curitiba	S.J. Pinhais	Londrina
Furto	43.174	15.818	10.096
Roubo	24.379	10.213	5.413
Estelionato	7.074	2.735	1.967
Dano	6.037	2.735	2.218
Apropriação indébita	757	4.598	290
Esbulho Possessório	60	506	20
Extorsão	112	206	48

Demais crimes contra o patrimônio	644	401	309
TOTAL	82.210	34.521	20.361

Fonte: BOU, Policia Civil, Policia Militar

Nota: Dados extraídos da base BOU em data de 14/01/2013.

A última medida para tentar conter a violência na cidade de Londrina foi a instalação de uma Unidade do Paraná Seguro (UPS). O governo do Paraná inaugurou a nova UPS no dia do aniversário da cidade, 10/01/2013, no Conjunto União da Vitória, região Sul de Londrina. Esta é a 12ª UPS do Estado e segunda unidade inaugurada fora de Curitiba. A primeira UPS no interior do Paraná foi instalada em Cascavel. A UPS é uma criação do governo estadual similar a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), implantada no Rio de Janeiro. Em Curitiba, a primeira UPS foi instalada no Uberaba, um dos bairros com os maiores índices de criminalidade da capital. (SANTA; ELOZA, 2012).

A escolha do bairro União da Vitória deveu-se à sua localização próxima de presídios e da rodovia PR-445, que facilita a circulação de marginais. Ao todo 37 (trinta e sete) policiais militares e 03 (três) viaturas, além de uma instalação física, foram disponibilizadas para o bairro. Entre as atividades desenvolvidas pelos policiais, estão o patrulhamento ostensivo, campanhas preventivas contra a violência (palestras e distribuição de cartilhas sobre violência doméstica, segurança residencial, ações de fiscalização de trânsito urbano, visitas a moradores). (SANTA; ELOZA, 2012).

A Unidade Paraná Seguro contará com uma parceria da Prefeitura de Londrina na disponibilização de um terreno para a locação da estrutura física da unidade e, também, suporte na reurbanização do bairro.

Na nova versão do Mapa da Violência no Brasil, com dados de 2012, divulgado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (CEBELA), Londrina aparece na 600ª posição no ranking nacional, com a taxa de 33,9 mortes por 100 mil habitantes e em 54ª posição no ranking do Estado do Paraná. Tamara e Florianópolis, cidades da Região Metropolitana de Londrina, ficaram entre as cem mais violentas do país com a 25ª e 76ª posição, respectivamente, no “ranking” nacional. A taxa de homicídios de Tamara foi de 94,9 mortes por 100 mil habitantes e de Florianópolis de 72,2 por 100 mil habitantes, o que faz com que ocupem, respectivamente, a segunda e quinta posição de cidades com a taxa mais alta de homicídios no Paraná.

No Paraná, a cidade mais violenta em 2012 foi Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba. Com a taxa de 106,6 homicídios por 100 mil habitantes, o município ficou em 14º no ranking nacional. (CEBELA, 2014).

Segundo dados da Subdivisão da Polícia Civil – Paraná 2012 - Londrina teve um saldo de 111 homicídios dolosos em 2012. Das 111 vítimas de homicídios, 80% eram do sexo masculino. A região Norte foi a mais violenta, concentrando 35 assassinatos (31%), seguida da região Oeste com 22 homicídios (20%), depois a região Sul com 20 homicídios (18%), a região Centro teve 14 homicídios (13%), a região Leste teve 13 homicídios (12%) e, por fim, a zona rural com 07 homicídios (6%). (FRASÃO, 2013).

No Mapa da Violência 2014 – Os jovens do Brasil, que traz um estudo sobre os homicídios de jovens, entre 15 e 29 anos de idade, Londrina aparece na 234ª posição nacional com 98 homicídios de jovens em 2012, com a taxa de 73,4 mortes por 100 mil habitantes e na 17ª posição no Paraná.

Tabela 6 - Homicídios de jovens – número e taxas (por 100 mil) – Municípios do Paraná com mais de 10 mil jovens - 2012

Município	UF	Jovens 2012	Homicídios					Taxa 2012	Brasil	Paraná
			2008	2009	2010	2011	2012			
Campina Grande do Sul	PR	10.905	22	34	23	26	19	174,2	27º	1º
Sarandi	PR	22.624	19	11	21	30	39	172,4	29º	2º
Foz do Iguaçu	PR	69.004	138	123	107	98	96	139,1	48º	3º
Almirante Tamandaré	PR	28.995	38	44	40	47	38	131,1	61º	4º
Cascavel	PR	82.629	71	75	84	79	107	129,5	64º	5º
Colombo	PR	60.194	57	74	68	76	74	122,9	75º	6º
Piraquara	PR	27.109	44	42	54	42	33	121,7	79º	7º
Cambé	PR	24.683	17	13	10	17	30	121,5	80º	8º
Pinhais	PR	32.121	37	50	69	23	39	121,4	81º	9º
Campo Mourão	PR	23.226	28	19	32	20	26	111,9	95º	10º
Araucária	PR	34.684	28	47	41	29	38	109,6	106º	11º
Fazenda Rio Grande	PR	23.306	15	32	29	32	23	98,7	145º	12º
Telêmaco Borba	PR	18.284	18	17	21	15	18	98,4	146º	13º
São José dos Pinhais	PR	74.901	74	113	95	93	72	96,1	151º	14º
Curitiba	PR	470.395	592	582	563	428	405	86,1	175º	15º
Rolândia	PR	15.250	7	10	16	10	13	85,2	178º	16º
Londrina	PR	133.466	103	98	81	80	98	73,4	234º	17º

Fonte: Mapa da Violência 2014 – Os jovens do Brasil

Outras cidades da Região Metropolitana de Londrina que se destacaram foram Cambé, com 30 homicídios de jovens, com a taxa de 121,5 mortes por 100 mil habitantes, e Rolândia, com 13 homicídios, com a taxa de 85,2 mortes por 100 mil habitantes. Com estas taxas,

Cambé e Rolândia ocupam, respectivamente, a 80^a e 178^a posição nacional em números de homicídios de jovens. (WAISELFISZ, 2014).

1.5 – EDUCAÇÃO BÁSICA EM LONDRINA

Segundo o INEP (2013), os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do EF e EM, além das avaliações do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e Prova Brasil, são utilizados para o cálculo do IDEB, que serve de referência para as metas do PDE.

O Censo Escolar, coordenado pelo INEP, é realizado anualmente e se constitui de um levantamento de dados estatístico-educacionais (estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar) de âmbito nacional, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O levantamento de dados abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). (INEP, 2013).

Os dados obtidos no Censo Escolar fornecem um panorama nacional da educação básica e servem de referência para formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, que incluem transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Os dados sobre as modalidades de ensino ofertadas no município de Londrina, demonstrados na tabela 7, foram obtidos no Perfil de Londrina 2013, ano base 2012, e Censo Escolar 2012.

Tabela 7 - Número de Escolas, Entidade Mantenedora e Modalidades de Ensino Ofertadas – Londrina - 2012

MODALIDADES OFERTADAS										
Entidade mantenedora	Número de escolas	Educação infantil		Ensino fundamental – anos iniciais e anos finais	Ensino médio	Educ. Jovens e Adultos Ensino Fundamental	Educ. Jovens e Adultos Ensino Médio	Educação Especial (I)	Ensino superior	Pós-graduação
		Creche	Pré-escola							
Estadual	68	1	2	64	53	10	10	21	1	1
Municipais	94	15	14	79	-	41	-	-	-	-
Federal	2	-	-	-	1	-	-	-	2	1
Particular	220	172	192	62	18	1	1	5	11	11
Particular com Convênio municipal	59	55	57	-	-	-	-	-	-	-

Particular com Convênio estadual	7	6	5	6	-	5	-	7	-	-
TOTAL	450	249	270	211	72	57	11	33	14	13

Fonte: Secretaria Estadual da Educação do Paraná. Secretaria Municipal de Educação de Londrina – BDEweb. Instituições de Ensino Superior de Londrina. Ministério da Educação (Dados do Censo Escolar de 2012)/e-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior.

Organização dos dados: PML/SEPLAN/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

(I) Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos.

Conforme dados do MEC (2013), o município de Londrina conta, também, com escolas rurais em áreas específicas, sendo da rede estadual 03 escolas do campo e 02 escolas em comunidade indígena e da rede municipal 02 escolas do campo.

1.5.1 – Indicadores Educacionais

A taxa de rendimento escolar expressa o percentual de alunos aprovados, reprovados e afastados por abandono.

Conforme o INEP (2013), os cálculos das taxas de aprovação, reprovação e abandono são baseados nas informações sobre o movimento e o rendimento dos alunos. As regras de tratamento, o tratamento de situações antes inexistentes, as fórmulas e conceitos e os critérios utilizados para os cálculos são descritos e informados pelo INEP através de publicação de nota técnica. Com esta ação, o INEP busca dirimir dúvidas e garantir a transparência de seus processos de trabalho.

Segundo o Portal Brasileiro de Dados Aberto (2013), para acompanhar o percurso do aluno no sistema educacional, o INEP atribui um Código de Identificação único (ID) a cada estudante, o que permite o aprofundamento da análise das variáveis de movimento e rendimento escolar como também permite a utilização de críticas de consistências cruzadas que contribuem para melhorar a qualidade e fidedignidade dos dados.

Tabela 8 – Taxa de Rendimento Escolar do Brasil, Estado do Paraná e Londrina - 2012

REDE	BRASIL								
	Taxa de Aprovação			Taxa de Reprovação			Taxa de Abandono		
	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM
Pública	91,7	84,1	78,7	6,9	11,8	12,2	1,4	4,1	9,1
Privada	97,7	94,4	93,4	2	5,4	6,1	0,3	0,2	0,5
Municipal	89,9	81,2	79,6	8,4	13,6	10,8	1,7	5,2	9,6
Federal	95,7	90,1	84,2	4,3	9,8	13,4	0	0,1	2,4
Estadual	93,9	83,7	76,4	4,9	12,1	13,1	1,5	4,2	10,5

REDE	PARANÁ								
	Taxa de Aprovação			Taxa de Reprovação			Taxa de Abandono		
	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM
Pública	93,4	82	78,8	6,4	14,5	14,1	0,2	3,5	7,1
Privada	98,5	96,2	95,7	1,5	3,7	3,9	0,1	0	0,4
Municipal	93,5	82,9	-	6,3	15	-	0,2	0,1	-
Federal	-	92,4	90,4	-	7,6	7,9	-	0	1,7
Estadual	86,5	82	78,7	10,4	14,5	14,2	3,1	3,5	7,1
REDE	LONDRINA								
	Taxa de Aprovação			Taxa de Reprovação			Taxa de Abandono		
	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM	EF (1 ^o ao 5 ^o)	EF (6 ^o ao 9 ^o)	EM
Pública	95,1	80,2	76,2	4,3	16,9	18,8	0,6	2,9	5
Privada	99,1	97,5	96,7	0,8	2,5	3,1	0,1	0	0,2
Municipal	95,6	82,8	-	4,2	17,2	-	0,2	0	-
Federal	-	-	74,4	-	-	12,8	-	-	12,8
Estadual	85	80,2	76,2	6,5	16,9	18,9	8,5	2,9	18,9

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

Segundo INEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira, oferecer subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica e, também, oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

O SAEB, até 2011, era composto por duas avaliações complementares. A primeira, denominada ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica - abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizado na área rural e urbana e matriculado no 5^o e 9^o anos do ensino fundamental e também no 3^o ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo. A segunda, denominada ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que também são utilizados no cálculo do IDEB.

A Prova Brasil foi criada em 2005 para complementar a avaliação proposta pelo SAEB, mas teve sua primeira aplicação realizada em 2007. Desde então é realizada a cada dois anos é aplicada pelo MEC a alunos do 5^o e 9^o anos do Ensino Fundamental e do 3^o ano

do Ensino Médio de escolas públicas urbanas e rurais que tenham pelo menos 20 alunos por série.

A prova foi criada com base nas propostas curriculares de alguns estados e municípios e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). A Prova Brasil mede os conhecimentos dos alunos nas disciplinas de português e matemática, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar. Entretanto, a partir de 2013, passa a ser incluída a disciplina de ciências na prova aplicada apenas aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Para o 5º ano do fundamental, a avaliação continua sendo apenas de matemática e português.

A partir de 2013, o SAEB passa a ser composto por mais uma avaliação: a ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização – incorporada ao SAEB pela Portaria n.º 482, de 07/02/2013. A ANA é uma avaliação direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, fase final do Ciclo de Alfabetização, e insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização. A ANEB e a ANRESC/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual.

A tabela 9 apresenta o resultado da Prova Brasil, referente a 2011, do município de Londrina, do Estado do Paraná e do país.

Tabela 9 – Resultado da Prova Brasil - 2011

Dependência Administrativa/Localização	Anos iniciais do Ensino Fundamental		Anos finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
BRASIL						
Municipal	183,9	202,7	233,5	240,2	*	*
Estadual	190,6	209,8	238,7	244,7	260,2	264,1
Federal	235,2	257,7	298,8	323,4	325,4	359
Pública	185,7	204,6	236,9	243,2	260,6	264,6
Privada	222,7	242,8	282,1	298,3	312,7	332,8
ESTADO DO PARANÁ						
Estadual	189,6	215,4	243,2	251,9	263,3	271,4
Pública	196,5	220,6	243,4	252,1	263,3	271,4
Privada	231	259	285	307,3	320,5	350,9
LONDRINA						
Municipal	197,6	224,7	235,1	248,8	*	*
Estadual	-	-	247,25	254,32		

Fonte: INEP

O IDEB foi criado em 2007 pelo INEP como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade escolar: o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O IDEB serve como ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE para a educação básica e é um importante condutor de política pública para melhoria da qualidade da educação. O PDE estabeleceu como meta que o IDEB do Brasil em 2022 será de 6,0, que corresponde à média de um sistema educacional de qualidade comparada a dos países desenvolvidos. (INEP, 2013).

As avaliações do IDEB são realizadas a cada dois anos e são aplicadas nos alunos do EF (anos iniciais), 4ª série/5º ano, e EF (anos finais) da 8ª série/9º ano. (INEP, 2013).

Os resultados sintéticos do IDEB são facilmente assimiláveis e permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O IDEB é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), obtidos no Censo Escolar, e no desempenho dos alunos no SAEB e na Prova Brasil. Em uma escala de 0 a 10, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação. (INEP, 2013).

Nas escolas do Estado do Paraná, o IDEB das escolas da rede estadual de EF (anos iniciais), em 2007, cresceu 4% em relação a 2005, ficando em 5,2, o que deixa o índice acima da meta que era de 5,0. No entanto, nos anos posteriores não houve crescimento, pois o IDEB em 2009 e 2011 manteve-se em 5,2 e abaixo da meta de 5,4 e 5,7 respectivamente. O IDEB do EF (anos finais) das escolas da rede estadual cresceu, em 2007, 21% em relação a 2005, em 2009 cresceu 3% em relação a 2007 e em 2011 o IDEB foi de 4,0, acusando uma queda de 2% em relação a 2009, no entanto ficou acima da meta que era de 3,8. (INEP, 2013).

A tabela, abaixo discriminada, apresenta o IDEB das escolas públicas do Município de Londrina e as metas a serem alcançadas.

Tabela 10 – IDEB das Escolas Públicas do Município de Londrina

IDEB - Ensino Fundamental (anos iniciais) - Rede Municipal									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Crescimento		4%	16%	-5%					
IDEB	4,7	4,9	5,7	5,4					
Meta		4,7	5,0	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,7

IDEB - Ensino Fundamental (anos finais) – Rede Municipal									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Crescimento		5%	3%	-12%					
IDEB	3,8	4,0	4,1	3,6					
Meta		3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
IDEB - Ensino Fundamental (anos iniciais) – Rede Estadual									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Crescimento		8%	6%	-18%					
IDEB	5,0	5,4	5,7	4,7					
Meta		5,1	5,4	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7	6,9
IDEB - Ensino Fundamental (anos finais) – Rede Estadual									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Crescimento		8%	5%	-2%					
IDEB	3,6	3,9	4,1	4,0					
Meta		3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6

Fonte: MEC/Inep

Podemos observar, na tabela 10, que o IDEB do Ensino Fundamental (anos iniciais) das escolas da rede municipal de Londrina, em 2007, foi de 4,9 com um crescimento de 4% em relação a 2005 e, em 2009, foi de 5,7 com um crescimento de 16% em relação a 2007. No entanto, em 2011, o IDEB foi de 5,4, caindo 5% em relação a 2009.

O IDEB do Ensino Fundamental (anos finais) das escolas da rede municipal de Londrina, em 2007, foi de 4,0 com um crescimento de 5% em relação a 2005 e, em 2009, foi de 4,1 com um crescimento de 3% em relação a 2007. Em 2011, o IDEB foi de 3,6 com uma queda de 12% em relação a 2009.

O IDEB do Ensino Fundamental (anos iniciais) das escolas da rede estadual do Município de Londrina no ano de 2007 foi de 5,4, com um crescimento de 8% em relação a 2005, ficando acima da meta de 5,1. O IDEB de 2009 foi de 5,7, com um crescimento de 6%, ficando, também, acima da meta que era de 5,4. Em 2011, o IDEB foi de 4,7, com uma queda de 18% em relação a 2009, ficando 1,0 ponto percentual abaixo da meta de 5,7.

No Ensino Fundamental (anos finais) das escolas de Londrina, rede estadual, o IDEB de 2007 foi de 3,9 e cresceu 8% em relação a 2005, ficando acima da meta para o período que era de 3,6. Em 2009, o crescimento foi 5% em relação a 2007, com 4,1 acima da meta de 3,8. No entanto, este crescimento não se manteve no ano de 2011, cujo IDEB foi de 4,0 com queda de 2% em relação a 2009, mas manteve-se na meta que era de 4,0.

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica passou, a partir de 2009, a ser utilizado, também, como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, que pode ocorrer como fase única de seleção ou combinado com seus processos seletivos próprios, respeitando-se a autonomia das universidades. (INEP, 2013).

A avaliação dos participantes do ENEM é obtida pela aplicação de uma redação e de provas objetivas que avaliam quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. O objetivo deste exame é aferir as competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao final da escolaridade básica. (INEP, 2013).

Os resultados obtidos pelo ENEM podem ser utilizados para: compor a avaliação de medição da qualidade do Ensino Médio no país; para a implementação de políticas públicas; para a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio e, também, para o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira. (INEP, 2013).

O INEP não divulga nenhuma classificação para o desempenho das escolas no ENEM. A classificação do desempenho das escolas, normalmente, é feita pela imprensa. O INEP disponibiliza os dados, individualmente, somente para os participantes e por escola para consulta geral.

No próximo capítulo, serão apresentados os dados do Distrito Sede do Município de Londrina, onde estão localizadas as escolas pesquisadas.

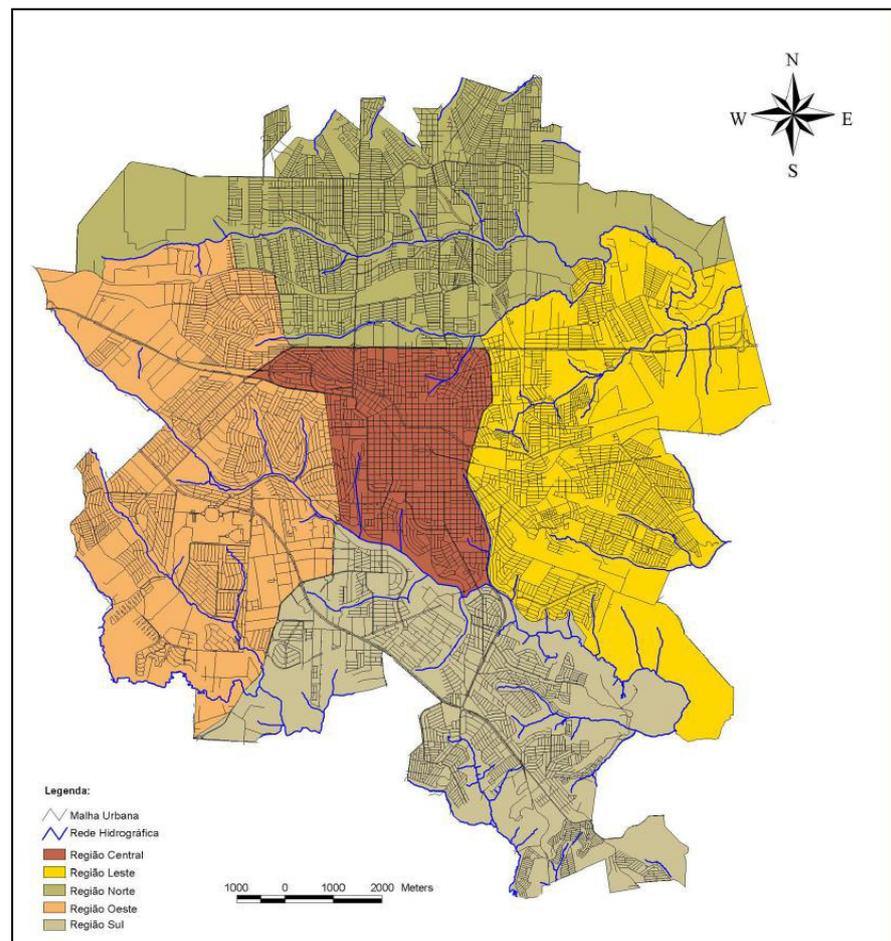
CAPÍTULO 2

DISTRITO SEDE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Nesta seção será apresentado o diagnóstico socioterritorial do Distrito Sede de Londrina, lócus da pesquisa, apresentando informações sobre os seus aspectos demográficos, a divisão territorial, aspectos sociais, renda da população, condições de moradia e infraestrutura. Estas informações são muito importantes para o presente estudo para traçar um paralelo entre as características socioespaciais e de qualidade urbana com o das escolas pesquisadas, com os dados registrados nos livros de ocorrências, além do desempenho escolar, relativo à nota de cada escola.

O Distrito Sede do município de Londrina é subdividido em cinco regiões: Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul.

Mapa 4 – Regiões do Distrito Sede do Município de Londrina



Elaboração: POLIDORO, 2009.

No distrito sede, a região Norte é a que tem maior concentração populacional (26,23%), seguida pela Leste (19,71%), Oeste (19,49%), Centro (16,6%), e Sul (17,97%).

Tabela 11 – População por região da área urbana da sede do Município de Londrina - 2010

REGIÃO	POPULAÇÃO POR REGIÃO DA SEDE		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CENTRO	35.826	43.687	79.513
LESTE	45.319	49.088	94.407
OESTE	44.548	48.839	93.387
NORTE	60.807	64.825	125.632
SUL	41.803	44.297	86.100
TOTAL	228.303	250.736	479.039

Fonte: PML/Perfil de Londrina 2012.

O município de Londrina possui 54 bairros divididos entre as regiões Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul. Destes bairros, 15 possuem mais de 10.000 habitantes. A região Norte é a que concentra os bairros mais populosos (05 bairros), seguida pela Sul (04 bairros), Leste (03 bairros), Oeste (02 bairros cada uma) e Centro (01 bairro).

Tabela 12 – População Residente e Taxa de Alfabetização – Distrito Sede - Londrina - 2010

REGIÃO	BAIRRO	N.º de Habitantes	Taxa de Alfabetização
CENTRO	Centro Histórico	32.601	99,6
	Higienópolis	3.715	99,2
	Ipiranga	5.009	99,5
	Petrópolis	4.068	99,1
	Quebec	5.427	99
	Vila Brasil	7.636	97,9
	Vila Casoni	8.031	95,5
	Vila Nova	6.025	96,5
	Vila Recreio	7.001	97
LESTE	Aeroporto	3.396	98,4
	Antares	9.935	98,2
	Brasília	6.661	98,2
	Califórnia	12.361	96,7
	Cidade Industrial II	1.618	94,6
	Ernani Moura Lima	9.953	95,8

	Fraternidade	4.003	93,3
	H.U.	4.277	98,1
	Ideal	6.947	96,6
	Indústrias Leves	2.382	96
	Interlagos	13.478	93,2
	Lindóia	13.612	94,4
	Lon Rita	5.784	96,2
NORTE	Alpes	10.553	95,7
	Cidade Industrial I	101	92,1
	Cinco Conjuntos	41.285	95,2
	Coliseu	8.618	98,6
	Ouro verde	12.493	95,8
	Pacaembú	9.686	94,4
	Parigot de Souza	23.276	95,1
	Perobinha	26	83,3
Vivi Xavier	19.544	95,3	
OESTE	Bandeirantes	9.674	95,9
	Champagnat	8.245	98,6
	Cilo II	1.591	95,4
	Cilo III	1.622	94,9
	Jamaica	10.243	96,6
	Leonor	25.430	95,5
	Olímpico	8.073	91,8
	Palhano	7.201	99,5
	Presidente	6.764	98,5
	Sabará	4.705	97,4
Shangri-lá	6.601	97,2	
Universidade	3.238	93,1	
SUL	Bela Suíça	485	98,6
	Cafezal	13.715	95,7
	Esperança	1.792	99,2
	Guanabara	8.241	98,5
	Inglaterra	8.351	97,8
	Parque das Indústrias	19.027	92,2
	Piza	12.386	96,5
	Saltinho	5.475	93,8
	Tucanos	4.332	99,3
	União da Vitória	10.086	89,4
	Vivendas do Arvoredo	2.210	99,6

Fonte: PML/IBGE - Censos Demográficos 2010. Dados do Universo.

Obs.: Os bairros em que se localizam as escolas pesquisadas estão destacados na tabela.

Conforme o último Censo Demográfico, 2010, o município de Londrina apresenta uma taxa de alfabetização de 95,8%, considerando pessoas de 10 anos ou mais de idade, posicionando-se acima dos resultados obtidos pelo Estado do Paraná com 94,2%, Região Sul do país com 95,3% e do Brasil com 91%.

A taxa de analfabetismo do município de Londrina é de 4,2%. No Distrito Sede, a região com a maior taxa de analfabetismo é a região Norte com 6,1%, seguido da região Leste com 3,9%, região Oeste com 3,8%, depois a região Sul com 3,6% e, por fim, a região Centro com 1,9%.

Das escolas pesquisadas, o bairro em que se localiza a escola S8 apresenta a maior taxa de analfabetismo com o índice de 10,6%, o bairro em que se localiza a escola N1 tem uma taxa de analfabetismo de 4,9%, o bairro da escola O8 tem uma taxa de 4,5%, o bairro da escola L13 tem uma taxa de 1,8% e o bairro da escola C9 tem uma taxa 0,9% de analfabetismo.

Segundo Censo Demográfico 2010, o Município de Londrina apresenta uma taxa 26,85% de pessoas sem rendimento, considerando pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Tabela 13 – Taxa de Classes de Rendimento Nominal Mensal, por salário mínimo, pessoas de 10 anos ou mais de idade – por região e bairro - Londrina 2010

REGIÃO	até 1/2	mais de 1/2 a 1	de 1 a 2	de 2 a 5	de 5 a 10	de 10 a 20	mais de 20	sem rendimento	sem declaração	TOTAL
BRASIL	6,34	21,13	18,88	11,30	3,59	1,21	0,45	37,09	0	100
PARANÁ	5,54	22,14	24,19	15,22	4,61	1,54	0,70	26,07	0	100
LONDRINA	1,67	15,25	26,37	19,57	6,83	2,41	1,05	26,85	0	100
DISTRITO SEDE										
Centro	0,67	10,49	18,97	23,52	12,92	4,94	1,65	26,81	0,010	100
Leste	1,76	17,00	26,23	18,05	4,68	0,97	0,22	31,08	0,004	100
Oeste	1,63	15,27	24,94	18,13	6,31	2,02	0,53	31,16	0,012	100
Norte	1,89	17,26	30,40	16,01	2,35	0,25	0,06	31,77	0,006	100
Sul	1,76	15,70	24,59	15,47	6,12	2,58	1,24	32,54	0,003	100
BAIRROS DAS ESCOLAS PESQUISADAS										
C9	0,37	6,57	10,86	19,29	16,30	10,76	4,61	31,21	0,026	100
L13	0,76	11,11	18,83	25,26	11,01	2,18	0,52	30,33	0,000	100
O8	2,17	18,66	28,94	16,16	2,27	0,23	0,03	31,51	0,032	100
N1	1,85	18,02	30,28	14,08	1,51	0,11	0,04	34,10	0,015	100
S8	4,04	25,50	26,26	3,76	0,28	0,07	0,09	40,00	0,000	100

Fonte: PML/IBGE – Censo Demográfico 2010

Nota: Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

Como podemos observar na tabela 13, comparada às demais regiões do Distrito Sede a região Centro apresenta o menor percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, 26,81%,

sem rendimento e a região Sul apresenta o maior percentual com 32,54%. A faixa salarial predominante na região Centro é de 02 a 05 salários mínimos, com o percentual de 23,52% de pessoas com este Rendimento Nominal Mensal. No entanto, quando comparada às outras regiões do Distrito Sede, a região centro tem o maior percentual de pessoas com Rendimento Nominal Mensal nas faixas de 05 a 10, de 10 a 20 e de mais de 20 salários mínimos. Nas demais regiões do Distrito Sede a faixa salarial predominante é a de 01 a 02 salários mínimos.

Quando comparamos o Rendimento Nominal Mensal da população dos bairros em que se localizam as escolas pesquisadas, podemos observar que o bairro da escola S8 apresenta o maior percentual de pessoas, com 10 anos de idade ou mais, sem rendimento. O bairro da escola S8 apresenta, também, o maior percentual de pessoas com a faixa de Rendimento Mensal de meio a um salário mínimo. No entanto, à medida que a faixa de Rendimento Mensal aumenta, o percentual de participação da população do bairro da escola S8 diminui em relação aos bairros das outras escolas, o que indica que a população deste bairro tem os mais baixos índices de Rendimento Nominal Mensal.

O bairro da escola C9 tem os maiores percentuais da população com Rendimento Nominal Mensal nas faixas de 05 a 10 S.M., de 10 a 20 S.M. e de mais de 20 S.M. O bairro da escola L13 tem o maior percentual da população com Rendimento Nominal Mensal de 02 a 05 S.M. e o bairro da escola N1 tem o maior percentual da população na faixa de 01 a 02 S.M.

2.1 – CONDIÇÕES DE MORADIAS E OCUPAÇÕES IRREGULARES

As condições habitacionais de Londrina evidenciam a situação de exclusão a que estão expostas as famílias em situação de vulnerabilidade no município.

Segundo dados da COHAB-LD, contidos no Perfil de Londrina 2013, apenas 13,60% dos inscritos no Cadastro de Aquisição de Moradia foram contemplados com a casa própria entre 2010 a 2012, conforme quadro 10 abaixo discriminados.

Quadro 10 – Cadastro de Aquisição de Moradia – Londrina 2010 a 2012

ANO	NÚMERO DE INSCRITOS	NÚMERO DE CONTEMPLADOS
2010	42.286	4.670
2011	6.905	886
2012	8.301	938
TOTAL	57.492	7.821

Fonte: PML/Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

Conforme dados do Perfil de Londrina 2012, baseado no Censo Demográfico de 2010, contidos na tabela 14, a região norte, com 39.263 unidades, apresenta o maior número de domicílios particulares permanentes, seguido da região Centro com 30.673 unidades, a região Oeste com 30.361 unidades, a região Leste com 29.750 unidades e, por fim, a região Sul com 26.650 unidades.

Tabela 14 – Domicílios Particulares Permanentes - por região e bairro – Londrina – Paraná – Brasil - 2010

Bairro das escolas pesquisadas/Regiões do Distrito Sede de Londrina/Município/Estado/País	N.º de Habitantes 2010	Domicílios Particulares Permanentes (unidades)	Moradores sem domicílios particulares permanentes	Moradores em domicílios particulares permanentes	Média de moradores por domicílio particular permanente
Bairro da escola C9	4.068	1.359	35	4.033	2,97
Bairro da escola L13	6.661	2.286	90	6.571	2,87
Bairro da escola N1	23.276	7.074	19	23.257	3,29
Bairro da escola O8	25.430	7.977	21	25.409	3,19
Bairro da escola S8	10.086	2.822	146	9.940	3,52
Região Centro	79.513	30.673	464	79.049	2,67
Região Leste	94.407	29.750	229	94.178	3,15
Região Norte	125.632	39.263	106	125.526	3,22
Região Oeste	93.387	30.361	319	93.068	3,08
Região Sul	86.100	26.650	547	85.553	3,27
LONDRINA	506.701	164.917	2.623	504.078	3,06
PARANÁ	10.444.526	3.298.578	53.357	10.391.169	3,2
BRASIL	190.755.799	57.324.167	1.294.403	189.461.396	3,3

Fonte: PML/IBGE – Censo Demográfico 2010

Obs.: Os dados dos bairros das escolas pesquisadas estão destacados na tabela.

Além de ter o maior número de domicílios permanentes, a região Norte tem o maior número de moradores com uma média de 3,22 moradores por domicílio. A região Leste tem o segundo maior número de moradores de domicílios permanentes, com 94.407 moradores e 3,15 de média de moradores por domicílio. A região Oeste tem o terceiro maior número de moradores, com 93.387 pessoas e 3,08 de média de moradores por domicílio, seguido da região Sul em quarto com 86100 pessoas e 3,27 de média de moradores por domicílio e a região Centro em quinto com 79.049 moradores e 2,67 de média de moradores por domicílio.

No Distrito Sede, 1.665 moradores não tem moradia particular permanente. Destes moradores, 547 estão na região Sul, 464 na região Centro, 319 na região Oeste, 229 na região Leste e 106 na região Norte.

Em Londrina, a crise habitacional agrava-se a cada ano, favorecendo as ocupações irregulares. As ocupações irregulares são instalações de famílias em terrenos impróprios que geram algum risco para a população ou para o meio ambiente como fundos de vales, antigos lixões e áreas de preservação ambiental.

O problema com as ocupações irregulares em Londrina tiveram início na década de 1950, com a Favela do Pito Aceso, localizada na região sul da cidade. Conforme o IPPUL (1996), o local foi ocupado por 15 famílias em 1953, procedentes do Estado de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro. Em 1956, surgiu na região leste a Vila do Grilo, ocupada inicialmente por 18 famílias que, também, eram procedentes do Nordeste do país. Em 1958 e 1959, instalaram-se mais duas ocupações irregulares, a Vila Esperança e a Nossa Senhora da Paz - Paranoá, sendo ambas ocupadas por famílias procedentes da zona rural e da região Norte paranaense (Atlas Ambiental da Cidade de Londrina, 2013).

No período entre 1960 e 1970, teve início as implantações dos conjuntos habitacionais em Londrina financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

A construção dos conjuntos habitacionais, estrategicamente, distante do centro urbano permitiu a existência de vazios urbanos em sua área intermediária entre o centro e os conjuntos. A infraestrutura levada aos conjuntos habitacionais, com recursos públicos, levou a uma valorização dos terrenos nestes espaços vazios. Enquanto os terrenos utilizados para construção dos conjuntos tinham preço inferior, sendo então destinados à população de renda mais baixa, os lotes localizados nos espaços vazios foram utilizados para especulação imobiliária.

Houve, claramente, uma segregação socioespacial, pois a população que pudesse pagar mais caro por um determinado lote morava perto da região central, enquanto aqueles com renda mais baixa tinham que morar longe do centro.

Uma das características mais marcantes do processo de urbanização no Brasil é a segregação socioespacial. A camada da população mais vulnerável acaba por procurarem lugares cada vez mais impróprios para habitação localizados em fundos de vale, áreas de preservação permanente ou terrenos de propriedade pública e privada, em condições insalubres e muitas vezes sem acesso a água encanada e esgotamento sanitário satisfatório (POLIDORO; OLIVEIRA, 2009).

A partir da década de 1990 a situação habitacional agravou-se em Londrina, pois além dos reflexos da crise nacional, iniciada nos anos de 1980, com a redução do número de financiamentos para habitação, somaram-se as dívidas da COHAB-LD para com a Caixa

Econômica Federal - CEF, provocando suspensão dos financiamentos concedidos ao sistema habitacional local.

A partir da década de 1990, o número de ocupações irregulares em Londrina aumentou e passou de 15 para mais de 50 ocupações em menos de 10 anos. No ano de 2000, mais de 50 mil pessoas viviam nestas áreas, dispersas por toda a cidade. (Atlas Ambiental da Cidade de Londrina).

A grande maioria das ocupações irregulares em Londrina possui data de criação registrada na COHAB-LD, contudo, nos últimos anos o processo tem ocorrido de modo tão rápido que o próprio órgão se vê incapaz de datar de forma precisa a origem das ocupações mais recentes (Atlas Ambiental da Cidade de Londrina).

O **quadro 11** apresenta os locais de assentamentos e favelas de Londrina que ainda não foram regularizadas, embora já tenham sido urbanizadas.

Quadro 11 – Habitação Popular em Londrina – Assentamentos e Favelas aptas a serem Regularizadas – Dez. 2012

REGIÃO	BAIRRO	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE PESSOAS	ANO DE OCUPAÇÃO	ANO DE URBANIZAÇÃO
NORTE	Jd. Alto da Boa vista	45	152	1993	1998
	C.H. Vivi Xavier	79	273	1998	1998
	C.H. José Belinati	133	451	1991	1998
	Jd. Shekna	92	322	2008	2010
LESTE	Jd. Rosa Branca I	140	490	1976	1995-1996
	Jd. Vila Ricardo (Jd. Bananeiras)	29	101	1985	1994-1995
	FV Jd. Monte Cristo	12	36	1996	2001
	Jd. Morar Melhor	21	38	1996	1997
	Jd. São Rafael	106	350	1998	2003
SUL	Jd. Kobayashi	31	100	1994	1999
	Jd. São Marcos	160	480	1990	1997
	Jd. Novo Perobal	26	53	1998	2004
OESTE	Jd. Leste Oeste	197	298	1966	1993
CENTRO	Vila Marizia	68	238	1966	1994-1997
DISTRITOS	Distritos e Patrimônios	50	175	1985	1997
TOTAL		1189	3557	-	-

Fonte: Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

O quadro 12 mostra os assentamentos e favelas já regularizadas em Londrina.

Quadro 12 – Assentamentos e Favelas urbanizadas em Londrina – Áreas Regularizadas – Dez. 2012

REGIÃO	BAIRRO	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE PESSOAS	ANO DE OCUPAÇÃO	ANO DE URBANIZAÇÃO
NORTE	Jardim Quati	46	161	1993	1997
LESTE	Jd. Monte Cristo	471	1.649	1996	2005
	Jd. Santa Fé	356	1.246	1992	1994
TOTAL		873	3056	-	-

Fonte: Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

O quadro 13 mostra as ocupações irregulares em áreas particulares, conforme dados da COHAB-LD.

Quadro 13 – Ocupações irregulares em áreas particulares de Londrina – Dez. 2012

REGIÃO	BAIRRO	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE PESSOAS	ANO DE OCUPAÇÃO	ANO DE URBANIZAÇÃO
LESTE	Morro do Carrapato	34	47	2007	-
	Jd. Abussafe	57	171	Não informado	Não informado
OESTE	Cilo II	20	60	Não informado	Não informado
	Colosso	80	400	1975	1982
SUL	Viva Feliz	47	85	2001	2007
	Jd. Cristal	52	156	Não informado	Não informado
TOTAL		290	919	-	-

Fonte: Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

Conforme a COHAB-LD, em dezembro de 2011, o município de Londrina tinha 25 ocupações irregulares, com 1.414 famílias, totalizando 4.381 pessoas vivendo nestas condições de vulnerabilidade. Em 2012, estes números caíram para 16 ocupações irregulares, com 1.189 famílias, totalizando 3.605 pessoas vivendo nestas mesmas condições, conforme quadro abaixo.

Quadro 14 – Ocupações irregulares no Município de Londrina – Dez./2012

REGIÃO	BAIRRO	N.º de Famílias	N.º de Pessoas	Ano de Ocupação
NORTE	Fundo do Alto da Boa Vista	45	152	1993
	Remanescente do Vivi Xavier	63	273	1998
	Parte das quadras 28,29 e 30 C.H. Vivi Xavier	16	48	1998

	Parte do C. H. José Belinati	133	451	1991
	Jardim Shekinah 92 322 Norte 2008	92	322	2008
	TOTAL REGIÃO NORTE	349	1246	-
LESTE	Jardim Rosa Branca I	140	490	1976
	Jardim Vila Ricardo (Jd. Bananeiras)	29	101	1985
	Jardim Monte cristo 12 36 Leste 1996	12	36	1996
	Jd.Morar Melhor–Quadra 3, PML e Praça 3	21	38	1996
	Jardim San Rafael	106	350	1998
	TOTAL REGIÃO LESTE	308	1015	-
SUL	Jardim Kobayashi	31	100	1994
	Jardim São Marcos	160	480	1990
	Jardim Novo Perobal	26	53	1998
	TOTAL REGIÃO SUL	217	633	-
CENTRO	Vila Marizia	68	238	1966
	TOTAL REGIÃO CENTRO	68	238	-
OESTE	Jardim Leste Oeste	197	298	1966
	TOTAL REGIÃO OESTE	197	298	-
DISTRITOS	Distritos e Patrimônios	50	175	1985
	TOTAL DISTRITOS	50	175	-
		1189	3605	

Fonte: Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações

As condições inadequadas e de precariedade tanto em relação aos domicílios quanto à posse da terra colocam as famílias em condições de alto grau de vulnerabilidade devido à falta de infraestrutura como iluminação pública, água encanada, pavimentação e limpeza e, principalmente, falta de coleta de resíduos, o que pode acarretar o surgimento de vetores responsáveis por fragilizar a saúde pública.

Conforme tabela 13 e tabela 14, em 2012, vivendo nestas condições de vulnerabilidade, a região Norte contava com 349 famílias, totalizando 1.246 pessoas, a região Leste tinha 399 famílias, com 1.233 pessoas, a região Sul tinha 316 famílias, com 874 pessoas, a região Oeste tinha 297 famílias, com 758 pessoas e a região Centro tinha 68 famílias, com 238 pessoas.

2.2 – INFRAESTRUTURA DO DISTRITO SEDE DE LONDRINA

O Distrito Sede de Londrina conta com diversos centros hospitalares que atende várias especialidades médicas. Os mais conhecidos são: Santa Casa de Londrina, Hospital Evangélico, Hospital Zona Norte, Hospital da Zona Sul e também conta com o Hospital Universitário localizado região Leste, o qual atende toda a região de Londrina e pacientes de outras localidades. A cidade conta ainda com várias unidades básicas de saúde distribuídas nos bairros.

Quadro 15 – Equipamentos de Saúde – Distrito Sede – Londrina 2012

DISCRIMINAÇÃO	DISTRITO SEDE DE LONDRINA				
	CENTRO	LESTE	NORTE	OESTE	SUL
Unidades Básicas de Saúde - UBS	5	10	11	8	6
Hospitais – Espec.: Geral	5	1	1	1	1
Hospitais - Espec.: Psiquiatria	1	-	-	3	-
Hospitais – Espec.: Oncologia	1	-	-	-	-
Hospitais – Espec.: Cardiologia	1	-	-	-	-
Hospitais – Espec.: Otorrino	2	-	-	1	-
Hospitais – Espec.: Oftalmologia	2	-	-	-	-
Hospitais – Espec.: Ortopedia	1	-	-	-	-
Hospitais – Espec.: Urologia	1	-	-	-	-
Hospitais – Espec.: Cirurgia plástica	1	1	-	1	-
Maternidade Municipal	1	-	-	-	-
Serviços Odontológicos Infanto-juvenil e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	5	6	11	7	6
Serviços Odontológicos – Programa Saúde Familiar (PSF)	2	3	6	3	2
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial	1	-	1	-	1
Pronto Socorro Psiquiátrico	-	-	-	-	1
Laboratório Municipal	-	-	-	-	1
Farmácia Municipal	1	-	-	-	-
PAM – Pronto Atendimento Municipal – Adulto e Infantil	1	-	-	-	-
Policlinica Municipal	-	-	-	1	-
Centro de Referência - Gerência do Programa Municipal de DST's, HIV/Aids, Hepatites Virais e Tuberculose	1	-	-	-	-
Gerência de Internação Domiciliar – SID	-	-	-	-	1
SAMU (Centro de Regulação Urgências)	-	1	-	-	-
SIATE - Serviço em parceria com	1	-	-	-	-

a Secretaria de Estado de Segurança Pública					
TOTAL	33	22	30	25	19

Fonte: PML/Autarquia Municipal de Saúde – AMS

Na região Centro, concentra-se o maior número de hospitais e clínicas em suas mais diversas áreas. As demais regiões contam cada uma com apenas um hospital com especialidade geral.

O quadro 16 apresenta os equipamentos públicos de ensino ofertados no Distrito Sede do Município de Londrina.

Quadro 16 – Equipamentos de Ensino – Distrito Sede – Londrina - 2012

DISCRIMINAÇÃO	DISTRITO SEDE DE LONDRINA				
	CENTRO	LESTE	NORTE	OESTE	SUL
Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI	1	5	2	3	2
Centros de Educação Infantil – mantidos por Entidades não Governamentais	5	14	17	11	10
Escolas Públicas da Rede Municipal – Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º)	5	16	22	17	10
Escolas Públicas da Rede Municipal – Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 9º)	0	1	0	0	1
Escolas Públicas da Rede Municipal – Oferta de EJA	2	6	9	6	6
Escolas Públicas da Rede Estadual – Ensino Fundamental – 6º ao 9º	2	2	3	3	0
Escolas Públicas da Rede Estadual – Ensino Fundamental e Médio	11	11	9	8	8
Escola Pública da Rede Estadual – Ensino Médio	0	0	0	1	0
Escola Pública da Rede Estadual – Oferta de EJA	2	2	1	2	2
Escolas da Rede Privada – Educação Infantil	19	9	15	13	17
Escolas da Rede Privada – Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	12	5	1	2	2
Escolas da Rede Privada – Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	9	3	2	3	6
Escolas da Rede Privada – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio	5	0	0	5	0
Escolas da Rede Privada – Ensino	1	0	1	0	1

Fundamental (1º a 5º)					
Escolas da Rede Privada –Ensino Fundamental (1º a 9º)	0	0	0	1	0
Escolas da Rede Privada –Ensino Fundamental e Médio	2	0	0	0	0
Escolas da Rede Privada – Ensino Médio	4	0	0	0	0
Ensino Superior	7	2	1	7	1
Educação Profissional	6	1	0	0	0
TOTAL	93	77	83	82	66

Fonte: PML/Secretaria de Educação/Núcleo Regional de Educação do Paraná

Podemos identificar um total de 403 equipamentos públicos de ensino ofertados no Distrito Sede. A região Centro concentra o maior número de escolas privadas que ofertam Educação Básica. O maior número de escolas públicas está na região Norte.

No início da década de 90, o então Departamento de Cultura se desmembrou da Secretaria de Educação para constituir a Secretaria Municipal de Cultura, que passou a gerenciar as Bibliotecas Sucursais. No entanto, o suporte técnico necessário para catalogação, classificação e preparo físico dos livros continuou sendo realizado pela equipe do processamento técnico da Diretoria de Bibliotecas.

A primeira sala de leitura de uma biblioteca escolar foi implantada em 1971, na Escola Municipal Carlos Kraemer, atualmente a Diretoria de Bibliotecas processa os livros de 58 bibliotecas escolares.

Quadro 17 – Equipamentos Públicos de Cultura, Esporte e Lazer – Distrito Sede
- Londrina - 2012

DISCRIMINAÇÃO	DISTRITO SEDE DE LONDRINA				
	CENTRO	LESTE	NORTE	OESTE	SUL
Bibliotecas Públicas Municipais	5	0	1	0	0
Bibliotecas Públicas Municipais – Sucursais urbanas	2	14	18	14	10
Outras Bibliotecas Públicas*	3	1	0	2	0
Teatros	9	0	0	1	1
Salas de cinema	5	0	6	8	0
Museus	4	0	0	3	1
Planetário	1	0	0	0	0
Vilas Culturais	7	1	0	0	1
Academias ao ar livre	9	13	14	13	6
Associações e Clubes Recreativos e Desportivos	14	6	4	9	7
TOTAL	59	35	43	50	26

Fonte: PML/Secretaria Municipal de Cultura/Secretaria Municipal do Idoso/Fundação de Esportes

A região Norte tem o maior número de bibliotecas escolares (sucursais), com 18 unidades, seguida da região Oeste e Leste, com 14 unidades, a região Sul tem 10 unidades e a região Centro apenas 02.

Dos onze teatros da cidade, apenas dois estão localizados fora da região Centro, um está localizado na região Oeste (Teatro Marista) e outro na região Sul (Usina Cultural). A região Centro concentra o: Cine Teatro Ouro Verde (que sofreu um incêndio em 2012); Sala de Espetáculo SESC, Teatro Circo Funcart, Teatro Crystal Palace, Teatro Zaqueu de Melo, Teatro Obrigatório Universal (TOU), Usina Cultural, Teatro Arena-Super Creche, Anfiteatro Reverendo Jonas Dias Martins (Zerão) ao ar livre e Escola de Circo Londrina.

As salas de cinemas, que constam no quadro 17, localizam-se no interior dos shoppings. As 05 salas de cinema da região Centro estão no Shopping Royal, as 08 salas da região Oeste no Catuai Shopping Center e Shopping Con-Tour e as 06 salas da região Norte estão localizadas no Londrina Shopping Norte. Até 2012, as regiões Leste e Sul não tinham salas de cinema. Em maio de 2013, foi inaugurado na região Leste o Boulevard Londrina Shopping, que tem 07 salas de cinema.

Londrina tem oito museus, o mais conhecido deles é o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina. O museu ocupa o prédio da antiga Estação Ferroviária de Londrina, que é um marco da colonização inglesa no norte paranaense. O acervo histórico é constituído de objetos, fotografias e documentos que preservam a memória da cidade desde sua colonização.

As Vilas Culturais oferecem espaços para articulação de grupos de produção cultural, em linguagem específica ou integrada, ofertando programação diversificada para a população.

Através do Programa Vilas Culturais, a Prefeitura de Londrina repassou em 2012 recursos para nove projetos, sendo seis localizados na região Centro: Vila Cultural Cemitério de Automóveis, Vila Cultural Alma Brasil, Vila Cultural Brasil, Vila Cultural Espaço das Artes – Amen, Vila Cultural Escola de Circo e Vila Cultural Casa do teatro do Oprimido - Centro popular de cultura e direito humanos de Londrina; dois projetos na região Leste: Vila Cultural Kinoarte e Vila Cultural Grafatório; e um projeto na região Sul: Vila Usina Cultural.

Nos últimos anos, a Prefeitura de Londrina, através da Secretaria Municipal do Idoso, tem instalado academias ao ar livre nos bairros de Londrina. Em 2012, a cidade contava com 54 academias ao ar livre distribuídas no Distrito Sede, sendo: 09 na região Centro, 13 na região Leste, 14 na região Norte, 13 na região Oeste e 06 na região Sul.

Segundo a Fundação de Esportes de Londrina, em 2012, o município contava com 41 Associações e Clubes Recreativos e Desportivos.

O quadro 18 apresenta os equipamentos públicos de Segurança presentes no Distrito Sede de Londrina.

Quadro 18 – Equipamentos Públicos de Segurança – Distrito Sede – Londrina - 2012

DISCRIMINAÇÃO	DISTRITO SEDE DE LONDRINA				
	CENTRO	LESTE	NORTE	OESTE	SUL
Corpo de Bombeiros	1	1	1	1	1
10ª Subdivisão Policial de Londrina	1	-	-	-	-
Polícia Civil – Distritos Policiais	2	1	1	1	1
Posto Policial – Aeroporto	-	1	-	-	-
Delegacia de Homicídios	1	-	-	-	-
Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT)	1	-	-	-	-
Delegacia da mulher	1	-	-	-	-
Delegacia do Adolescente	-	-	-	-	1
Centro de Atendimento ao menor infrator	-	1	-	-	-
Polícia Militar	1	-	2	2	-
Polícia Federal	1	-	-	-	-
TOTAL	9	4	4	4	3

Fonte: PML/Secretaria de Segurança Pública do Paraná

Segundo a Secretaria Municipal de Defesa Social, além dos equipamentos apresentados no quadro 18, o Município de Londrina conta com a Guarda Municipal, que foi criada no dia 01/07/2000. A Guarda Municipal é um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Prefeito Municipal, com a finalidade de proteger seus bens, serviços e instalações, e tem como princípios o respeito à dignidade humana; à cidadania; à justiça; à legalidade democrática e à coisa pública.

Em 2012, a Guarda Municipal tinha um efetivo de 186 profissionais. A Guarda Municipal atual no Grupamento Patrimonial (GMP), responsáveis pelo patrulhamento dos prédios públicos municipais, das praças, lagos e academias ao ar livre; na Guarda Municipal Escolar Comunitária (GMEC) e no Grupamento de Comunicação (GCOM).

O quadro 19 distribuição dos serviços da rede socioassistencial do Distrito Sede de Londrina. Segundo Resolução n.º 33 (2012, p. 5), que aprova a Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social, considera “[...] rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS”.

A rede socioassistencial em Londrina é formada por unidades estatais de referência CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e, também por entidades socioassistenciais, que desenvolvem serviços de natureza socioassistencial co-financiadas pelo município de Londrina.

Quadro 19 – Rede Socioassistencial – Distrito Sede – Londrina - 2012

INSTITUIÇÃO	DISTRITO SEDE DE LONDRINA				
	CENTRO	LESTE	NORTE	OESTE	SUL
Proteção Sociofamiliar	4	2	2	-	-
Convivência Socioeducativa	3	4	5	-	2
Proteção Social Especial - Acolhimento Institucional Adulto	3	1	-	-	-
Proteção Social Especial - Acolhimento Institucional Infantil	2	1	-	1	-
Educação Profissional	-	3	-	-	-
Inclusão Produtiva	-	1	1	-	1
Habilitação e reabilitação na comunidade	3	1	-	-	-
CRAS	2	2	2	2	2
CREAS	1	-	-	1	1
Conselho Tutelar	1	-	1	-	1
TOTAL	19	15	10	4	7

Fonte: PML/Secretaria Municipal de Assistência Social

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Município de Londrina conta com um sistema virtual de cadastro e controle, para a utilização de toda a rede socioassistencial governamental e não governamental denominado IRSAS (Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social). Este sistema permite o cadastro de todas as pessoas atendidas pela rede de serviços assistenciais, com dados individuais e familiares, que pode ser compartilhado, pois armazena e controla os atendimentos de cada uma das entidades no cadastro dessa pessoa, tornando possível se obter um histórico completo de todos os procedimentos realizados com cada pessoa atendida pela rede de serviços socioassistenciais.

No próximo capítulo, serão apresentados a comunidade escolar e estrutura física das escolas pesquisadas, o resultado do desempenho escolar auferido pelos índices das avaliações do MEC, o resultado do levantamento dos registros nos livros de ocorrências e, também, os resultados finais da pesquisa, referente aos dados do Distrito Sede do município de Londrina, onde se localizam as escolas pesquisadas, como por exemplo: renda, condições dos domicílios, equipamentos públicos etc.

CAPÍTULO 3

ESCOLAS PESQUISADAS

Nesta seção serão apresentadas as escolas que foram pesquisadas, as comunidades em que estão inseridas, a estrutura física que possuem, o rendimento escolar das mesmas e os registros de ocorrências dos alunos matriculados em 2012 e, também, os resultados finais da pesquisa, referente aos dados do Distrito Sede do município de Londrina, onde se localizam as escolas pesquisadas, como por exemplo: renda, condições dos domicílios, equipamentos públicos etc.

As escolas selecionadas foram **C9**, **L13**, **N1**, **O8** e **S8**, que estão em destaque na tabela 15, e estão localizadas uma em cada região do Distrito Sede de Londrina (Centro, Leste, Oeste, Norte e Sul), pertencem à rede pública estadual e ofertam Ensino de Fundamental (do 6º ao 9º ano).

Segundo IBGE/2010, a região mais populosa do Distrito Sede de Londrina é a região Norte, com 126.305 habitantes, e ainda em expansão. No entanto, a região Norte conta com apenas 11 escolas da rede estadual. A região Leste é a segunda mais populosa, com 94.407 habitantes, e conta com 13 escolas da rede estadual; a região Oeste, com 88.578 habitantes, tem 11 escolas, a região Centro, com 86.114 habitantes, tem 13 escolas e a região Sul, com 84.308 habitantes tem nove escolas.

3.1 - COMUNIDADE ESCOLAR E ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS PESQUISADAS

A escola **C9** está localizada na região Centro, próxima ao Centro Histórico de Londrina, onde podemos encontrar clínicas, hospitais, bancos, supermercados e hipermercados, farmácias, comércio em geral, universidade, posto de saúde, prefeitura, cartório eleitoral, fórum, câmara de vereadores, biblioteca municipal, teatros etc. Trata-se de uma localização privilegiada para atender todas as necessidades e expectativas da comunidade escolar.

As escolas da região Centro atendem alunos de vários bairros da cidade e é comum ter escolas desta região com pouquíssimos alunos do bairro em que estão localizadas, devido à localização, com apenas estabelecimentos comerciais em volta da escola ou de residências de moradores com melhor poder aquisitivo que preferem matricular os filhos em escolas privadas que são mais numerosas no centro da cidade. A comunidade escolar da escola **C9** é composta por 97% da zona urbana e 3% da zona rural. Dos alunos moradores da zona urbana,

20% residem na região ou nas proximidades do colégio e a maioria, 80% dos alunos, é oriunda de bairros distantes de outras regiões da cidade, principalmente da região leste. Os moradores da zona rural são advindos do Patrimônio Selva, da Usina Três bocas, e do Limoeiro, bem como de alguns sítios pertencentes ao distrito de Londrina. Há, também, entre os alunos moradores da cidade de Cambé.

A escola **C9** considera que a participação dos pais em reuniões e ações da escola é muito boa, já que comparecem em reuniões ordinárias e também extraordinárias. As famílias são consideradas engajadas nas ações do colégio, pois sempre colaboram nas festas juninas, feira cultural, atividade esportivas em geral, e principalmente no acompanhamento escolar dos seus filhos. As reuniões com os pais acontecem no início do ano letivo e no fechamento dos Bimestres para entrega de boletins. Nestes momentos, a escola abre espaço para buscar alternativas para uma melhoria na realidade escolar do aluno, pois expõe as dificuldades e os avanços do bimestre do discente, ressaltando a importância de se estabelecer parceria entre a escola e os pais, para que haja uma condução positiva dos possíveis problemas. Após a reunião com a direção e a equipe pedagógica, os pais se dirigem aos diferentes espaços para conversar particularmente com os professores de seus filhos. Os pais ou responsáveis legais dos alunos são informados sobre a frequência e rendimento dos alunos, inclusive são convocados sempre que necessário via telefone, a fim de estabelecer um diálogo que favoreça o processo ensino-aprendizagem.

Segundo dados fornecidos pela escola **C9**, a comunidade considera a escola de excelência, bem estruturada, bem conservada e muito requisitada no período de matrículas. Percebe-se que esta comunidade, apresenta uma situação socioeconômica regular. Os alunos são oriundos de famílias pouco numerosas, 70% delas seguem a estrutura tradicional, os pais vivem juntos, com aproximadamente 02 filhos. A formação escolar dos pais se configura da seguinte maneira: 51% completaram o ensino médio, 36% efetuaram o curso superior ou pós-graduação, e 12% completaram o ensino fundamental. A renda familiar gira em torno de 01 a 05 salários mínimos, cuja maioria dos pais tem emprego fixo, sendo que 35% recebem de 01 a 03 salários, 28% de 03 a 05 salários e 15% mais de 05 salários. Quanto à moradia, 53% das famílias possuem casa própria e 33% moram em casa alugada ou cedida por algum parente ou amigo, 14% não informou o sistema habitacional que reside.

Segundo dados do Perfil de Londrina 2012 e informações do Censo Demográfico de 2010, a taxa de analfabetismo do bairro em que está localizada a escola **C9** é de 0,9%. A população do bairro apresenta o seguinte Rendimento Nominal Mensal: 0,37% tem renda de

meio Salário Mínimo (SM), 6,57% tem renda de meio a 01 SM, 10,86% renda de 01 a 02 SM, 19,29% tem renda de 02 a 05 SM, 16,30% tem renda de 05 a 10 SM, 10,76% tem renda de 10 a 20 SM, 4,61% tem renda acima de 20 SM e 31,21% não tem rendimento.

A escola **C9** conta com uma estrutura física composta por: 15 salas de aula, 01 sala de vídeo adaptada para atendimento de apoio e ensino de Espanhol, 01 sala de informática projeto Paraná Digital, 01 biblioteca e ambiente Proinfo, 01 sala de direção, 01 sala de supervisão, 01 sala de orientação, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 cantina comercial (APMF), 01 cozinha, 01 sala de materiais de Educação Física, 01 pátio coberto, 01 pátio sem cobertura, 02 quadras comunitárias sendo uma coberta e outra sem cobertura, sanitários femininos e masculinos (alunos), sanitários para professores, refeitório coberto com mesas e bancos de concreto, 02 lavatórios.

Segundo a escola **L13**, a comunidade da escola, que está localizada na região Leste do Distrito Sede de Londrina, é composta por todas as classes sociais: alunos carentes que residem em bairros pobres e nas favelas, alguns de classe média baixa, e um percentual pequeno de classe mais elevada. Segundo a escola, o desempenho dos alunos ainda necessita ser melhorado, mas mesmo assim atingem um percentual satisfatório de aprovação. A evasão e a transferência não representam um percentual significativo frente ao número total de alunos matriculados.

Segundo dados do Perfil de Londrina 2012 e informações do Censo Demográfico de 2010, a taxa de analfabetismo do bairro em que está localizada a escola **L13** é de 1,8%. A população do bairro apresenta o seguinte Rendimento Nominal Mensal: 1,76% tem renda de meio SM, 17% tem renda de meio a 01 SM, 26,23% renda de 01 a 02 SM, 18,05% tem renda de 02 a 05 SM, 4,68% tem renda de 05 a 10 SM, 0,97% tem renda de 10 a 20 SM, 0,22% tem renda acima de 20 SM e 31,08% não tem rendimento.

Em seu diagnóstico, que consta do Projeto Político Pedagógico, a escola **L13** considera a comunidade afastada de sua realidade, com pequena participação nos eventos, nas reuniões e assembleias realizadas no estabelecimento escolar, concentrando sua preocupação apenas na aprovação dos alunos haja vista que ainda objetiva-se a imediata inserção no mercado de trabalho. Mesmo assim, ainda existe uma pequena parcela da comunidade escolar que busca o ensino superior, evidenciando isto pela aprovação de vários alunos em instituições deste grau de ensino.

A escola tem em funcionamento uma classe especial que atende por 20 horas semanais (4 horas diárias) aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental com deficiência mental.

Além disso, também contam com uma Sala de Recursos na Área de Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem para alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, perfazendo 4 horas/aula, e o atendimento por sessões (2 a 3 vezes por semana).

A escola conta com uma estrutura física de: 18 Salas de aula; 01 Sala de Recursos; 01 Sala de Apoio; 01 Sala de Educação Física; 01 Sala de Coordenação de Ciclo Básico; 01 Laboratório de Física/Química/Biologia; 01 Biblioteca; 01 Sala de Vídeo; 01 Sala de Direção; 01 Sala de Vice-Direção; 01 Sala de Supervisão; 01 Sala de Orientação; 01 Sala de Professores; 01 Sala de Mecanografia; 02 Salas de Arquivo Inativo; 01 Cozinha; 01 Despensa; 01 Área de Serviço; 01 Sala de Depósito de Merenda; 01 Quadra Polivalente e 05 Banheiros.

Segunda a escola **O8**, a comunidade em que está inserida a escola, localizada na região Oeste, enfrenta problemas com a desigualdade social como o desemprego, renda baixa e, principalmente, a situação de segurança pública, que é crítica em relação ao uso de drogas e violência, com o bairro sendo pauta frequente de noticiários da cidade. Devido à localização da escola, na periferia da cidade, os alunos que se envolvem com drogas, além de consumi-las acabam por se tornarem transportadores, pois não têm poder aquisitivo para ser apenas consumidores o que os tornam vulneráveis às situações de mortes no tráfico.

Conforme informações da escola **O8**, a característica predominante dos alunos matriculados na escola é que eles vêm de famílias pobres e estão concentrados no próprio bairro em que está localizada a escola, nos bairros limítrofes e cidades próximas, que é o caso dos alunos dos cursos técnicos oferecidos pela escola.

Segundo dados do Perfil de Londrina 2012 e informações do Censo Demográfico de 2010, a taxa de analfabetismo do bairro em que está localizada a escola **O8** é de 4,5%. A população do bairro apresenta o seguinte Rendimento Nominal Mensal: 2,17% tem renda de meio SM, 18,66% tem renda de meio a 01 SM, 28,94% renda de 01 a 02 SM, 16,16% tem renda de 02 a 05 SM, 2,27% tem renda de 05 a 10 SM, 0,23% tem renda de 10 a 20 SM, 0,03% tem renda acima de 20 SM e 31,51% não tem rendimento.

O diagnóstico dos alunos matriculados, que foi efetuado pela escola e consta do seu Projeto Político Pedagógico, é que a violência, inclusive a doméstica, esta cada vez mais presente no cotidiano dos alunos, seja pelo ambiente familiar desestruturado, pela participação cada vez mais precoce no mundo das drogas, gerando dependência e adesão à criminalidade da criança e adolescente. Este cenário acaba gerando em sala de aula conflitos e enfrentamentos constantes que desgastam a relação professor-aluno, causam interrupções nos

conteúdos para que o respeito ao direito do outro seja preservado, constantes realizações de matrículas de alunos advindos de programas de ressocialização devido ao envolvimento com atos infracionais etc.

A escola conta com uma estrutura física composta por dois blocos de salas de aula, totalizando 15 salas com capacidade para acomodarem entre 35 e 40 alunos, com carteiras não muito adequadas à estrutura física de muitos alunos, entretanto, são bem arejadas e razoavelmente iluminadas; 04 laboratórios em funcionamento: 01 Laboratório de Física; 01 Laboratório de Química; 01 Laboratório de Segurança do Trabalho e 01 Laboratório de Informática. O Laboratório de Informática – composto por 30 – funciona no Bloco Central em que se encontram os banheiros, cozinha e refeitório dos alunos. O bloco administrativo contém: 01 sala da Direção; 01 sala da Direção Auxiliar; 01 sala da Equipe Pedagógica; 01 sala para as Coordenações de Estágios e dos Cursos Técnico em Segurança do Trabalho, 01 sala de Técnico em Edificações e Técnico em Manipulação de Alimentos; 01 sala da Secretaria Geral; 01 Copa; 01 sala para o Arquivo; 01 sala para a APMF; 01 sala de Almoxarifado; 01 Salão Nobre; 01 Biblioteca e Sala dos Professores para planejamento e hora/atividade. O bloco central conta com: 01 cozinha; 01 cantina; 01 sala para depósito de merenda (despensa); 02 salas para depósito de materiais diversos; 01 pátio coberto (Refeitório); 04 banheiros (02 com acesso para os alunos e 02 para funcionários). Na área externa há 01 quadra de esportes coberta, 01 quadra de esportes descoberta e 01 estacionamento.

Segundo dados constantes do Projeto Político Pedagógico da escola **N1**, a comunidade em que a escola da região Norte do Distrito Sede de Londrina está situada é composta por uma população de perfil econômico bastante heterogêneo, predominando a atividade comerciária. O nível de escolarização predominante na comunidade é o nível médio. Há, também, um elevado percentual com ensino fundamental concluído, um baixo índice de pessoas com formação superior e a taxa média de analfabetos da região Norte é de 6,1%. Conforme o Censo Demográfico de 2010, a taxa de analfabetismo do bairro em que a **escola N1** está localizada é de 4,9%.

A **escola N1** aplicou um questionário socioeconômico e cultural aos seus alunos e delineou um perfil da comunidade escolar que consta do Projeto Pedagógico: os alunos têm renda familiar que varia de três a cinco salários mínimos; a maior parte das famílias possui casa própria, a maior parte financiada pela COHAB, sendo minoria as que moram em imóveis

alugados. Muitas famílias possuem bens como carro e eletroeletrônicos em geral e apenas uma parcela tem plano de saúde.

Segundo dados do Perfil de Londrina 2012 e informações do Censo Demográfico de 2010, a população do bairro em que a **escola N1** está localizada apresenta o seguinte Rendimento Nominal Mensal: 1,85% tem renda de meio Salário Mínimo (SM), 18,02% tem renda de meio SM, 30,28% renda de 01 a 02 SM, 14,08% tem renda de 02 a 05 SM, 1,51% tem renda de 05 a 10 SM, 0,11% tem renda de 10 a 20 SM, 0,04% tem renda acima de 20 SM e 34,10% não tem rendimento.

As famílias dos alunos são compostas por trabalhadores que estão sempre fora de casa para atender esta função, o que causa dificuldades de atuação dos pais na vida educacional dos filhos. Como reflexo da sociedade atual, a desestruturação familiar dificulta, também, a participação efetiva dos pais. A forma de contato da escola com os pais, na maioria das vezes é por telefone.

Os problemas sociais como drogas, bebidas alcoólicas, violência, gravidez na adolescência, fazem parte da realidade da comunidade em que está inserida a escola. Nos últimos anos, evidenciou-se a melhoria nas condições de vida dos alunos que residem no bairro em que a escola esta situada, uma vez que o próprio bairro e os serviços que nele são ofertados já são de melhor qualidade.

Os alunos que estão matriculados na escola formam uma clientela heterogênea, formada por alunos do bairro em que a escola está situada e de bairros vizinhos. Conforme proposta do Projeto Político Pedagógico, a escola busca oferecer um ambiente pedagógico e cultural rico, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e uma participação consciente na vida social com uma proposta pedagógica que possibilite aos alunos a compreensão dos conteúdos, pois muitos deles chegam à escola com uma bagagem insuficiente de conhecimento, devido à falta de acesso aos recursos materiais necessários e à carência de leitura e escrita.

Quanto à estrutura física, a escola possui uma área externa com: 01 biblioteca; 02 sanitários, sendo um feminino e outro masculino (8m²) – localizado na biblioteca; 01 sala de multiuso ao lado da biblioteca (98m²); 01 quadra polivalente coberta (760m²); 01 quadra polivalente (540m²) e 01 pátio coberto (305,5m²).

No térreo, há 01 refeitório (101m²); 01 cozinha (31m²); 01 cantina (12m²); 01 sala de aconselhamento; 01 sala de orientação; 02 despensas (6m² e 7m²); 01 depósito de merenda

(18m²); 02 sanitários, sendo um feminino e outro masculino (30m²); 01 almoxarifado geral (30m²); 10 salas de aula (490 m²).

No 1º Pavimento, há 01 sala de direção (15m²); 01 laboratório (49m²); 01 sala de vice-direção (15m²); 01 sala de professores (49m²); 02 sanitários, sendo um feminino e outro masculino (3m²) – localizado na sala dos professores; 01 sala de orientação educacional (7m²); 03 salas de aula (147m²); 01 laboratório (49m²) e 01 secretaria (49m²).

No 2º Pavimento, há 04 salas de aulas (196m²); 01 sala de arquivo inativo (10m²) e 01 sala de orientação educacional (7m²)....

As instalações físicas se encontram em más condições de conservação: carteiras, cadeiras e paredes sofrem depredação dos alunos; As salas de aula precisam ser melhoradas quanto à ventilação, pois nos dias de muito sol fica muito quente, devido ao projeto arquitetônico. A utilização do espaço físico, bem como de equipamentos e materiais necessários ao processo de ensino-aprendizagem, caracteriza-se pelo uso comum e democrático, com ocupação completa e racional de todos os espaços.

O Estabelecimento possui um laboratório de Ciências que conta com materiais específicos e uma assistente de execução responsável pela conservação do ambiente, atualização de estoque e assessoria nas aulas práticas ministradas pelo professor. A biblioteca possui um acervo variado, disponível para alunos, professores e funcionários realizarem suas pesquisas e empréstimos. A escola conta com o laboratório de informática, que funciona numa sala no 1º pavimento, utilizada pelos professores para pesquisas, estudos e planejamento das aulas. Quanto à prática esportiva, os espaços atendem parcialmente às necessidades, pois o ginásio coberto e a quadra poliesportiva ao ar livre necessitam de reformas.

Segundo a escola **S8**, a comunidade em que está situada a escola, localizada na região Sul do Distrito Sede de Londrina, é composta por uma população de perfil econômico menos abastado, onde predomina a atividade doméstica e/ou comercial. Destaca-se que, os alunos do período noturno em sua maioria trabalham em diferentes atividades. Ainda é comum, nesta comunidade, o trabalho informal ou autônomo em atividades diversas, como por exemplo: atividades no ramo da construção civil como pedreiro, carpinteiro, pintor, servente, mestre de obras entre outras. A maioria as famílias da comunidade moram em casas próprias adquiridas e/ou invadidas, sendo minoria as que moram em imóveis alugados. Percebem-se visualmente no bairro em que está localizada a escola, muitas moradias precárias e, por vezes, improvisadas. A comunidade possui um nível de escolarização com baixo índice de pessoas

com formação na educação básica, ou seja, que tenha concluído a 8ª série. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o índice de analfabetos do bairro é de 10,6%.

A comunidade discente é formada por alunos do bairro em que a escola está situada, do Jardim União da Vitória do 1 ao 6, e por bairros vizinhos: Santa Joana, Jamille Dequech e Nova Esperança.

Segundo levantamento realizado pela escola, através de questionário socioeconômico e cultural aplicados aos alunos, a renda familiar da maioria dos alunos varia de um a três salários mínimos, alguns possuem apenas como renda a bolsa família. Poucas famílias possuem bens como motos, carros e eletrodomésticos em geral, além de não possuir plano de saúde e muitos não terem nem mesmo a energia elétrica, para entregar a conta de luz à escola como comprovante de residência para efetivar a matrícula.

Segundo dados do Perfil de Londrina 2012 e informações do Censo Demográfico de 2010, a população do bairro em que a **escola N1** está localizada apresenta o seguinte Rendimento Nominal Mensal: 4,04% tem renda de meio Salário Mínimo (SM), 25,5% tem renda de meio SM, 26,26% renda de 01 a 02 SM, 3,76% tem renda de 02 a 05 SM, 0,28% tem renda de 05 a 10 SM, 0,07% tem renda de 10 a 20 SM, 0,09% tem renda acima de 20 SM e 40% não tem rendimento.

Os problemas sociais como drogas, bebidas alcoólicas, violência, gravidez na adolescência, também, fazem parte da realidade desta comunidade escolar. A escola salienta, no levantamento constante do seu Projeto Político Pedagógico, que pessoas externas à escola tentam efetuar vendas de drogas próximo às dependências da escola, assim como bebidas alcoólicas, tendo constantemente alambrados cortados a fim de facilitar o acesso à escola, o que afeta, em parte, o ensino do estabelecimento, tendo em vista que a escola não possui um quadro completo de docentes efetivos, e a cada ano há vários professores novos, o que os leva a reiniciar os trabalhos frequentemente.

No Projeto Pedagógico, consta, ainda, que o índice do IDEB da escola é sempre muito baixo devido ao quadro de frequentes repetências e evasão escolar, além de terem de alunos matriculados em situação de risco. Além disso, os alunos do 6º ano, em sua maioria, estão despreparados para a série, fundamentalmente nos conhecimentos prévios e necessários a continuar os estudos.

A escola conta com um terreno de 2.868,15 m², com uma área total construída de 1.330,57 m² (que incluem uma quadra coberta, central de gás, rampa de acessibilidade e depósito de lixo). A área livre total é de 1.537,58 m².

A estrutura física da escola tem dois andares, sendo que no primeiro andar há as seguintes instalações: 01 biblioteca, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 sala para atendimento a secretaria, 01 sala da direção, 01 sala da equipe pedagógica, 02 banheiros para alunos, 01 banheiro para funcionários, 01 sala de professores com 02 banheiros, 04 salas de aula; para acesso ao segundo andar há rampa e escadas, ambas largas e de fácil acesso, com corrimão. Ainda, nas dependências térreas há uma quadra de esportes coberta, um pequeno estacionamento e uma boa área verde, com uma horta, com calçada para os alunos permanecerem nas entradas e intervalo. No segundo andar, há 05 salas de aula, 01 sala pequena de leitura, 01 laboratório de informática e 02 banheiros. As dependências da escola necessitam, com urgência, de reforma, porque em dias chuvosos há possibilidade de alagamentos em diferentes espaços.

3.2 – RENDIMENTO ESCOLAR DAS ESCOLAS PESQUISADAS

A tabela 15 apresenta a Taxa de Rendimento Escolar das escolas públicas da rede estadual, que ofertam Ensino Fundamental (6º ao 9º), localizadas no Município de Londrina.

Tabela 15 - Taxa de Rendimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais – Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) – Londrina – 2012

REGIÃO	Código da Escola	Taxa de Aprovação 2012	Taxa de Reprovação 2012	Taxa de Abandono 2012	Taxa de Distorção 2012	PROVA BRASIL 2011	
						Língua Portuguesa	Matemática
CENTRO	C1	83,8	14,2	2	12,9	253,6	257,7
	C2	84,8	12	3,2	19,6	266,3	274,3
	C3	92,4	7	0,6	8,4	255,6	270,6
	C4	82,4	17,6	0	13,8	289,3	297,6
	C5	90,2	9,3	0,5	15,6	266,7	279,0
	C6	92,6	6,9	0,5	6,2	281,9	296,9
	C7	82,4	16,7	0,9	9,8	275,0	289,2
	C8	92,2	7,8	0	9,6	273,3	276,4
	C9	95,8	4,2	0	5,3	266,7	281,3
	C10	71,7	21,3	7	25,6	254,0	262,8
	C11	85,7	3,1	11,2	34,2		
	C12	73,7	25,6	0,7	14	259,4	275,4
	C13	67,3	25,4	7,3	19,6	233,8	242,7
LESTE	L1	54,2	34,8	11	34,5	237,8	239,7
	L2	70	25,6	4,4	12,2	238,4	243,1
	L3	75,8	17,1	7,1	21,9	241,6	247,8
	L4	71,4	26,7	1,9	19,6	279,2	282,1
	L5	47,3	52,7	0	95,8		

NORTE	L6	81,1	18,6	0,3	23,5	249,4	256,4
	L7	83,3	11,7	5	17,5	218,5	232,2
	L8	78,6	17,9	3,5	57,1		
	L9	90,3	9,7	0	21,9	233,1	232,9
	L10	86,8	10,9	2,3	12,9	255,3	264,7
	L11	82,7	17,3	0	21	238,2	242,2
	L12	95,3	4,2	0,5	6,8	259,6	272,8
	L13	80,9	12,5	6,6	15,8	251,6	248,7
	N1	79,7	17,2	3,1	14,7	240,8	247,8
	N2	68,4	29,7	1,9	35,6	249,4	262,0
	N3	79,2	20,8	0	13,6	237,4	239,5
	N4	76	20	4	9,3	248,2	254,5
	N5	86,8	12,1	1,1	10,6	254,1	254,0
OESTE	N6	69,7	22,1	8,2	29,4	233,9	240,1
	N7	74,5	16,3	9,2	23,7	233,1	242,6
	N8	80,3	16,3	3,4	15	238,1	243,5
	N9	72,8	27,2	0	31,4	243,8	248,1
	N10	72,2	27,8	0	18,4	248,2	254,6
	N11	73,6	22,7	3,7	17,4	246,3	257,2
	O1	87,5	10,3	2,2	16	250,9	252,1
	O2	87,2	7,8	5	29,2	232,4	240,1
	O3	69,3	16,5	14,2	34,9	255,3	256,1
	O4	95,6	4,4	0	16,3	250,2	269,5
	O5	91,4	7,8	0,8	13,1	263,0	270,5
SUL	O6	94,5	5,5	0	7,4	253,2	254,3
	O7	86,4	13,6	0	23	226,3	221,5
	O8	78,2	21,6	0,2	20	246,6	252,0
	O9	57,2	33,8	9	41,1	231,3	252,1
	O10	75,9	23,4	0,7	29,1	231,0	240,6
	O11	76,4	22,6	1	13,1	239,9	242,0
	S1	87,9	11,9	0,2	15,4	245,8	251,8
	S2	76,7	23,3	0	30,9	232,9	242,0
	S3	77,4	19,8	2,8	23,2	252,5	260,0
	S4	91,3	7,7	1	11,7	264,9	261,0
	S5	78,6	18,5	2,9	21,4	248,9	252,0
DISTRITO S	S6	78,8	21,2	0	20,2	259,2	259,0
	S7	78	18,6	3,4	25,7	226,7	233,7
	S8	60,4	29,3	10,3	26	232,8	238,2
	S9	91,8	7,2	1	21,6	228,7	227,0
	D1	96,2	3	0,8	11,8	247,8	247,9
D2	82,8	13,8	3,4	21,5	231,6	246,0	
D3	89,4	10,6	0	19,7	211,1	227,7	
D4	77,9	13	9,1	39,4	242,9	252,9	

	D5	71,6	28,4	0	24,2	224,9	240,6
	D6	76,1	23,9	0	21,8	254,8	250,8
RURAL	R	95,2	4,8	0	17,1	245,1	261,6
LONDRINA		80,2	16,9	2,9	19,2	235,1	248,8
PARANÁ		82	14,5	3,5	21,9	243,2	251,9
BRASIL		83,7	12,1	4,2	27,2	238,7	244,7

Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI

Obs.: As escolas selecionadas para a pesquisa estão em destaque.

Em 2012, a região Centro do Distrito Sede de Londrina obteve a melhor média de Taxa de Aprovação nas escolas do Ensino Fundamental (6^o ao 9^o ano), com uma taxa de 84,23%, acima do total de escolas do município de Londrina (80,2%), do Paraná (82%) e do Brasil (83,7%). O segundo melhor desempenho foi das escolas da região Oeste, que obteve a média de 81,78%, ficando abaixo apenas da nacional. As escolas da região Sul ficaram em terceiro, com a taxa de 80,1%. No entanto, a taxa de aprovação da região Sul ficou abaixo do município, do estado e a nacional, assim como a região Leste com 76,76% e a região Norte com 75,75%.

A menor média de Taxa de Reprovação das escolas do Distrito Sede, em 2012, foi da região Centro, com 13,16%, ficando acima apenas da nacional que foi de 12,1%. A segunda menor Taxa de Reprovação foi das escolas da região Oeste (15,21%), seguida da região Sul (17,5%), região Leste (19,98%) e, por fim, a região Norte (21,11%).

A menor média de Taxa de Abandono das escolas do Distrito Sede, em 2012, foi da região Sul (2,4%), seguida da região Centro (2,61%) e depois região Oeste (3,01%). A Taxa de Abandono destas três regiões ficaram abaixo da do município (2,9%), do Estado do Paraná (3,5%) e do país (4,2%). A região Leste apresentou a maior média de Taxa de Abandono, com 3,28%, ficando abaixo apenas da nacional. A média de taxa de abandono das escolas da região Norte, com 3,15%, ficou acima apenas da municipal.

Entre as escolas pesquisadas, a Taxa de Aprovação, em ordem decrescente, foi de: 95,8% para escola **C9**, 80,9% para a escola **L13**, 79,7% para a escola **N1**, 78,2% para a escola **O8** e 60,4% para a escola **S8**.

A Taxa de Reprovação das escolas pesquisadas, em ordem crescente, foi de: 29,3% da escola **S8**, 21,6% da escola **O8**, 17,2% da escola **N1**, 12,5% da escola **L13** e 4,2% da escola **C9**.

A escola **C9** obteve os melhores índices educacionais em 2012, comparada às outras quatro escolas pesquisadas e, também, ficou acima da média comparada aos índices educacionais do município de Londrina, aos do Estado do Paraná e ao do país.

Em contrapartida, a escola **S8** obteve os piores índices educacionais em 2012 dentre as escolas pesquisadas, pois apenas a Taxa de Distorção idade/série da escola ficou acima da nacional.

A Prova Brasil é realizada a cada dois anos. A última avaliação da Prova Brasil, antes da pesquisa realizada em 2012, foi em 2011.

Na Prova Brasil 2011, a região Centro obteve a média de 264,63 na avaliação de língua portuguesa, a região Centro obteve a média de 264,63, a região Leste obteve a média de 245,7, a região Oeste a média de 243,65, a região Sul 243,60 e a região Norte a média de 243,03.

Na avaliação de matemática, na Prova Brasil 2011, a região Centro obteve a média de 275,33, a região Leste a média de 251,15, a região Oeste a média de 250,07, a região Norte a média de 249,45 e a região Sul obteve de média 247,19.

O melhor resultado na Prova Brasil, dentre as escolas pesquisadas, foi da escola **C9**, que obteve em Língua Portuguesa 266,7 e 281,3 em matemática, ficando acima da média do Município de Londrina que obteve respectivamente 238,7 e 244,7, do Estado do Paraná que foi de 243,2 e 251,9 e da nacional que foi de 247,25 e 254,32. O pior resultado na avaliação da Prova Brasil foi da escola S8, que obteve em Língua Portuguesa 232,8 e 238,2 em matemática, ficando abaixo da média municipal, estadual e nacional.

Quanto ao IDEB, o último resultado, antes da pesquisa, também foi em 2011. No entanto, o Ministério da Educação divulgou no início de setembro deste ano o resultado do IDEB de 2013 conforme tabela 16.

CÓDIGO DAS ESCOLAS	LOCALIZAÇÃO	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
		2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
C1	CENTRO	4.4	4.5	3.9	4.5	3.2	4.4	4.6	4.8	5.2	5.6	5.8	6.0	6.3
C2	CENTRO	4.3	4.4	5.4	5.1	3.5	4.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.2
C3	CENTRO	4.4	4.4	4.9	4.8	4.4	4.4	4.6	4.8	5.2	5.6	5.8	6.0	6.3
C4	CENTRO	5.2	5.1	5.7	4.8	4.7	5.2	5.4	5.6	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9
C5	CENTRO	4.7	4.8	4.7	4.8	5.0	4.7	4.9	5.1	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5
C6	CENTRO	4.6	5.2	4.8	5.8	5.2	4.6	4.7	5.0	5.4	5.7	6.0	6.2	6.4
C7	CENTRO	5.7	5.7	5.6	5.1	5.2	5.7	5.8	6.1	6.4	6.7	6.9	7.0	7.2
C8	CENTRO	4.2	4.4	5.2	5.1	4.2	4.2	4.3	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1
C9	CENTRO	4.3	5.2	5.3	5.4	5.2	4.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.2
C10	CENTRO		4.3	4.1	4.2	3.1		4.4	4.6	4.9	5.3	5.5	5.7	6.0
C11	CENTRO				***	***								
C12	CENTRO	4.4	4.3	4.1	4.5	3.5	4.5	4.6	4.9	5.3	5.6	5.9	6.1	6.3

C13	CENTRO	3.3	3.2	3.8	3.3	*	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.3
L1	LESTE	2.5	2.8	2.6	2.7	2.6	2.6	2.8	3.2	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9
L2	LESTE	3.4	3.7	3.9	4.0	4.2	3.4	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.4
L3	LESTE	3.3	3.6	4.2	3.6	3.5	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.3
L4	LESTE	3.8	4.2	4.3	4.3	4.3	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
L5	LESTE	1.8	2.1	1.4	***	***	2.0	2.4	3.0	3.7	4.2	4.5	4.7	5.0
L6	LESTE	4.0	3.8	4.2	4.1	3.6	4.1	4.2	4.5	4.9	5.3	5.5	5.7	6.0
L7	LESTE	3.7	3.9	4.1	3.0	3.5	3.7	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7
L8	LESTE				***	***								
L9	LESTE		3.2	3.5	3.8	4.4		3.3	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7	5.0
L10	LESTE	4.1	3.9	4.4	4.4	3.6	4.1	4.3	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0
L11	LESTE	3.8	3.9	4.1	3.3	3.9	3.8	4.0	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.7
L12	LESTE	5.0	5.2	5.1	5.2	4.8	5.0	5.2	5.4	5.8	6.1	6.3	6.5	6.7
L13	LESTE	2.9	3.7	4.0	3.8	3.4	2.9	3.1	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1
N1	NORTE	3.5	3.3	3.7	3.7	3.3	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5
N2	NORTE	2.9	2.4	2.5	4.3	2.6	2.9	3.1	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7	5.0
N3	NORTE	2.4	3.3	4.2	4.0	3.7	2.4	2.6	3.0	3.4	3.8	4.1	4.3	4.6
N4	NORTE	3.6	4.3	4.7	4.4	3.3	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8	5.0	5.3	5.6
N5	NORTE	2.5	4.1	4.7	4.4	4.6	2.6	2.9	3.4	3.9	4.4	4.6	4.9	5.1
N6	NORTE	2.5	3.2	3.6	3.1	3.4	2.6	2.9	3.2	3.7	4.1	4.4	4.7	4.9
N7	NORTE	3.0	3.4	3.3	3.4	3.3	3.0	3.2	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
N8	NORTE	3.2	3.6	4.1	3.8	3.6	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2
N9	NORTE	2.9	3.0	3.1	3.0	2.3	3.0	3.2	3.6	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
N10	NORTE	3.2	3.7	4.0	3.9	3.6	3.2	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3
N11	NORTE	3.6	4.2	4.2	3.6	3.6	3.6	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6
O1	OESTE	3.5	3.7	4.3	4.3	3.6	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
O2	OESTE	3.5	2.6	3.3	3.2	3.4	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5
O3	OESTE	2.3		3.0	3.6	2.9	2.4	2.6	3.0	3.5	4.0	4.2	4.5	4.8
O4	OESTE		3.8	5.2	4.7	6.0		3.9	4.1	4.4	4.8	5.0	5.3	5.5
O5	OESTE	4.7	4.8	5.1	5.0	4.7	4.7	4.9	5.1	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5
O6	OESTE	4.3	4.3	4.8	4.9	4.7	4.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.2
O7	OESTE	3.2		3.0	3.7	3.5	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2
O8	OESTE	3.0	3.6	4.2	3.7	3.4	3.0	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1
O9	OESTE		2.8	2.3	2.6	*		3.1	3.4	3.9	4.3	4.5	4.8	5.0
O10	OESTE		2.7	3.3	3.2	2.9		2.8	3.0	3.3	3.6	3.9	4.2	4.4
O11	OESTE		4.0	4.3	3.8	2.4		4.1	4.3	4.6	5.0	5.2	5.4	5.7
S1	SUL	3.0	4.0	4.2	3.7	4.0	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1
S2	SUL	4.0	2.3	3.5	3.7	2.9	4.0	4.2	4.4	4.8	5.2	5.5	5.7	5.9
S3	SUL	2.9	3.7	4.3	3.6	3.2	3.0	3.2	3.5	4.0	4.4	4.6	4.9	5.2
S4	SUL	3.5	4.2	4.5	4.8	4.4	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5
S5	SUL	2.9	3.9	4.2	4.1	4.1	2.9	3.1	3.4	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1

S6	SUL	3.2	4.7	4.6	3.5	4.3	3.2	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3
S7	SUL	3.4	3.3	3.4	3.3	3.8	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4
S8	SUL	2.8	2.9	2.6	3.5	2.8	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9
S9	SUL	2.7	3.3	3.3	3.8	3.4	2.8	3.0	3.3	3.7	4.2	4.4	4.7	5.0
D1	DISTRITO		3.4	4.5	4.6	5.4		3.5	3.7	4.1	4.4	4.7	4.9	5.2
D2	DISTRITO			4.0	3.4	3.7		4.2	4.5	4.8	5.0	5.3	5.5	
D3	DISTRITO				3.6	***			3.8	4.1	4.4	4.6	4.9	
D4	DISTRITO			3.3	3.3	3.9		3.5	3.8	4.1	4.3	4.6	4.9	
D5	DISTRITO			2.6	3.3	3.6		2.7	3.0	3.3	3.5	3.8	4.1	
D6	DISTRITO				4.1	3.5			4.3	4.6	4.9	5.1	5.4	
R	RURAL				4.7	4.6			4.9	5.2	5.4	5.7	5.9	

Tabela 16 - IDEB das Escolas Públicas Estaduais - Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) - Município de Londrina - 2011

Fonte: INEP/IDEB

* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410.

*** Sem média na Prova Brasil 2011.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

O IDEB da escola **C9**, referente ao Ensino Fundamental (anos finais) manteve o crescimento no período de 2005 a 2011, mantendo-se acima da meta em 2011. O IDEB da escola **C9** cresceu 21% em 2007 em relação a 2005, 2% em 2009 em relação a 2007 e manteve 2% em 2011 em relação a 2009, o que indica uma tendência de crescimento para os próximos anos. Apesar do IDEB ainda estar abaixo de 6,0, que é o valor de referência, com o crescimento contínuo será possível alcançar a meta, pois apesar de pequena queda em 2013, com o IDEB de 5,2, a escola ainda se manteve dentro da meta projetada que era exatamente de 5,2 para 2013.

O IDEB da escola **L13** cresceu 28% em 2007 em relação a 2005 e 8% em 2009, mas teve uma queda de 5% em 2011 em relação ao IDEB de 2009. O IDEB da escola **L13** cumpriu a meta projetada para 2011. No entanto, o resultado de 2011 em relação a 2009, indica uma tendência de queda que se confirmou com o IDEB de 2013 de 3,4, ficando abaixo da meta projetada que foi de 3,9.

O IDEB da escola **O8** cresceu 20% em 2007 em relação a 2005, 17% em 2009 em relação a 2007. Em 2011, o IDEB da escola teve uma queda de 12% em relação a 2009. Embora o IDEB da escola **O8** tenha se mantido acima da meta, já indicava uma tendência de queda que se confirmou com o IDEB de 2013, que foi de 3,4, abaixo da meta projetada de 3,9.

A escola **N1** teve uma queda do IDEB do Ensino Fundamental (anos finais) em 2007 em relação a 2005. Em 2009, o IDEB cresceu 12% em relação a 2007. Em 2011, conforme

demonstrado na tabela 17, o IDEB se manteve em 3,7 como em 2009. Apenas o IDEB de 2009 alcançou a meta projetada que era de 3,7 para aquele ano. Nos demais resultados o IDEB da escola N1 ficou abaixo da meta projetada o que pode indicar uma tendência de queda para os próximos anos.

O IDEB da escola S8 atingiu a meta projetada para 2009 e ficou acima da meta em 2011, com um crescimento de 35% em relação a 2009. O IDEB da escola S8 indicava uma tendência de crescimento para os próximos anos, no entanto em 2013 o IDEB teve uma queda de 20% em relação a 2011, ficando abaixo da meta projetada que era de 3,7.

Conforme tabela 17, podemos observar que, em relação às escolas pesquisadas, em destaque na tabela, apenas a escola C9 tem se mantido dentro da meta projetada para o IDEB, inclusive conseguindo ultrapassá-la em 2007, 2009 e 2011.

3.3 – LIVROS DE OCORRÊNCIAS

Os livros de ocorrência, com poucas diferenças, apresentam comumente a seguinte configuração: cada aluno da turma tem uma página ou mais para registros, frente e verso. Na capa interna do livro, há uma relação com os nomes dos alunos, idade e gênero. Cada página do livro de ocorrências é destinada a um aluno matriculado na turma. No alto da página, há um registro do nome do aluno e, normalmente, informações gerais sobre o mesmo (nome, endereço, idade, nome e contato do responsável).

Tabela 17 – Escolas Selecionadas para pesquisa

ESCOLA	REGIÃO	N.º TOTAL DE TURMAS 6º ao 9º	N.º TOTAL DE ALUNOS
C9	CENTRO	18	601
L13	LESTE	19	599
N1	NORTE	16	622
O8	OESTE	17	622
S8	SUL	13	427
TOTAL		83	2.871

Fonte: Dados da pesquisa – 2012

Cada turma tem um Livro de Ocorrência, portanto, conforme a tabela 17, as escolas pesquisadas somam 83 turmas, ou seja, 83 Livros de Ocorrências que foram analisados para a pesquisa.

Os registros nos livros de ocorrência seguem uma ordem cronológica, com a indicação de data. As ocorrências não são numeradas e são registradas pelo pedagogo ou orientador, pois o livro, em geral, fica na secretaria pedagógica. Ao final de cada anotação, o discente e o docente responsável pela informação do registro assinam a ocorrência.

Os casos de “bullying” foram considerados quando apareciam registrados desta forma nos livros.

Os atos cometidos pelos alunos, que foram registrados apenas como indisciplina, impede que se possa analisar que tipo de indisciplina motivou o registro, o que destaca foram algumas observações feitas nos livros sobre alguns registros desta ordem, como por exemplo: uso de bebida alcoólica, uso de celular na sala de aula, ouvir música durante a aula, dormir em sala de aula, etc.

Os registros que identificam os atos indisciplinados que foram cometidos pelos alunos, dependendo das circunstâncias, poderiam se ajustar aos atos infracionais, como por exemplo: agressões físicas a colegas, agressões verbais a professores e colegas, perturbação do trabalho do professor, desrespeito a funcionário público durante sua atuação, depredação de bem público entre outros.

Conforme o Art. 103 da Lei 8069/90, o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou por adolescente.

No entanto, esta classificação depende da análise de cada caso. Se uma criança ou adolescente comete um ato infracional, deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar ou ao Juizado da Infância e da Juventude. No ambiente escolar, a providência a ser tomada sobre a ocorrência caberá à própria escola, caso considere o ato apenas indisciplinar.

Foram levantados os dados do número de ocorrências de cada escola, referente ao ano letivo de 2012, as providências tomadas pelas escolas e a interação família/escola diante da ocorrência registrada.

Quadro 20 – Registros de ocorrências– Ensino Fundamental (6^o ao 9^o ano)-Ano Letivo 2012

OCORRÊNCIAS (%)	ESCOLAS					TOTAL (%)
	C9	L13	O8	N1	S8	
Agressão física grave	20	40	20	20	0	100
Agressão física leve	25	35	10	23	8	100
Agressão verbal	29	33	10	18	10	100
Desrespeito ao docente	22	34	14	11	19	100
Ameaças	11	36	17	16	20	100

"Bullying"	60	24	12	4	0	100
Indisciplina	25	29	14	16	16	100
posse de faca/canivete	33	0	0	33	33	100
Furtos	25	25	42	8	0	100
Vandalismo	6	24	31	8	31	100
Danos materiais	0	56	22	0	22	100
Perturbação da aula/conversas	19	32	12	11	26	100
Saída da sala/escola sem autorização	8	31	14	18	29	100
Atrasos	6	33	26	9	26	100
Não fez atividades em sala/tarefas	12	33	10	10	35	100
Não trouxe material didático	24	24	5	5	42	100
Sem Uniforme	0	5	4	68	23	100
Faltas frequentes	23	19	33	12	14	100
Baixo Rendimento	18	16	12	18	36	100
Outros	60	0	0	0	40	100
TOTAL	17	31	13	12	27	100

Fonte: Dados da Pesquisa - 2012

Após o levantamento nos livros de ocorrência, podemos constatar que em 12 meses em que os livros foram utilizados foram registrados nas escolas o total de 18.465 (dezoito mil e quatrocentos e sessenta e cinco) ocorrências, sendo que: 17% foram registrados pela escola **C9**, 31% pela escola **L13**, 13% pela escola **N1**, 12% pela escola **O8** e 27% pela escola **S8**.

A escola **C9** apresentou um registro de agressão grave que ocorreu no 2º trimestre/2012 e foi praticada por um aluno do 6º ano, com 10 anos de idade, cuja mãe informou à escola, no início do ano letivo, que o filho tinha TDAH (Diagnóstico do Déficit de Atenção e Hiperatividade) e estava tendo acompanhamento psicológico. Diante da ocorrência os pais ou responsável pelo aluno foi convocado pela escola, a mãe compareceu e prometeu que o filho continuaria o tratamento psicológico com medicação recomendada pelo médico.

Nos livros de ocorrências da escola **C9** foram encontrados registros de indisciplina, com anotação de consumo de bebida alcoólica que se refere a: um registro de ocorrência praticado por um aluno do 7º ano e três casos envolvendo alunos do 9º ano. Uma das ocorrências do 9º ano, envolvendo bebida alcoólica, foi necessária a notificação do Conselho

Tutelar, além da convocação da família, pois o aluno foi conduzido ao hospital por ficar alcoolizado ao consumir bebida alcóolica na escola.

Foi encontrado, também, nos livros de ocorrências da escola **C9** um registro de posse de faca de caça por um aluno do 7º ano. A família do discente foi notificada e convocada, mas o responsável pelo menor não compareceu, portanto houve apenas o contato por telefone na comunicação do fato.

A escola **L13** teve o registro de duas agressões graves, que ocorreram no 1º e 3º trimestre/2012, cometidas pelo mesmo aluno do 6º ano de 15 anos de idade. Não foi especificado no registro do livro como foi a agressão. Na primeira ocorrência, o aluno foi encaminhado à orientação, foi convocado o responsável e o discente foi punido com suspensão. Na segunda ocorrência, foi convocada a Patrulha Escolar e o responsável pelo aluno. A escola **L13** realizou uma reunião com os envolvidos. A Patrulha Escolar deu aconselhamento e auxiliou na conciliação do envolvidos, mas não foi emitido boletim de ocorrência.

A escola **O8** teve um registro de agressão física grave que ocorreu no 1º trimestre/2012 e foi praticada por um aluno de 13 anos do 8º ano. A família do aluno foi notificada e compareceu à escola.

A escola **N1** teve um registro de agressão grave no 2º trimestre/2012, cometida por um aluno de 11 anos do 6º ano. Diante da ocorrência a escola **N1** encaminhou o aluno à orientação e convocou os pais ou responsáveis.

O que sobressai nos registros de ocorrências da escola **S8** é o desempenho do 6º ano que apresenta um número muito alto de falta de participação nas aulas, pois tem 35% de registros de “não fez atividades em sala/tarefas”, 42% de registros de “não trouxe material didático” e 36% de “baixo rendimento” em relação ao número de ocorrências registradas no ano. As ocorrências de perturbação da aula também são altas no 6º ano na escola.

Diante dos registros de ocorrências, as escolas tomaram as providências que constam do quadro 21.

Quadro 21 – Providências das escolas após as ocorrências – Ano Letivo 2012

PROVIDÊNCIAS TOMADAS (%)	ESCOLAS				
	C9	L13	O8	N1	S8
Advertência/Registro no livro de ocorrência	87,46	86,81	78,23	82,55	89,25
Encaminhamento à Orientação	5,25	3,53	7,90	3,48	3,49
Expulsar da sala de aula	0,60	0,99	0,58	2,37	0,89

Notifica/convoca a família	6,03	7,67	12,76	10,49	6
Notificar o Conselho Tutelar	0,15	0,15	0,08	0,59	0,08
Convocar a Patrulha Escolar	0	0,37	0,19	0,08	0,02
Registrar a ocorrência em ata	0	0	0,08	0	0
Suspensão da frequência às aulas	0	0,11	0	0,04	0,06
Reunião com os envolvidos	0,51	0,37	0,32	0,27	0,23

Fonte: Dados da Pesquisa - 2012

Podemos observar no **quadro 21** que houve uma predominância de advertência e registro nos livros de ocorrências como decisão tomada pelas escolas. A segunda providência mais utilizada foi convocar os pais ou responsáveis pelos alunos e a terceira, encaminhamento do aluno responsável pela ocorrência à sala de orientação para reunião com a Pedagoga responsável.

Embora não conste dos registros uma convocação, a Patrulha Escolar esteve na escola **C9** pelo menos uma vez e revistou dois alunos do 7º ano por suspeita de portarem drogas. Nos registros do livro de ocorrências, constavam apenas que os alunos foram levados à direção e revistados, pois havia um rumor na escola de que eles poderiam estar com drogas.

Não constava nos livros da escola **C9** as ocorrências registradas em Ata. No entanto, quando eram solicitadas reuniões com os envolvidos em ocorrências, estas eram registradas e colhidas assinaturas dos presentes segundo informações da escola. Os motivos para as reuniões foram: três casos de racismo que foram registrados como agressão verbal, mas com observação de racismo, quatro de uso de bebida alcoólica e o restante de agressões físicas e verbais e desrespeito ao docente com agravante de agressão verbal.

Na escola **C9**, o Conselho Tutelar foi acionado em um caso de uso de bebida alcoólica de aluno do 9º ano, três casos de faltas frequentes de alunos do 6º ano e um caso de aluno do 7º ano por comportamento agressivo recorrente.

A Patrulha Escolar foi convocada vinte e três vezes pela escola **L13**. No entanto, houve apenas dois registros de boletins de ocorrências, um de desrespeito ao docente com agressão verbal e ameaças e outro de registro de agressão física leve, ambos envolvendo alunos do 9º ano. Nas outras vinte e uma convocações, a Patrulha Escolar participou de reuniões com os envolvidos em ocorrências e atuou no aconselhamento e orientação. Podemos destacar destes casos, a presença da Patrulha Escolar em uma reunião com os envolvidos de um ato de racismo de um aluno do 6º ano que agrediu verbalmente uma professora negra fora da escola, outra reunião foi de um caso de ameaça notificado pela mãe

de uma aluna e as demais reuniões em que a Patrulha Escolar foi convocada foram sobre indisciplinas, ameaças e pequenas agressões.

O Conselho Tutelar foi convocado nove vezes pela escola **L13**, das quais quatro foram por faltas frequentes e cinco motivadas pelo comportamento dos alunos.

Na escola **O8**, a Patrulha Escolar foi convocada duas vezes por ocorrências com alunos do 9º ano, sendo uma por ameaças feitas por um aluno ao docente e outra por comportamento agressivo de aluno.

O Conselho Tutelar foi convocado quinze vezes pela escola **O8**. Destas convocações, duas vezes foi devido ao comportamento indisciplinar de alunos do 7º e 8º ano, constava uma observação do registro no livro de ocorrências que o Conselheiro responsável deu um prazo de trinta dias para mudança de comportamento dos alunos. As outras treze convocações do Conselho Tutelar tiveram como motivos as faltas frequentes de alunos em sala de aula.

A escola **N1** convocou a Patrulha Escolar cinco vezes, mas não houve registro de boletim de ocorrência. A Patrulha Escolar atuou no aconselhamento e orientação. O Conselho Tutelar foi convocado duas vezes pela escola N1 por faltas frequentes de alunos.

Na escola **S8**, o Conselho Tutelar foi acionado, após notificação da família, para acompanhamento de três casos de alunos que não estavam comparecendo à aula e um sobre comportamento indisciplinar de aluno.

A Patrulha Escolar foi convocada pela escola **S8** para um caso de desrespeito a docente na sala de aula e ameaças fora da escola feita por uma aluna do 7º ano de 11 anos de idade. A escola acionou a Patrulha Escolar porque o docente foi seguido quando saiu da escola pela aluna e alguns amigos da mesma e recebeu ameaças do grupo que chegou a mostrar um canivete ao docente.

Nas providências tomadas pelas escolas diante das ocorrências, as escolas fizeram aos pais ou responsáveis pelos alunos: 200 convocações pela escola C9, 473 pela escola L13, 265 convocações pela escola O8, 331 convocações pela escola N1 e 318 convocações pela escola S8.

Diante do total de 1.587 convocações, a família reagiu da seguinte forma:

Quadro 22 – Intercâmbio Família e Escola – Ano Letivo 2012

ATITUDE DA FAMÍLIA APÓS CONVOCAÇÃO (%)	ESCOLA				
	C9	L13	O8	N1	S8
Negligência da família/não comparece	11,5	5,92	18,49	13,9	44,03

Contato apenas por telefone	31,5	26,22	27,92	44,11	12,26
Comparece e acolhe o aconselhamento/toma providências	57	67,86	53,58	41,99	43,71
Comparece e reclama contra a escola	0,88	0	0	0	0
Comparece e reclama contra o docente	0	1,26	0	0	0
Comparece e reclama contra outro aluno	0	0,32	3,65	0	0
Comparece e reage com agressividade	0	0	0	2,21	0

Fonte: Dados da Pesquisa - 2012

Na escola **C9**, os pais ou responsáveis pelos alunos compareceram em 57% das convocações recebidas, sendo 56,5% para saber da ocorrência e tomar providências e 0,88% para tomar conhecimento da ocorrência e reclamar contra a escola. Do total das convocações emitidas pela escola **C9**, os pais ou responsáveis não responderam a 11,5% e 31,5% a escola obteve contato apenas por telefone.

Na escola **L13**, podemos constatar que houve uma boa atuação da interação família/escola, pois os pais ou responsáveis compareceram em 67,86% das convocações e fizeram contato por telefone em 26,22% e em apenas 5,92% não atenderam à convocação.

Na escola **O8**, a família atendeu a 53,59% das convocações recebidas e entrou em contato apenas por telefone em 27,92%. Os pais ou responsáveis pelos alunos não atenderam a 18,49% das convocações.

Na escola **N1**, a participação da família foi baixa, pois o comparecimento do responsável pelo aluno foi de 41,09% diante da convocação da escola e em 0,91% a família compareceu, mas reagiu com agressividade diante da ocorrência. O contato da família com a escola, apenas por telefone, foi de 44,11% e 13,9% das convocações não foram atendidas pela família do aluno.

Na escola **S8**, o responsável pelo aluno compareceu à escola em 43,71% das convocações. O contato do responsável apenas pelo telefone foi realizado em 12,26% e o não comparecimento foi de 44,03% das convocações.

Os pais ou responsáveis pelos alunos compareceram, também, voluntariamente à escola sem que fossem convocados.

Quadro 23 – Intercâmbio Família e Escola – Ano Letivo 2012

FAMILIA PROCURA A ESCOLA	ESCOLA					TOTAL
	C9	L13	O8	N1	S8	
Comparece e reclama contra a escola	0	3	1	0	0	4
Comparece e reclama contra o docente	0	5	1	0	1	7
Comparece e reclama contra outro aluno	7	31	9	5	5	57
comparece para falar sobre rendimento/comportamento do aluno	25	145	38	69	16	293
Comparece para informar sobre problemas do discente (saúde/psic)	6	12	4	5	10	37
Informar sobre problemas de aluno menor infrator	0	1	0	1	0	02

Fonte: Dados da Pesquisa - 2012

O quadro 23 mostra que o motivo pelo qual os pais ou responsáveis mais compareceram à escola **C9**, voluntariamente, foi para falar sobre o rendimento/comportamento do aluno (65,79%). A família compareceu, voluntariamente, também para informar sobre problemas de saúde física e ou psicológica do aluno (18,41%) e para reclamar contra outro aluno (15,79%).

Na escola **L13**, a família compareceu voluntariamente: 73,60% para falar sobre o rendimento/comportamento do aluno, 15,74% para reclamar de outro aluno e 6,09 % para informar sobre problemas de saúde física e ou psicológica do aluno.

Uma Assistente Social, responsável por uma aluna de 15 anos, moradora do Lar Anália Franco (abrigo para crianças e adolescentes encaminhados pelo Juiz da Vara de Infância e Juventude), matriculada no 6º ano, compareceu à escola **L13** para informar que a aluna foi apreendida em julho. A escola optou por encaminhar a ficha da discente para o Conselho Tutelar.

Na escola **O8**, os pais ou responsáveis pelos alunos compareceram voluntariamente: 16,98% para reclamar de outro aluno, 7,55% para informar sobre problemas de saúde física e ou psicológica do discente e 1,89% para reclamar da escola e, também, 1,89% para reclamar de docente.

A família do aluno compareceu, voluntariamente, à escola **N1** para: 86,25% para falar sobre o rendimento e ou comportamento do aluno, 6,25% para reclamar de outro aluno e 7,5% para informar sobre problemas de saúde física e ou psicológica do aluno.

Uma mãe compareceu à escola **N1** para informar que o filho foi apreendido em março de 2012 por participação em um assalto. A escola **N1** optou por aceitar que o CENSE (Centro de Socioeducação de Londrina) encaminhasse um relatório de atividades desenvolvidas com o aluno para abonar as faltas e as avaliações realizadas pelo mesmo na instituição, mantendo assim a matrícula do aluno. O discente voltou em junho para escola e foi apreendido novamente em julho por tráfico de drogas e voltou para a escola em 25/09/2012, ficando até o final do ano letivo.

Na escola **S8**, dos registros de comparecimento voluntário dos pais ou responsáveis pelos alunos, 50% foi para saber sobre o rendimento e ou comportamento do aluno, 31,25% foi para informar sobre um problema do aluno, 15,63% para reclamar de outro aluno e 3,13% para reclamar de docente.

Quadro 24 – Média de registros de ocorrências por aluno – Ano Letivo 2012

Código das escolas pesquisadas	REGIÃO	Número de alunos matriculados no Ano Letivo de 2012	Total de registros nos Livros de Ocorrências 2012	Média de registro de ocorrências por aluno
C9	CENTRO	601	3.128	5,20
L13	LESTE	599	5.718	9,55
N1	NORTE	622	2.294	3,69
O8	OESTE	622	2.309	3,71
S8	SUL	427	5.016	11,75

Fonte: Dados da Pesquisa – 2012

Conforme quadro 24, a escola **S8** apresenta a maior média de registros de ocorrências e a escola **N1** a menor média de registro por aluno. No entanto, ressaltamos que a direção da escola escolhe o que deve ser registrado nos livros e a forma como dever ser registrado. Estes números podem representar um alto número de ocorrências, com alunos com problemas de comportamento, ou um controle maior da escola com registros detalhados de cada ocorrência.

3.4 – EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Na seção anterior foram apresentadas as escolas que foram pesquisadas, as comunidades em que estão inseridas, a estrutura física que possuem, o rendimento escolar das mesmas e os registros de ocorrências dos alunos matriculados em 2012.

Conforme o Censo Demográfico de 2010, entre as escolas pesquisadas o bairro da escola **O8** é o mais populoso, com 25.430 habitantes, seguido do bairro da escola **N1** com 23.276 habitantes, escola **S8** com 10.086 habitantes, escola **L13** com 6.661 habitantes e, por último, o bairro da escola **C9** com 4.068 habitantes.

Segundo IBGE (2010), o bairro da escola **O8** é o que tem o maior número de domicílios particulares permanentes, com um total de 7.977 unidades, 25.409 moradores, com uma média de 3,19 moradores por domicílio. O bairro da escola **N1** tem 7.074 domicílios particulares permanentes, com um total 23.257 moradores, com uma média de 3,29 moradores. O bairro da escola **S8** tem 2.822 domicílios particulares permanentes, com um total 9.940 moradores, com uma média de 3,52 moradores por domicílio. O bairro da escola **L13** tem 2.286 domicílios particulares permanentes, com um total 6.571 moradores, com uma média de 2,87 moradores por domicílio. O bairro da escola **C9** é o que tem o menor número de domicílios particulares permanentes, com um total 1.359 unidades e 4.033 moradores, com uma média de 2,97 moradores por domicílio.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o Brasil tem uma taxa de 1,42% de pessoas em domicílios sem energia elétrica da rede distribuidora, o Estado do Paraná tem uma taxa de 0,4% e o Município de Londrina tem uma taxa de 0,18%. Segundo o IBGE (2010), a taxa de pessoas em domicílios sem abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil é de 6,12%, no Paraná a taxa é de 0,97% e em Londrina é de 0,34%.

Como o IBGE não apresenta os resultados do Censo Demográfico por bairro, não é possível apresentar os dados concretos sobre os bairros das escolas pesquisadas quanto aos domicílios sem energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário. O que podemos fazer é apenas estimar por região do distrito sede as famílias e número de pessoas sem estes serviços em 2010 e no ano da pesquisa em 2012, baseados no número de famílias e pessoas que moravam em áreas de ocupações irregulares sem urbanização.

Em 2010, o Distrito Sede do Município de Londrina tinha 1.682 famílias, com 5.901 pessoas, em ocupações irregulares sem urbanização distribuídas na: região Leste (601 famílias com 2.149 pessoas), região Norte (516 famílias com 1.803 pessoas), região Sul (327 famílias com 1.128 pessoas), região Oeste (132 famílias com 461 pessoas) e região Centro (106 famílias com 360 pessoas).

Em 2012, vivendo nas mesmas condições de vulnerabilidade, a região Norte contava com 349 famílias, totalizando 1.246 pessoas, a região Leste tinha 399 famílias, com 1.233

pessoas, a região Sul tinha 316 famílias, com 874 pessoas, a região Oeste tinha 297 famílias, com 758 pessoas e a região Centro tinha 68 famílias, com 238 pessoas.

A Lei n. 6766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, define equipamentos comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Entendemos por equipamento público uma instituição pública, privada ou do terceiro setor que tem por objetivo contribuir para a garantia de direitos sociais.

Neste estudo, trabalhamos com cinco categorias de equipamentos: 01) Saúde: hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, laboratório municipal, Centro de Especialidades Odontológicas, entre outros; 02) Ensino: escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Superior e Ensino Profissional; 03) Cultura, esporte e lazer: bibliotecas, teatro, salas de cinema, museus, vilas culturais, academias ao ar livre, planetário e Associações e Clubes Recreativos e Desportivos; 04) Segurança Pública: delegacias da Polícia Civil, Delegacia da Mulher, Delegacia do Menor, Centro de Atendimento do Infrator, Delegacia de Acidentes de Trânsito (DAT), Polícia Militar e Polícia Federal e Corpo de Bombeiros; 05) Rede Socioassistencial de: Proteção Sociofamiliar, Convivência Socioeducativa, Proteção Social Especial - Acolhimento Institucional Adulto, Proteção Social Especial - Acolhimento Institucional Infantil, Educação Profissional, Inclusão Produtiva, Habilitação e reabilitação na comunidade, Conselho Tutelar, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Quadro 25 – Equipamentos Públicos – Ano Letivo 2012/2013

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	DISTRITO SEDE DE LONDRINA				
	CENTRO	LESTE	NORTE	OESTE	SUL
ENSINO	93	77	83	82	66
SAÚDE	33	22	30	25	19
CULTURA	59	35	43	50	26
SEGURANÇA PÚBLICA	9	4	4	4	3
REDE SOCIOASSISTENCIAL	18	15	10	6	10

Fonte: PML – Perfil de Londrina 2013 – Ano base 2012

O bairro da escola **C9** tem dois hospitais (Especialização em oncologia e cardiologia), o bairro da escola **L13** tem a sede do SAMU (Centro de Regulação Urgências), o bairro da escola **N1** tem duas UBS e três Serviços Odontológicos (dois CEO e um PSF), da escola **O8**

tem duas UBS e dois Serviços Odontológicos (CEO) e o bairro da escola **S8** uma UBS e dois Serviços Odontológicos (CEO e PSF).

Nas regiões do Distrito Sede de Londrina, os equipamentos públicos de saúde estão distribuídos desta forma: 33 na região Centro, 30 na região Norte, 25 na região Oeste, 22 na região Leste e 19 na região Sul.

O bairro da escola **N1** é o que tem o maior número de equipamentos de ensino instalados, são 19 escolas: 14 escolas públicas (04 Centros de Educação Infantil, 05 de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 01 escola municipal com oferta de EJA, 03 escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio e 01 escola estadual com oferta de EJA) e 05 escolas da rede privada (Educação Infantil).

O bairro da escola **O8** tem 18 escolas, sendo 14 da rede pública (05 Centros de Educação Infantil, 04 de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 01 escola municipal com oferta de EJA, 01 escola estadual de Ensino Fundamental, 03 escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio) e 03 escolas da rede privada (Educação Infantil). O bairro da escola **C9** tem dez escolas: 02 escolas públicas (01 Centro de Educação Infantil e uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio) e 08 escolas privadas (01 de Educação Infantil, 02 de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 01 de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio). O bairro da escola **S8** tem seis escolas, sendo: 05 da rede pública (01 Centro de Educação Infantil, 02 escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, 01 escola estadual de Ensino Fundamental e Médio e 01 escola municipal com oferta de EJA) e uma escola da rede privada (Educação Infantil).

O bairro da escola **L13** tem duas escolas públicas (01 de Educação Infantil e 01 de Ensino Fundamental e Médio) e duas escolas da rede privada (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

Nas regiões do Distrito Sede de Londrina, os equipamentos de ensino da rede pública estão distribuídos desta forma: 63 na região Norte, 57 na região Leste, 51 na região Oeste, 39 na região Sul e 28 na região Centro. Os equipamentos de ensino da rede privada estão distribuídos em: 65 na região Centro, 31 na região Oeste, 27 na região Sul, 20 na região Norte e, também, 20 na região Leste.

Nos bairros das escolas pesquisadas, os equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer estão distribuídos desta forma, o bairro da escola: **C9** tem três (01 academia ao ar livre, 01 teatro e 01 associação), **N1** e **O8** têm sete em cada bairro (03 academias ao ar livre e 04

bibliotecas Municipais Sucursais) e a **S8** tem apenas dois (01 academia ao ar livre e 01 biblioteca Municipal Sucursal).

Nas regiões do Distrito Sede de Londrina, os equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer estão distribuídos desta forma: 59 na região Centro, 50 na região Oeste, 43 na região Norte, 35 na região Leste e 26 na região Sul.

Os equipamentos de segurança estão distribuídos no Distrito Sede da seguinte forma: 09 na região Centro, 04 na região Norte, 04 na região Oeste e 03 na região Sul.

Os equipamentos públicos da Rede Socioassistencial de Londrina estão distribuídos no Distrito Sede da seguinte forma: 19 na região Centro, 15 na região Leste, 11 na região Norte, 04 na Oeste e 07 na região Sul.

Os equipamentos públicos de saúde e educação estão presentes em todos os bairros em que estão localizadas as escolas pesquisadas. Quanto à oferta de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, o bairro em que está localizada a escola **L13** é o único que não tem nenhum equipamento desta categoria. Os equipamentos de Segurança Pública estão presentes apenas dois bairros das escolas pesquisadas: um no bairro da escola **C9** (Delegacia da Mulher) e outro no bairro da escola **O8** (Unidade da Polícia Militar). Os equipamentos públicos da Rede Socioassistencial de Londrina estão presentes nos bairros da escola **C9** (01 de Proteção Sociofamiliar, 01 de Acolhimento Institucional Adulto, 01 de Habilitação e reabilitação na comunidade e 01 CREAS), escola **N1** (01 de Convivência Socioeducativa, 01 CRAS e um Conselho Tutelar), escola **O8** (um CRAS) e escola **S8** (01 de Inclusão Produtiva). No bairro da escola **L13** não há equipamento da Rede Socioassistencial instalado.

Na sequência, apresentaremos as conclusões finais e a proposta de política pública de enfrentamento à violência nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este estudo, buscávamos respostas para nossas indagações acerca da relação entre o território e os resultados do desempenho escolar e a violência nas escolas. No decorrer da pesquisa, algumas respostas puderam ser encontradas, mas outras indagações e inquietações foram elaboradas.

O objetivo principal da pesquisa é relacionar as características socioespaciais e de qualidade urbana vinculadas à presença ou não do conjunto dos equipamentos sociais públicos e coletivos das escolas pesquisadas com as ocorrências registradas nos livros de ocorrência, além do desempenho escolar, relativo à nota de cada escola.

A utilização do município de Londrina como referencial de análise, à luz dos pressupostos teóricos utilizados neste estudo, deve-se ao protagonismo do município que é um importante pólo de desenvolvimento regional e nacional e exerce grande influência sobre o norte do Paraná e é uma das cidades mais importantes da Região Sul do Brasil, porém com uma segregação socioespacial presente, conforme demonstrado na forma como se deu a ocupação dos espaços de seu território.

Foram destacadas, no universo das 64 escolas estaduais do município, cinco escolas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), situadas no município, uma em cada região do Distrito Sede. Para alcançar o objetivo proposto foi realizado e sistematizado um conjunto de dados do Distrito Sede de Londrina, nas regiões e bairros em que estão localizadas as escolas, para identificar se os processos de segregação urbana vinculados à precariedade do território onde se localiza a escola guardam alguma relação com índices de maior ou menor envolvimento dos mesmos em processos de violência na escola e com os resultados do desempenho escolar auferido pelos índices das avaliações do Ministério de Educação.

A distribuição desigual da população no espaço urbano repercute no desenvolvimento diferente do aproveitamento das oportunidades educacionais.

A segregação socioespacial cria os territórios de alta vulnerabilidade, pois é um processo que segmenta o território, diferenciando a distribuição da população pela renda, pois está relacionada ao preço do solo urbano. O processo de segregação socioespacial reflete as condições de desigualdades sociais e serve, também, como um condicionador delas.

Nos territórios de alta vulnerabilidade social, há uma baixa cobertura de equipamentos públicos que visam garantir direitos sociais. Os territórios que possuem melhores condições de infraestrutura e ofertas de serviços são mais valorizados e não estão disponíveis a todos.

Para proceder à análise do território, consideramos as regiões do Distrito Sede e os bairros em que estão localizadas as escolas, comparando a média de moradores por domicílio particular permanente, a taxa de analfabetismo, a renda da população e os equipamentos públicos encontrados nos territórios.

Constatamos que comparando as regiões do Distrito Sede do Município de Londrina que a menor média de moradores por domicílio particular permanente foi da região Centro com 2,67, seguida da região Norte com 3,22, a região Sul com 3,27, a região Leste com 3,5 e a região Oeste com 3,8. Podemos inferir que a média de moradores por domicílio particular permanente mostra o perfil de famílias moradoras destas regiões quanto ao número de componentes, quando maior o número de moradores por domicílio mais numerosa é a família.

Nos bairros em que se localizam as escolas, a menor média de moradores por domicílio particular permanente é do bairro da escola **L13** com 1,8 de média, seguida do bairro da escola **C9** com 2,97, bairro da escola **N1** com 3,1, bairro da escola **O8** com 3,19 e com a maior média, o bairro da escola **S8** com 3,52.

A maior taxa de analfabetismo foi da região Norte que obteve a taxa de 6,01%, seguido da região Leste com 3,9, região Oeste com 3,8, região Sul com 3,7 e a região Centro com 1,67, a menor taxa de analfabetismo entre as regiões do Distrito Sede.

O bairro da escola **S8**, com 10,6%, teve a maior taxa de analfabetismo dentre os bairros das escolas pesquisadas, seguido do bairro da escola **N1** com 4,9%, bairro da escola **O8** com 4,5%, bairro da escola **L13** com 1,8% e o bairro da escola **C9** com 0,9%, obteve a menor taxa de analfabetismo entre os bairros das escolas pesquisadas.

Na região Centro, apesar da faixa salarial predominante ser de 02 a 05 salários mínimos, quando comparada às outras regiões do Distrito Sede, tem o maior percentual de pessoas com Rendimento Nominal Mensal nas faixas de 05 a 10, de 10 a 20 e de mais de 20 salários mínimos. O percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, sem rendimento é de 26,81% na região Centro. A região Leste apresenta como Rendimento Nominal Mensal predominante a faixa de 01 a 02 salários mínimos e 31,08% da população não tem rendimento. A região Oeste apresenta como Rendimento Nominal Mensal predominante a faixa de 01 a 02 salários mínimos e a taxa da população sem rendimento é de 31,26%. A região Norte tem o maior percentual da população na faixa de 01 a 02 salários mínimos entre as regiões do Distrito Sede e taxa da população sem rendimento é de 31,77%. Na região Sul o percentual da população sem rendimento é de 32,54%, o maior entre as regiões do Distrito Sede e faixa de rendimento nominal mensal predominante é de 1 a 02 salários mínimos.

O bairro da escola **C9** tem os maiores percentuais da população com Rendimento Nominal Mensal nas faixas de 05 a 10 salários mínimos, de 10 a 20 salários mínimos e de mais de 20 salários mínimos, o que demonstra que a população do bairro apresenta a maior renda entre os bairros em que se localizam as escolas pesquisadas, apesar da taxa de 31,21% da população sem rendimento. A segunda melhor renda entre os bairros das escolas pesquisadas e do bairro da escola **L13** que tem Rendimento Nominal Mensal predominante de 02 a 05 salários mínimos e a taxa da população sem rendimento é de 30,33%. O Rendimento Nominal Mensal predominante no bairro da escola **N1** é de 01 a 02 salários mínimos e a taxa da população sem rendimento é de 31,51%. O Rendimento Nominal Mensal predominante no bairro da escola **O8** é de 01 a 02 salários mínimos e a taxa da população sem rendimento é de 34,10%. O Rendimento Nominal Mensal predominante no bairro da escola **S8**, também é de 01 a 02 salários mínimos, no entanto, o bairro apresenta a maior taxa da população sem rendimento, 40%, em relação aos bairros das outras escolas pesquisadas.

Comparando as regiões do Distrito Sede, a região que tem a maior oferta de equipamentos públicos é a região Centro e menor, a região Sul.

A região Centro apresenta os seguintes equipamentos públicos: 33 de saúde (05 UBS, 15 hospitais de diversas especialidades, 01 maternidade, 07 serviços odontológicos, 01 CAPS, 01 PAM, 01 Centro de referência em DST's, 01 farmácia municipal e sede do SIATE); 93 de ensino (28 escolas públicas, 58 escolas privadas e 07 estabelecimentos de Ensino Superior); 59 de cultura, esporte e lazer; 09 de Segurança Pública e 19 da Rede Socioassistencial.

A região Norte apresenta os seguintes equipamentos públicos: 30 de saúde (11 UBS, 01 hospital, 27 serviços odontológicos e 01 CAPS); 83 de ensino (63 escolas públicas e 20 escolas particulares); 43 de Cultura, Esporte e Lazer (19 bibliotecas, 06 salas de cinema, 14 academias ao ar livre e 04 associações); 04 de Segurança Pública e 10 de Rede Socioassistencial.

A região Oeste tem os seguintes equipamentos: 25 de saúde (08 UBS, 01 hospital, 06 hospitais, 10 serviços odontológicos e 01 Policlínica Municipal); 82 de ensino (51 escolas públicas e 31 particulares); 50 de cultura, esporte e lazer (16 bibliotecas, 01 teatro, 06 salas de cinema, 03 museus, 13 academias ao ar livre e 09 associações); 04 de segurança pública e 04 de Rede Socioassistencial.

Os equipamentos públicos presentes na região Leste são: 22 de saúde (10 UBS, 02 hospitais, 09 serviços odontológicos e 01 SAMU); 77 de ensino (57 escolas públicas e 20

escolas privadas); 35 de cultura, esporte e lazer (15 bibliotecas, 01 vila cultural, 13 academias ao ar livre e 06 associações); 04 de Segurança Pública e 15 de Rede Socioassistencial.

A região Sul apresenta os seguintes equipamentos públicos: 19 de saúde (06 UBS, 01 hospital, 08 serviços odontológicos, 01 CAPS, 01 Pronto Socorro Psiquiátrico, 01 Laboratório municipal e 01 Gerência de Internação); 66 de ensino (39 escolas públicas e 27 escolas privadas); 26 de Cultura, Esporte e Lazer (10 bibliotecas, 01 teatro, 01 museu, 01 vila cultural, 06 academias ao ar livre e 07 associações); 03 de Segurança Pública e 07 de Rede Socioassistencial.

Na comparação entre os bairros em que se localizam as escolas pesquisadas, os bairros que ofertavam todas as categorias de equipamentos públicos foram os bairros das escolas **C9** e **O8**. O bairro que teve menos ofertas de equipamentos públicos foi o bairro da escola **L13**, que ofertava apenas equipamentos públicos de saúde e ensino. Os bairros das escolas N1 e S8 não apresentavam equipamento de Segurança Pública.

Após análise dos dados, podemos constatar a escola **S8** apresenta o território com maior potencial de vulnerabilidade, pois tanto a região quanto o bairro em que está localizada não obtiveram um bom desempenho. O bairro em que está localizada a escola obteve a maior taxa de analfabetismo, tanto a região quanto o bairro tem a menor renda da população entre os territórios das outras escolas pesquisadas. Entre as regiões do Distrito Sede, a região Sul é a que tem menos oferta de equipamentos públicos.

O território da escola **N1** apresenta o segundo maior potencial de vulnerabilidade, pois a região Norte apresentou a maior taxa de analfabetismo e o bairro a segunda maior taxa de analfabetismo, a Renda Nominal Mensal da região e do bairro tem o segundo pior desempenho. Quanto à oferta de equipamentos públicos o que a região e o bairro mais oferta são os equipamentos de saúde e ensino, o que é natural pela Região Norte ser a região do Distrito Sede mais populoso.

O território da escola **L13** apresenta o terceiro maior potencial de vulnerabilidade pela comparação da taxa de analfabetismo da região Leste e a pouca oferta de equipamentos do bairro em que está localizada a escola. Na comparação de ofertas de equipamentos públicos entre as regiões Leste e Oeste, a região Leste perde.

O território da escola **O8**, comparando o desempenho da região e do bairro, é o quarto território com o maior potencial de vulnerabilidade.

A escola **C9** apresenta o território com menor potencial de vulnerabilidade, pois tanto a região quanto o bairro em que está localizada obtiveram ótimo desempenho. A região

Centro obteve os melhores resultados em todas as categorias, pois teve a menor média de moradores por domicílio particular permanente, a menor taxa de analfabetismo, a melhor renda da população entre as outras regiões do Distrito Sede, e a maior oferta de equipamentos públicos. O bairro em que está localizada a escola **C9** tem a segunda menor média de moradores por domicílio particular permanente entre os bairros das escolas pesquisadas, a menor taxa de analfabetismo, a melhor renda da população entre os outros bairros e ofertava todas as categorias de equipamentos públicos.

Os dados obtidos com a pesquisa revelam a existência de um efeito do território sobre as escolas. A evidência que sustem esta conclusão é que as escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social tendem a ter IDEB e rendimento escolar mais baixo que as localizadas em regiões de menor vulnerabilidade.

Dentre as escolas pesquisadas, a escola **S8**, localizada na região Sul, apresentou o menor rendimento escolar, menores notas no IDEB (em 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013) e resultado da Prova Brasil (2011).

No outro extremo, a escola **C9** apresentou os maiores índices de rendimento escolar, melhor desempenho no IDEB em todas as edições e as maiores notas nas avaliações da Prova Brasil 2011 entre as escolas pesquisadas.

As outras três escolas pesquisadas alternavam o melhor desempenho entre as avaliações. Na Taxa de Aprovação e Taxa de Reprovação, a escola **L13** obteve desempenho com 80,9% e 4,2% respectivamente, em segundo a escola **N1** com 79,7% e 12,5% e depois a escola **O8** com 78,2% e 21,6%. Na Taxa de Abandono, a ordem se inverte e a escola **O8** obteve a menor taxa com 0,2%, a escola **N1** obteve 3,1% e a escola **L13** obteve a taxa de 6,6%. Na Taxa de Distorção Idade/Série, a escola **N1** tem o melhor desempenho entre as três escolas, apesar da alta taxa de 14,7%, a escola **L13** teve a taxa de 15,8% e a escola **O8** a taxa de 20%.

No desempenho do IDEB, a hipótese da influência do território se confirma quando analisados os resultados obtidos e observamos as escolas que alcançaram a meta projetada.

O IDEB da escola **C9** manteve o crescimento no período de 2005 a 2011, mantendo-se acima da meta em 2011, crescendo 21% em 2007 em relação a 2005, 2% em 2009 em relação a 2007 e manteve 2% em 2011 em relação a 2009.

A escola **N1** teve uma queda do IDEB em 2007 em relação a 2005 e em 2009, o IDEB cresceu 12% em relação a 2007 e em 2011, manteve-se em 3,7 como em 2009. Apenas o

IDEB de 2009 alcançou a meta projetada que era de 3,7 para aquele ano. Nos demais resultados o IDEB da escola **N1** ficou abaixo da meta projetada.

O IDEB da escola **L13** cresceu 28% em 2007 em relação a 2005 e 8% em 2009, mas teve uma queda de 5% em 2011 em relação ao IDEB de 2009. O IDEB da escola **L13** cumpriu a meta projetada para 2011. No entanto, o resultado de 2011 em relação a 2009, indica uma tendência de queda que se confirmou com o IDEB de 2013 de 3,4, ficando abaixo da meta projetada que foi de 3,9.

O IDEB da escola **O8** cresceu 20% em 2007 em relação a 2005, 17% em 2009 em relação a 2007. Em 2011, o IDEB da escola teve uma queda de 12% em relação a 2009, mas se manteve na meta projetada.

O IDEB da escola **S8** atingiu a meta projetada para 2009 e ficou acima da meta em 2011, com um crescimento de 35% em relação a 2009. O IDEB da escola **S8** indicava uma tendência de crescimento para os próximos anos, no entanto em 2013 o IDEB teve uma queda de 20% em relação a 2011, ficando abaixo da meta projetada que era de 3,7.

A hipótese de influência do território se confirma em parte quando comparamos a média de registros de ocorrências por aluno nas escolas pesquisadas. A escola **S8** teve uma média de 11,75 de registros de ocorrências por aluno, a média da escola **L13** foi de 9,55 por aluno, em terceiro lugar a escola **C9** com média de 5,2 por aluno, em quarto a escola **O8** com média de 3,71 por aluno e por último a escola **N1** com média de 3,69 por aluno.

Diante do registro de ocorrência, as escolas informam e convocam os pais ou responsáveis pelos alunos em: 12,76% dos casos na escola **O8**, 10,49% dos casos na escola **N1**, 7,67% dos casos na escola **L13**, 6,03% dos casos na escola **C9** e em 6% dos casos na escola **S8**.

Os pais ou responsáveis atendem a convocação em: 67,86% dos casos na escola **L13**, 57% na escola **C9**, 53,58% na escola **O8**, 43,71% na escola **S8** e 41,99% na escola **N1**. O contato apenas por telefone é realizado em: 44,11% dos casos na escola **N1**, 31,5% na escola **C9**, 27,92% na escola **O8**, 26,22% na escola **L13** e 12,26% na escola **S8**.

Quando convocados, os pais ou responsáveis pelos alunos não comparecem em: 44,03% dos casos na escola **S8**, 18,49% na escola **O8**, 13,9% na escola **N1**, 11,5% na escola **C9** e 5,92% na escola **L13**.

A breve análise desenvolvida permitiu considerar que há outras dimensões envolvidas que fazem da escola um espaço territorial com dinâmica própria. Entendemos que muitas vezes o fracasso ou sucesso escolar que estão representados em indicadores não traduzem a

realidade dos alunos que ocupam as salas de aulas do país e em especial do município e das escolas objetos deste estudo. Os problemas enfrentados pelas crianças e jovens são muitos e interferem no seu direito de aprender como, por exemplo: saúde, moradia, trabalho precoce, violência, preconceito, entre outros.

Os resultados obtidos com os indicadores educacionais apontam os problemas, mas não consideram a distância entre a escola e os alunos com origens socioeconômicas distintas e as desigualdades de oportunidades entre eles.

Os estudos sobre desigualdade educacional têm analisados vários fatores que podem influenciar o desempenho escolar. Os fatores extraescolares referem-se a diversas variáveis, dentre elas, o nível de instrução e a condição de trabalho e renda das famílias, as condições socioambientais, moradias entre outros. Estes foram brevemente aqui analisados. Outros fatores identificam as variáveis dentro da escola, que abrangem desde a questão do gênero, etnia, estrutura da escola, a formação dos professores, o projeto político pedagógico, a gestão escolar, equipamentos disponíveis entre outros, que ainda precisam ser investigados. No entanto, são questões que encaminham para estudos posteriores.

A universalização do ensino representou um grande avanço, no entanto, a qualidade de ensino não depende apenas do acesso à escola, mas, principalmente, da qualidade de aprendizado, pois se a escola universal não for capaz de promover a equidade e diminuir as desigualdades os objetivos da educação de inclusão e mobilidade social não se concretizarão.

Para que a escola possa cumprir seu papel é necessário que seu território, dentro da escola, seja um espaço para a evolução do indivíduo como ser humano, pois é onde são reproduzidos o conhecimento e os padrões atuais que a civilização alcançou.

O desafio para se pensar em política pública para o enfrentamento da violência na escola é pensar em formas de lidar com as desigualdades de origem dos alunos e como diminuir o impacto da segregação socioespacial no desempenho escolar.

O objetivo de uma política pública de enfrentamento da violência escolar é promover a escola como um lugar seguro de aprendizado e não de encontrar e punir culpados, pois não seria interessante para a sociedade excluir alunos com históricos de violência. Para a sociedade seria mais produtivo socializar este aluno e promover a cidadania.

Dentro desta proposta, a melhor política pública de enfrentamento da violência seria fazer um diagnóstico da situação atual, para isso será necessário conscientizar a gestão escolar da importância de participar e colaborar com este diagnóstico, e promover soluções pautadas

neste diagnóstico, levando em conta as particularidades dos territórios em que se encontram as escolas e o contexto social em que ela se insere.

Sendo assim, a proposta de política pública de enfrentamento à violência nas escolas que apresentamos é criar um **Banco de dados da violência escolar – BDVE**.

Sabe-se que o contexto das escolas brasileiras está importantemente influenciado pela forma como as relações sociais se estabelecem no ambiente escolar bem como em seu entorno.

A convivência entre alunos, profissionais da educação e família tem sido marcada pela presença de situações que extrapolam as questões do ensino aprendizagem e pedagógicas.

O aluno leva para dentro do contexto escolar toda a sua história de vida, sua educação familiar, seus sentimentos e suas contendas.

A partir dessa realidade não é possível deixar de lado a questão da violência que se insere cada dia mais nos âmbitos de convivência escolar. Não adentrando a questão dos problemas sociais que também se refletem nesse ambiente, é preciso reconhecer que o problema da violência deixou a tempo de ser algo restrito aos contextos de vivência familiar e social das pessoas.

O reconhecimento do problema é, talvez, o primeiro passo para a busca de soluções inteligentes, estratégicas e que evitem o enfrentamento pelo enfrentamento que muitas vezes se percebe como forma de solução dos conflitos ocorridos no contexto escolar.

É preciso um conjunto de ações que permitam um maior conhecimento do problema desde sua origem, desde sua causa.

Nesse sentido torna-se necessário o conhecimento profundo das situações reais que surgem como sintomas de problemas muitas vezes ignorados pelas políticas públicas voltadas à solução da violência na escola.

Para tanto, a informação que é a representação desses fenômenos é fundamental para que se possa estudá-lo de dentro para fora, e a partir do estudo racional e imparcial dos mesmos, buscar conhecê-los mais profundamente.

Somente a partir da geração, coleta, armazenamento e processamento das informações relacionadas a esses fenômenos tornar-se-ão possíveis o melhor conhecimento do problema e a busca de soluções estratégicas.

O projeto tem como objetivo a criação de um banco de dados (por meio de um portal) único para a coleta de informações sobre incidentes envolvendo violência escolar e outras

variáveis como: renda, moradia, grau de vulnerabilidade da família, local de moradia do estudante, etc.

A parametrização desse banco de dados deverá ser feita de forma a harmonizar as informações advindas de todas as unidades escolares pertencentes ao sistema educacional estadual.

Um comitê interdisciplinar será indicado para a gestão dessas informações, bem como para o envio de avaliadores *in loco* para a intermediação das soluções com a participação de todos os envolvidos.

Métricas sobre as ocorrências envolvendo a violência escolar serão produzidas e divulgadas mensalmente com o objetivo de formar um mapa da violência escolar bem como do aumento ou redução de situações específicas a ela relacionadas, principalmente no tocante às questões envolvendo família, convivência social e a convivência dentro da escola.

A partir dessas métricas será possível o estabelecimento de políticas específicas de tratamento das causas de tais fenômenos.

Futuramente, pretende-se estabelecer um índice de qualidade das unidades educacionais no sentido de combate estratégico da violência escolar.

O Portal BDVE poderá ter contribuições da comunidade: família, profissionais da educação, profissionais de áreas correlatas e outros a partir de seu cadastramento e obtenção de uma senha de acesso.

A gestão das informações estratégicas será feita apenas pelas entidades educacionais (por meio de login e senha) e pela comissão de avaliação.

O objetivo maior do BDVE é a geração de informações que permitam o conhecimento mais profundo do problema da violência na escola. Esse conhecimento deriva da somatória das reincidências de fenômenos de violência com causas assemelhadas.

Por outro lado, o estudo dessas informações a partir da contribuição de profissionais interdisciplinares permitirá a sugestão de soluções comprovadamente eficazes – que serão compartilhadas por meio do portal – para todos que nele interagirem.

Em termos de investimentos acredita-se que a própria estrutura de Tecnologia da Informação – TI disponível ao governo do Estado do Paraná será suficiente para a criação do Portal BDVE. A alocação de servidores que já estão lotados no ministério da educação ou nas secretarias regionais poderá suprir a demanda de mão de obra relacionada à área.

Outros profissionais de outras áreas poderão ser destacados como colaboradores do projeto evitando assim custos adicionais para a solução de um problema tão relevante no contexto da educação contemporânea.

O sucesso deste instrumento dependeria do compromisso do Estado em utilizá-lo para tomada de decisões para formulação de combinações de Políticas Públicas articuladas para o enfrentamento da violência escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. (1999). **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1209>. Acesso em: 30 set 2013.

ADORNO, Sérgio. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.), **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**, v. IV. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. Disponível em: < O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea>. Acesso em: 27 ago. 2012.

AMBONI, Vanderlei. Gestão democrática e controle social dos recursos financeiros destinados às escolas estaduais do Paraná. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 13, ago./set./out./nov. 2007. Disponível em: < <http://www.urutagua.uem.br/013/13amboni.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

ARCHELA, Rosely Sampaio et al. **Implantação de Londrina**. 2008. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/INPLANTACAO.htm>>. Acesso em: 20 out. 2012.

ASSIS-RISTER, Maria Cleusa Peixoto. **Inclusão escolar e gênero**: ambiente escolar como fator de influência no currículo social e acadêmico dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental. 2008. 124 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

ATLAS AMBIENTAL DA CIDADE DE LONDRINA. **Expansão Urbana de Londrina**. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/>> . Acesso em: 08 ago. 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil do Município de Londrina – PR**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=atlas+do+desenvolvimento+humano+no+brasil+2013>> . Acesso em: 07 maio 2014.

BITENCORT, Rosana Pereira. **As ocupações irregulares em Londrina** – San Rafael, um estudo de caso. 2007. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 24 de março de 1824. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1210, 15 jan. 1937.

_____. Lei n.º 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, Edição Extra, 25 nov. 1995.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, p.27833, 23 dez. 1996.

_____. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acessado em: 30 jul. 2012.

_____. Lei n.º 11.114 de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Lei n.º 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Emenda Constitucional N.º 59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/legislacoes/Lei-13005-2014-06-25.pdf>> . Acessado em: 01 set. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Panorama Municipal. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal> . Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Subsídios para elaboração do PPA municipal. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=subsidios_paa_municipal>. Acesso em: 05 abr. 2014.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire Carvalho. **Financiamento da Educação Pública: o “Pano de Fundo” da política de fundos do Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/35.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASARIL, Carlos Cassemiro. Formação sócioespacial de Londrina-PR e seu processo Precoce de verticalização urbana. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 07, ano VII, p. 32-53, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/>> . Acesso em: 14 out. 2013.

_____, Carlos Cassemiro. **Meio século de verticalização em Londrina-Pr e sua distribuição espacial: 1950-2000.** 2008. 268 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento). Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Londrina, 2008.

CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. **Número e taxas (por 100 mil) de homicídio em municípios com mais de 20.000 mil habitantes - População Total - Brasil 2008/2012.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>> . Acesso em: 14 ago. 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE. **A Organização da Educação Nacional Em Nossas Mãos.** Disponível em: <http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-96_doc_base_conae_revisado2.pdf>. Acesso em: 08 ago 2012.

FJP – Fundação João Pinheiro. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petropolis: Vozes, 1999.

FRASÃO, Marcelo, Bairros vivem rotina de medo e insegurança. Jornal de Londrina, Londrina, 14 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=Bairros+vivem+rotina+de+medo+e+inseguran%C3%A7a>>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____, Marcelo. Mortes acima da média. Jornal de Londrina, Londrina, 10 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=1334338>>. Acesso em: 05 set. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 25 de out. 2013.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Regiões Administrativas. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=86000&btOk=ok>. Acesso em: 23 jul. 2012.

IPPUL - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. *Bases cartográficas*. CD. 2006-2009.

LONDRINA. **Conselho Municipal de Educação de Londrina-CMEL**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpageplus&Itemid=517>. Acesso em: 06 ago 2012.

_____. **Perfil do Município de Londrina – 2012 (Ano-Base 2011)**. Disponível em: <<http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Perfil do Município de Londrina – 2013 (Ano-Base 2012)**. Disponível em: <<http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

LONDRINA HISTÓRICA. Disponível em: <<http://londrinahistorica.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

MEC - Ministério da Educação. Indicadores Demográficos e Educacionais. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/4113700>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MORO, Neiva de Oliveira. O “Livro Preto” nas escolas da região dos Campos Gerais. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer.../Escolas.../LIVRO%20PRETO.doc>. Acesso em: 05 mar. 2014.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. Rondonópolis, v.8, n.1, p.129-153, set. 2008. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108> > . Acesso em: 08 jan. 2014.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná, Publicado no Diário Oficial nº. 3116 de 5 de Outubro de 1989. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAtos=10&retiraLista=true>>. Acesso em: 08 ago 2012.

_____. **Estatuto do Conselho Escolar**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica. Curitiba: SEED, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Relatório Estatístico Criminal – Paraná 2012. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2012.pdf> > . Acesso em: 10 mar 2014.

_____. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Relatório Estatístico Criminal – Crimes relativos à morte – janeiro a dezembro de 2012 - Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Disponível em: < <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RelatorioRelativoMorte2012.pdf> > . Acesso em: 10 mar 2014.

PECQUEUR, Bernard. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1052.pdf>> . Acesso em: 08 jan. 2014.

PNUD BRASIL – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

POLIDORO, Maurício; LOLLO, José Augusto; PEREIRA NETO, Osvaldo Coelho. **Sprawl urbano em Londrina e os desafios para o planejamento urbano**, *Confins* [Online], 12 | 2011, posto online em 04 Julho 2011, Consultado o 25 Outubro 2012. URL : <http://confins.revues.org/7205> ; DOI : 10.4000/confins.7205.

_____, Maurício; OLIVEIRA, Larissa do Carmo de. Diagnóstico dos impactos ambientais e sanitários das ocupações irregulares em londrina–PR através do geoprocessamento. 2009. Disponível em: < http://egal2009.easyplanners.info/area04/4137_Polidoro_Mauricio.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. Educação. 2013. Disponível em: < <http://dados.gov.br/dataset?groups=educacao>>. Acesso em: 10 out 2013.

PORTAL ODM – Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: < <http://www.portalodm.com.br/>> . Acesso em: 25 out. 2013.

SANTA, Amanda de; ELOZA, Telma. Polícia Militar começa instalação de UPS na zona sul de Londrina. Jornal de Londrina, Londrina, 07 dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?t1=1&id=1325697&tit=Policia-Militar-comeca-instalacao-de-UPS-na-zona-sul-de-Londrina>> . Acesso em: 05 set 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado** – Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado. Brasília, v. 19, n. 1, p.53-84, jan./jun. 2004.

SPOSITO, M. P. . A Instituição Escolar e A Violência. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 104, p. 58-75, jul. 1998.

_____. As vicissitudes das políticas públicas de redução da violência escolar. In: Westphal, Márcia F. **Violência e Criança**. São Paulo: EDUSP, 2002, p.249-266.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias; **História do Paraná** - Do século XVI à década de 1950. Londrina: EDUEL, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. A educação básica na legislação brasileira. **Sequência**, Florianópolis, v. 24, n. 47, p. 99-125, dez. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15281/13884>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

VIOLÊNCIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1779.

VIOLÊNCIA. In: **Michaelis**: dicionário prático da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2010. p. 916.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012** – Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>> . Acesso em: 18 abr. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013** – Homicídios e juventude no Brasil . Disponível em: < http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2013_jovens.php> . Acesso em: 18 abr. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014** – Os jovens do Brasil. Disponível em: < http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf> . Acesso em: 14 ago. 2014.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.3, p.03-17, jul./set. 1999.

ANEXO B

APÊNDICE E

Ficha de Ocorrências do Livro Negro

RESULTADO TOTAL DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO		
LIVRO NEGRO		FREQÜÊNCIA
GÊNERO DO ALUNO	MASCULINO	
	FEMININO	
ANO ESCOLAR	1º	
	2º	
	3º	
	4º	
	CLASSE ESPECIAL	
PERÍODO DE AULAS	MANHÃ	
	TARDE	
GÊNERO DO CAUSADOR DA OCORRÊNCIA	MASCULINO	
	FEMININO	
MOTIVOS DA OCORRÊNCIA	AGRESSIVIDADE	AUTO-AGRESSÃO
		AMEAÇA
		AGRESSÃO FÍSICA
		AGRESSÃO VERBAL
		BRINCADEIRA DE MAU GOSTO
		DESOBEDIÊNCIA
		FURTO
		VANDALISMO
		DESTRUIÇÃO
		OBSCENIDADE
		PERTURBAÇÃO
	PEDAGÓGICO	ATRAPALHAR A AULA
		FUGA DA ESCOLA
		FALTAS
		NÃO FAZER ATIVIDADES
	INVOLUNTÁRIO	ACIDENTE
	PROVIDÊNCIAS DA ESCOLA APÓS A OCORRÊNCIA	ADVERTIR
ENCAMINHAMENTO AO PSICÓLOGO		
EXPULSAR DA SALA DE AULA		
NOTIFICAR A FAMÍLIA		
NOTIFICAR A POLÍCIA		
PRIMEIROS SOCORROS		
REGISTRAR A OCORRÊNCIA		
SUSPENSÃO DA FREQUÊNCIA ÀS AULAS		
REUNIÃO COM OS ENVOLVIDOS		
INTERCÂMBIO ESCOLA E FAMÍLIA	FAMÍLIA COMPARECE	FAMÍLIA NEGLIGENTE
		Reclama contra a escola
		Reclama contra o professor
		Reclama contra outro aluno
		Atende ao chamado